



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 49

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2018

ANO VII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	0628
SUP. DE FINANÇAS	0636

TAQUIGRAFIA

7ª SESSÃO ORDINÁRIA LEGISLATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 13 de Março de 2018

Presidência do Sr.
EZEQUIEL JUNIOR - 2º Vice-presidente

Secretariado pelo Sr.
LEBRÃO - 1º Secretário

(Às 15 horas e 05 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (PRB), Airtton Gurgacz (PDT), Anderson do Singeperon (PV), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Geraldo da Rondônia (PHS), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Leo Moraes (PTB); Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Ribamar Araújo (PR), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Maurão de Carvalho (PMDB) e Rosângela Donadon (PMDB).

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense,

declaro aberta a 7ª Sessão Ordinária Legislativa da 4ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira discutir, dou-a por aprovada.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 13/2018 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial e Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 3.114.493,00, em favor das Unidades Orçamentárias: Fundo Especial de Modernização da Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia – FUMORPGE e Recursos Sob a Supervisão da SEFIN – RS-SEFIN”.

02 – Mensagem nº 14/2018 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Disciplina o funcionamento e a instalação de balanças eletrônicas pelos matadouros e matadouros-frigoríficos estabelecidos no Estado de Rondônia, e dá outras providências”.

03 – Mensagem nº 15/2018 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Limita os números de alunos nas salas de aula do Ensino Fundamental e Médio que tem matriculados alunos com necessidades especiais na rede pública e privada do Estado de Rondônia”.

04 – Mensagem nº 16/2018 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Dispõe sobre aporte de capital à Companhia de Mineração de Rondônia – CMR”.

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Departamento legislativo - Huziel Trajano Diniz
Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

05 – Mensagem nº 17/2018 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Altera os itens 11 e 13 do anexo II da Lei nº 4.230, de 19 de dezembro de 2017, que ‘Autoriza a Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia – CAERD proceder a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público’”.

06 – Mensagem nº 18/2018 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 1.914.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER”.

07 – Mensagem nº 19/2018 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.172, de 17 de novembro de 2017, que ‘Cria o Programa de Gestão Financeira nas Unidades Integradas da Segurança Pública – PROGES/UNISP, e dá outras providências’”.

08 – Mensagem nº 20/2018 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUNEDCA e revoga a Lei Complementar nº 667, de 5 de junho de 2012”.

09 – Ofícios nºs 676, 679, 682, 683, 684, 685, 687, 688, 690, 691, 692, 694, 708, 734, 762, 763, 759, 761, 747, 745, 743, 742, 741, 740, 739, 737, 735, 686, 797, 800, 801, 804, 889 e 895/2018 – Governo do Estado, encaminhando respostas das Indicações Parlamentares nºs 4401, 4398, 4400, 4424, 4411, 4427, 4437, 4421, 4425, 4763, 4418, 4413, 4426, 4434, 4410, 4355, 4423, 4404, 4359, 4433, 4749, 4429, 4430, 4766, 4422, 4432, 4431, 4764, 4765, 4491, 4492, 4493, 4494, 4495, 4496, 4497, 4518, 4519, 4520, 4521, 4522, 4523, 4525, 4527, 4528, 4529, 4530, 4531, 4532, 4750, 4363, 4354, e 4357/17, de autoria do Senhor Deputado Aécio da TV.

10 – Ofício nº 509/2018 – Governo do Estado/DER, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 4881/18, de autoria do Senhor Deputado Léo Moraes.

11 – Ofício nº 3769/2018 – Ministério da Defesa Secretaria Geral, encaminhando Termo de Convênios nº 473/DPCN/2017 SICONV nº 850933 celebrado entre essa Prefeitura e o Ministério da Defesa, no âmbito do Departamento do Programa Calha Norte.

12 – Ofício nº 004/2018 – Comitê Estadual para Prevenção e Combate à Tortura, solicitando confirmação da data 21 de março, quarta-feira, às 9h, para a realização de nova sabatinada com os candidatos da 7º, 8º e 9º posição, conforme o resultado da fase 12.

13 – Ofício Circular nº 127/2018 – SESA, encaminhando a relação nominal do Sistema de Regulação – SISREG, de pacientes regulados por ordem de tempo da fila de espera, escala médica dos profissionais, servidores operacionais e administrativos.

14 – Ofício nº 437/2018 – SEDUC, encaminhando o acuso do recebimento do Ofício P/ALE-0075/18, informando a impossibilidade de comparecer na data de 09/03/18 às 09h00min nesta Cada de Leis, para esclarecimentos acerca das providências adotadas pelo Governo quanto a pauta de negociações apresentadas pelo SINTERO.

15 – Ofício nº 0085/18 – CAIXA, informando o Contrato de Repasse celebrado entre o Estado de Rondônia e a Caixa Econômica Federal, que tem por finalidade “Aquisição de Academias Tubular ao Ar Livre”.

16 – Ofício nº 0087/18 – CAIXA, informando o Contrato de Repasse celebrado entre o Estado de Rondônia e a Caixa Econômica Federal, que tem por finalidade “Construção de Centro de Convenções no Parque dos Tanques”.

17 – Ofício nº 0088/18 – CAIXA, informando o Contrato de Repasse celebrado entre o Estado de Rondônia e a Caixa Econômica Federal, que tem por finalidade “Realização de Infraestrutura produtiva e não produtiva em comunidade entendida pelo PNCF no Município de Candeias do Jamari e Estruturação da Unidade Técnica Estadual”.

18 – Ofício nº 0089/18 – CAIXA, informando o Contrato de Repasse celebrado entre a Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia e a Caixa Econômica Federal, que tem por finalidade “Aquisição de Veículos e equipamentos de informática para fortalecer os Serviços de ATER no Estado de Rondônia”.

19 – Ofício nº 0090/18 – CAIXA, informando o Contrato de Repasse celebrado entre a Superintendência Estadual de Turismo e a Caixa Econômica Federal, que tem por finalidade “Reforma o Museu Casa Rondon no Município de Vilhena”.

20 – Ofício nº 0091/18 – CAIXA, informando o Contrato de Repasse celebrado entre o Fundo Estadual de Saúde de Rondônia e a Caixa Econômica Federal, que tem por finalidade “Reforma de Unidade de Hematologia e Hemoterapia – Hemocentro Regional de Vilhena”.

21 – Ofício nº 0092/18 – CAIXA, informando o Contrato de Repasse celebrado entre o Fundo Estadual de Saúde de Rondônia e a Caixa Econômica Federal, que tem por finalidade “Ampliação de Unidade de Hematologia e Hemoterapia – Hemocentro Regional de Ji-Paraná”.

22 – Ofício nº 0086/18 – CAIXA, informando o Contrato de Repasse celebrado entre o Estado de Rondônia e a Caixa Econômica Federal, que tem por finalidade “Implantação e/ou Modernização de Complexo Esportivo João Saldanha no Município de Guajará-Mirim”.

23 – Ofício nº 0093/18 – CAIXA, informando o Contrato de Repasse celebrado entre o Fundo Estadual de Saúde de Rondônia e a Caixa Econômica Federal, que tem por finalidade “Reforma de Unidade de Hematologia e Hemoterapia – Hemocentro Regional de Ji-Paraná”.

24 – Ofício nº 0094/18 – CAIXA, informando o Contrato de Repasse celebrado entre o Fundo Estadual de Saúde de Rondônia e a Caixa Econômica Federal, que tem por finalidade “Reforma de Unidade de Hematologia e Hemoterapia – Hemocentro Regional de Ariquemes”.

25 – Ofício nº 0095/18 – CAIXA, informando o Contrato de Repasse celebrado entre o Fundo Estadual de Saúde de Rondônia e a Caixa Econômica Federal, que tem por finalidade “Reforma de Unidade de Hematologia e Hemoterapia – Hemocentro Regional de Cacoal”.

26 – Ofício nº 0096/18 – CAIXA, informando o Contrato de Repasse celebrado entre o Fundo Estadual de Saúde de Rondônia e a Caixa Econômica Federal, que tem por finalidade “Ampliação da Unidade de Atenção Especializada em Saúde – Hospital Infantil Cosme e Damião-HCID”.

27 – Ofício nº 0084/18 – CAIXA, informando o Contrato de Repasse celebrado entre o Estado de Rondônia e a Caixa Econômica Federal, que tem por finalidade “Modernização do Estádio Aluizio Ferreira”.

28 – Memorando nº 099/2018 – Gabinete Deputado Jesuíno Boabaid, solicitando expedição de Ofício por esta Presidência ao Congresso Nacional, requerendo uma Audiência Pública, com a finalidade de tratar sobre a privatização da CERON.

29 – Memorando nº 010/2018 – Comissão de Agropecuária e Política Rural, solicitando que convoque a Senhora Mary Teresinha Branganhol, Secretária de Estado da Agricultura, para participar da reunião ordinária desta Comissão no dia 14 de

março de 2018, no horário das 8:30 horas, no Plenarinho das Comissões.

30 – Requerimento do Senhor Deputado Léo Moraes, justificando ausência na sessão do dia 28 de fevereiro de 2018.

31 - Comunicados nºs AL000018 e AL000063/2018– Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Lido o Expediente, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) - Eu quero aqui cumprimentar o Vereador Anael Queiroz, da Câmara Municipal de Nova Mamoré, seja bem-vindo a esta Casa de Leis; também o Vereador Hiran, Hiran da Duas Irmãs, também do Município de Nova Mamoré, seja bem-vindo; Vice-Presidente da Câmara, também, de Nova Mamoré o Vereador Denisio da Costa, bem-vindo a esta Casa de Leis. Queremos cumprimentar também o senhor Luiz Paulo Assunção, Coordenador Estadual do ID-Jovem, representando a Secretaria Nacional de Juventude de Brasília - SNJ, seja bem-vindo, também; cumprimentar o Vereador Pit Bull, do PRB, de Vale do Anari, que nos honra também com sua presença aqui, seja bem-vindo, atuante Vereador. Também o nosso amigo Japão do Meio Ambiente, também do Município de Vale do Anari e o Sidnei que também compõe essa caravana que vem lá município do Vale do Anari.

Passemos agora às Breves Comunicações. Com a palavra por 5 minutos, sem apartes, o Deputado Laerte Gomes, líder do Governo.

O SR. LAERTE GOMES - Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados; os amigos que nos assistem aqui, estão aqui nesta tribuna, nas galerias da Assembleia Legislativa; os internautas que estão em casa.

O que me traz aqui, senhor Presidente, hoje tem algumas denúncias que nós recebemos de uma obra que foi realizada no Município de Ji-Paraná, nós colocamos um recurso na ordem de R\$ 465 mil para o Aeroporto José Coletto, Sr. Presidente, para fazer a reforma desse terminal. O Governador liberou o orçamento, liberou, a SUPEL contratou a empresa, o DER contratou a empresa e a empresa foi fazer essa obra. Só que estão havendo várias reclamações da reforma que foi feita. E nós hoje, Sr. Presidente, fizemos um Requerimento a esta Casa solicitando que envie ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem, que se envie para lá, para que seja enviado ao Município de Ji-Paraná, ao Aeroporto José Coletto, uma junta de Engenheiros para fazer uma perícia na reforma daquele terminal. Nós colocamos o orçamento, o Governo liberou os recursos, mas cabe aos fiscais, aos Engenheiros Fiscais do DER, logicamente, o acompanhamento da obra e a aprovação do mesmo.

Então gostaria, a obra não ficou boa, a reforma não ficou boa, vários problemas, e eu estou hoje, Sr. Presidente, solicitando ao DER, e também com cópia ao para o Ministério Público, que seja feita uma perícia na reforma daquele aeroporto para que a empresa retorne e conclua a reforma porque ficou verdadeiramente, ficou muito ruim a reforma que essa empresa, que eu nem conheço, nem sei quem são os donos da empresa, fizeram no terminal do aeroporto do município de Ji-Paraná.

Nós temos também um problema no aeroporto que nós já colocamos recursos, já está sendo adquirido pelo DER, ar-condicionado, são 06 ares-condicionados de 48.000 Btus que estão sendo adquiridos para o terminal do aeroporto de Ji-

Paraná, fruto de uma Emenda Parlamentar nossa também. Nós colocamos ao final do ano, mas infelizmente não deu tempo de fazer aquisição, perdeu o orçamento. Colocamos novamente agora o recurso para aquisição de 06 ares-condicionados de 48.000 Btus para o terminal do aeroporto de Ji-Paraná, até porque quando as pessoas vão ali pegar os seus voos, infelizmente, ali está muito quente porque não tem nenhum ar condicionado. Então a gente sabe que o aeroporto hoje está sob a responsabilidade do DER, então o DER precisa se mexer e resolver essa questão. Já estive lá no DER hoje e já está sendo pego uma carona em Ata para entregar os ares-condicionados, assim que chegarem.

Então, senhor Presidente, só para colocar isso antes que algumas pessoas façam uso de má-fé disso, nós estamos aqui requerendo que seja encaminhado ao aeroporto de Ji-Paraná uma junta de Engenheiros para periciar a reforma que foi feita pela DER, pela empresa contratada naquele terminal e também a questão dos ares-condicionados. E nós já anunciamos senhor Presidente, com muita alegria também para o Município de Ji-Paraná, na última semana o empenho de R\$ 1.446.000,00 para o término da obra do Beira Rio Cultural. O Beira Rio Cultural está abandonado hoje. A empresa que ganhou a licitação no passado, não teve condições de concluir a obra. Havia também, por parte do DER, erros no projeto e nós temos que colocar isso. Então foi feito o destrato com a empresa e a obra ficou paralisada. Nesse tempo todo, senhor Presidente, foi feita a readequação do projeto e foi arrumado o orçamento para licitar. Foi licitado novamente na última quinta-feira, a empresa que ganhou essa obra é a empresa JRP Engenharia Eireli Epp, que é de Cacoal, se não me falha a memória, não conheço, de Cacoal, pelo valor de R\$ 1.644.000,00 com o número, com o empenho, o número do documento: 2018/NE/Nota de Empenho 00135. Então, senhor Presidente, nós já tivemos acompanhando isso passo a passo desde o início que o Beira Rio estava parado e agora nós vamos acompanhar o contrato e vamos dar a ordem de serviço para que a empresa conclua o mais rápido possível aquela obra do Anel Viário, que hoje infelizmente, em Ji-Paraná está entregue aos usuários de drogas, vandalismo, banditismo, sendo que é para ser um dos maiores, senão o maior cartão postal ali de Ji-Paraná, que é o nosso rio Machado ali numa riqueza enorme para a cidade. Infelizmente, a obra paralisada causando sérios prejuízos. Ali que já foi o ponto de encontro da sociedade, da comunidade ji-paranaense, hoje está totalmente abandonada e entregue aos delinquentes. Então, senhor Presidente, eu quero aqui ressaltar o Prefeito Jesualdo Pires que tem me cobrado sempre, me ligando, pedindo para acompanhar. Fizemos acompanhamento e já tivemos êxito e agora só falta assinar o contrato e dar a ordem de serviço para que a obra seja reiniciada e a gente vai continuar fiscalizando, acompanhando para entregar aquela comunidade. Era isso que nós tínhamos a falar, Sr. Presidente, e agradeço o tempo excedido e a tolerância de Vossa Excelência.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado, Deputado Laerte Gomes. Sempre atuante e preocupado com as causas do povo ali da região de Ji-Paraná, Alvorada d'Oeste, tem feito realmente um trabalho digno em defesa daquele povo.

Ainda nas Breves Comunicações com a palavra, também por 05 minutos, sem apartes, o Deputado Airton Gurgacz.

O SR. AIRTON GURGACZ – Boa tarde, senhor Presidente; boa tarde, senhores Deputados; boa tarde a todos os funcio-

nários aqui da nossa Casa; o pessoal que está na galeria também boa tarde. Sejam bem-vindos aqui a nossa Sessão.

Quero aqui parabenizar o Deputado Laerte pela fala sobre a questão do aeroporto, porque está havendo muita reclamação. E se a obra foi feita pelo DER, ele já anunciou aqui que está pedindo a fiscalização do Ministério Público, cobrando o DER pela obra não feita. Geralmente essas obras se a gente não estiver em cima, não tiver aí um pedido sempre das nossas emendas; que o Ministério Público acompanhe, que a comunidade denuncie, que as coisas aconteçam, é isso que acontece, a obra mal construída, malfeita dentro do nosso aeroporto de Ji-Paraná, onde a gente sabe do esforço grande do Deputado Laerte nessa obra. Parabenizar então.

Também a questão do Beira Rio Cultural, a imprensa tem cobrado o Governador Confúcio Moura e o Diretor do DER, todos que passaram não poderiam chegar em Ji-Paraná e sempre a imprensa cobrando aquela questão do Beira Rio Cultural, que é uma vergonha para nós ji-paranaenses. Mas infelizmente a empresa ganhou a licitação, quebrou, sumiu ou sei lá, quer dizer, alguma coisa houve. Mas tomara que realmente o DER consiga recomeçar e refazer esse trabalho, até porque está sendo investido ali, junto, atrás ali nós temos uma área verde muito bonita, o Parque Ecológico e está sendo investido mais de três milhões do Senador Acir. E se você não restabelecer, não recuperar, não fazer o Beira Rio Cultural, fica feio, porque você fica com uma obra começada, malfeita, inacabada. E atrás ali, na parte traseira, que está sendo umas passarelas, um local de encontro das famílias ji-paranaenses; vai ter ali a Polícia Ambiental, já está pronto lá o prédio; a SEMA, do município, também deve ir para lá; tem várias quadras já prontas lá pelo nosso Prefeito, o Jesualdo Pires; e também uma praça que nós já construímos e está em fase final de acabamento, uma emenda nossa no valor de R\$ 300 mil. Além disso, eu quero também comunicar que nós, na quinta-feira, na próxima quinta-feira, dia 15.03, nós iremos inaugurar em Ji-Paraná, vai ser inaugurada a primeira aula do Bombeiro Mirim em Ji-Paraná, uma emenda nossa R\$ 70 mil, e essa primeira aula inaugural será... É um projeto da turma lá do bombeiro, é que Ji-Paraná não tinha bombeiro mirim. Então, é uma iniciativa do 2º Grupamento do Bombeiro Militar em Ji-Paraná e conta com o nosso apoio, que nós arrumamos a emenda de R\$ 70 mil. E essa aula inaugural será no auditório da Ordem dos Advogados, subseção de Ji-Paraná, às 19:00 horas. Nós temos já lá, são 32 alunos que iniciarão essas aulas, terão uniformes, terão alimentação e terão transportes. São crianças de 09 até 13 anos, inicialmente, a cada 06 meses serão formados 32 Bombeiros Mirins. Então, isso para Ji-Paraná é mais uma questão muito boa para nós cuidarmos dos nossos adolescentes que a gente vê hoje as drogas tomando conta das nossas cidades e até das áreas rurais.

Então, nós estamos muito felizes aí com o desenvolvimento desse Projeto do Bombeiro Mirim em Ji-Paraná. E também queremos aqui agradecer o Coronel Chianca, que dirige o Bombeiro do Estado, que nós solicitamos a ele um desfibrilador, aquela máquina que quando dá um ataque cardíaco no cidadão, chega lá, dá o choque no cidadão e acaba que às vezes consegue fazer o cidadão sobreviver. E há 15 dias nós tivemos lá um atleta lá de 40 anos, jogando futebol, e veio a dar uma parada cardíaca, chegou o bombeiro, mas não tinha o desfibrilador, Ji-Paraná não tem. Então, nós solicitamos ao Coronel Chianca, que é Diretor aí do Bombeiro do Estado e ele garantiu que já, já nós estaremos lá com esse desfibrilador para quando o bombeiro chegar, já chegue com esta máquina poupando, de repente salvando vidas.

Nós temos aqui o nosso companheiro médico, o Dr. Neidson que sabe da importância do desfibrilador numa hora dessas, num momento desses. Ji-Paraná, uma cidade com 150 mil pessoas e nós não temos lá um desfibrilador no Bombeiro. Então, nos garantiu, se comprometeu de nos mandar esta questão.

Também queremos aqui, em nome do Senador Acir Gurgacz e Presidente do PDT, dizer que nós, o Dr. Luiz Carlos, que é o Presidente do Executivo Municipal lá de Ji-Paraná e da Vereadora Silvia Cristina, dar boas-vindas ao novo filiado da nossa legenda em Ji-Paraná, o senhor José Agripino. A filiação foi assinada na tarde de sexta-feira, dia 09, durante o encontro de lideranças pedetistas. Agradecer à Vereadora Silvia Cristina pelo convite e a recepção que tivemos lá no hotel onde foi o encontro. E também ela falou muito sobre a sua pré-candidatura à Câmara Federal. Então, foi um encontro muito bom lá do PDT e tiveram várias filiações, além do Zé Agripino, outras filiações. Então, era isso que nós tínhamos para esta tarde, senhor Presidente. Muito obrigado, um grande abraço a todos e boa tarde.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado, Deputado Airton. Quero aqui cumprimentar o Vice-Prefeito de Espigão d' Oeste, Valter Gonçalves Lara. Seja bem-vindo Vice-Prefeito, lá de Espigão. Transmita um abraço a toda população em nome desta Casa de Leis.

Ainda nas Breves Comunicações, por cinco minutos, também sem apartes, grande líder do Partido Socialista Brasileiro, Deputado Cleiton Roque.

O SR. DR. NEIDSON – Presidente, só uma Questão de Ordem?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. DR. NEIDSON – Com relação ao que o Deputado Airton Gurgacz comentou sobre o desfibrilador. Eu sugeriria, Deputado, que seja um DEA - Desfibrilador Externo Automático, devido que o desfibrilador normal, nós temos duas situações que se usa e talvez os Bombeiros não saibam identificar quais são as situações. E o Desfibrilador Externo Automático, o DEA, você só coloca as pás na pessoa, e ele mesmo vai dando as instruções se tem que desfibrilar ou não e para as pessoas se afastarem. Eu acredito que, só como sugestão, que seja um DEA para que os Bombeiros possam ter que seria de muito mais importância, que aí não precisa ter o conhecimento para saber qual é arritmia que realmente está causando aquela parada cardíaca e ele já é automático. Só questão de incrementar o seu discurso.

O SR. AIRTON GURGACZ – Obrigado aí, dê licença Deputado? Obrigado pela colocação. Mas nós perdemos lá um rapaz, jogando futebol, com 42 anos, deu esse enfarto, e se tivesse, segundo, também não entendo de medicina, eu estou, mas como a cobrança da nossa cidade é muito grande, uma cidade com 150 mil pessoas e não ter um desfibrilador lá no Bombeiro ou no SAMU e tal, também o SAMU não tem, então, fica difícil. Se, de repente, tivesse chegado, segundo os médicos e alguns enfermeiros que entendem da situação, nós teríamos salvado a vida do rapaz. Eu não sei se isso, eu também de medicina, eu não entendo, mas têm essas notícias. Aí ficou o Coronel Chianca, eles têm 16 aí, e falta, parece, umas placas, mas acho que teria que mandar para todos os Bombeiros do Estado, onde tiver um grupamento de Bombeiros, colocar um

desfibrilador porque numa hora dessas um médico ou alguém possa ajudar a gente salvar um irmão nosso, salvar uma vida. Muito obrigado aí pelas informações.

O SR. CLEITON ROQUE – Cumprimentar o Deputado Ezequiel Junior, Presidente em exercício, Vice-Presidente da Mesa Diretora, e todos os demais Deputados presentes, funcionários desta Casa de Lei, pessoas que nos acompanham aqui nas galerias, público que nos ouve pela imprensa.

Senhor Presidente, eu venho enaltecer a grande ação executada na última sexta-feira, no último sábado, no último domingo, três dias, a realização da POC Itinerante no Município de Pimenta Bueno. Foi a 5ª ou 6ª ação organizada pela Secretaria de Saúde, pela Policlínica Oswaldo Cruz. E nós tivemos a oportunidade de acompanhar, primeiro de interceder para que essa ação acontecesse no nosso município, que o evento da regional fosse lá. E depois pela oportunidade de eliminar uma lista significativa de pacientes regular.

A realidade dos municípios de Pimenta, Espigão, Primavera, São Felipe, até mesmo de Cacoal, era paciente, sete, oito meses aguardando para fazer os exames, para passar por uma avaliação cirúrgica, de fato receber o atendimento pelo qual é de direito, aquilo que a Constituição assegura. E nós tivemos a oportunidade, nesses três dias, mais de três mil atendimentos de 30 especialidades, 30 especialistas, pessoas qualificadas, capacitadas no Estado de Rondônia, que estiveram conosco cumprindo a sua obrigação nesta grande ação do Governo do Estado, nessa grande ação da Secretaria Estadual de Saúde em parceria com os municípios.

Então, eu quero aqui, nesta tarde, agradecer primeiramente ao nosso Governador Confúcio Moura; agradecer a toda equipe da SESAU, encabeçada pelo Secretário de Saúde, o Pimentel, o Ajunto Maiorquim, à Socorro, o Coordenador da Policlínica, o França, Maria Rita; a todos os Prefeitos desses municípios envolvidos, aos funcionários, as suas equipes por essa grande ação.

Eu tenho certeza que essa ação, que é política do Estado e Saúde, com certeza contribuiu para a garantia dos direitos constitucionais, para a melhoria de vida da população. Alguns pacientes saíram de lá do atendimento, Deputado Ezequiel Junior, direto para as unidades de saúde de alta complexidade que eram casos cirúrgicos que talvez se nós não tivéssemos uma ação tão importante como a POC Itinerante, essa grande ação da Policlínica Oswaldo Cruz, essas pessoas talvez não tivessem chance.

Então, eu deixo aqui os nossos agradecimentos, ressaltando mais de 3 mil atendimentos, 3 mil pacientes atendidos em 3 dias. O atendimento começou na manhã de sexta-feira, tivemos a abertura oficial na manhã de sábado e concluiu no domingo. Então fica aqui os nossos agradecimentos primeiramente a todos os profissionais que se deslocaram da capital, de alguns outros municípios para estarem em Pimenta Bueno contribuindo. Fica aqui os nossos agradecimentos também à equipe da Prefeita Juliana Roque, à equipe da Secretaria Municipal de Saúde que não medi esforços para dar todas as condições para que na Escola Marechal Cordeiro de Farias estivesse um ambiente agradável, um ambiente pronto para receber esses profissionais e receber esses pacientes de toda região.

Então eu finalizo aqui de fato agradecendo a todos pelo comprometimento pela realização da POC Itinerante no município de Pimenta Bueno. Muito obrigado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Um trabalho realmente muito importante da Secretaria de Estado da Saúde, Deputado Cleiton Roque. O primeiro trabalho itinerante da POC aconteceu lá em Machadinho d'Oeste e foi um sucesso. Nós temos que parabenizar em nome da população porque quem está na ponta é que sabe da importância desse trabalho. Parabenizar o Secretário Williames Pimentel, o Adjunto Maiorquim e toda a equipe de médicos que sempre muita boa vontade eles se propõem a sair da capital ou de cidades próximas a capital, com todo o conforto, para ir para o interior, para ir para Machadinho, para ir para Pimenta Bueno, a distante Pimenta Bueno, e atender o nosso povo com excelência. Os melhores especialistas do Estado vão para atendimento da Policlínica Oswaldo Cruz nesse trabalho itinerante. Então nunca é demais a gente enaltecer esse trabalho e parabenizar toda a equipe da saúde comprometida, engajada. O setor de regulação que é um centro nervoso de todo esse trabalho, sempre muito bem conduzido. Realmente é um trabalho muito digno e parabéns à toda equipe da saúde.

O SR. CLEITON ROQUE – Com toda certeza, Deputado Ezequiel Junior. E a próxima POC Itinerante deve ser no município de São Francisco do Guaporé, segundo informações que nós temos, Deputado Lebrão. Sabemos que Vossa Excelência é um anfitrião de altíssima qualidade e tenho certeza que será um grandioso evento também. Mas eu quero aqui ressaltar que o custo/benefício, Deputado Dr. Neidson, Vossa Excelência que é da área da saúde, que faz um brilhante trabalho nessa área, o custo/benefício, a redução do custo, Deputado Geraldo da Rondônia, que traz para os municípios é algo muito grandioso. Quando se coloca na calculadora o quanto os municípios, vamos pegar o caso dos pacientes de Pimenta Bueno, foram mais de 900 pacientes atendidos só de Pimenta Bueno, você imagina transportando esses pacientes para Porto Velho, para outras localidades, Deputado Adelino, o desconforto, muitas vezes não sendo atendidos. Quando esses médicos vão lá, já através de uma lista de atendimento regulado perfeitamente, como manda a legislação, o ganho é muito grande. E eu quero aqui sugerir que isso se transforme mesmo numa política de ação continuada para que a gente possa, após o período eleitoral, tem todo impedimento de ordem legal para esta ação, mas que nós possamos regulamentar ela, criar os calendários e dar toda cobertura para esses profissionais porque é realmente muito importante.

O SR. LEBRÃO – Só uma Questão de Ordem. Aproveitando a fala do Deputado Cleiton Roque, parabenizar pelo trabalho que faz representando toda a sua região e parabenizar toda equipe da saúde do Estado de Rondônia que sem dúvida nenhuma, com os dois mandatos do Governador Confúcio Moura, fez essa grande diferença no Estado de Rondônia e esse trabalho itinerante feito pela POC sem dúvida nenhuma tem contribuído muito.

Dizer a vocês que nós tínhamos um trabalho semelhante a esse na Assembleia Legislativa, através do Centro Médico numa parceria com a Casa Militar do Governo, que fazia um grande sucesso no Estado de Rondônia de uma maneira geral e que, infelizmente, foi interrompido. Era muito importante que na próxima legislatura, eu sei que nesta legislatura não é possível mais, que a Assembleia Legislativa volte mais uma vez a fazer uma parceria com o Governo do Estado para realizar esse trabalho itinerante em todo Estado de Rondônia. Sem dúvida nenhuma quem ganha muito com isso é a população do nosso Estado. Parabéns a todos. Obrigado.

O SR. CLEITON ROQUE – Obrigado, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado. Queremos cumprimentar aqui o Vereador Edmar Parlote da Câmara Municipal de Jarú. Seja bem-vindo, atuante vereador de Jarú Edmar Parlote.

Ainda estamos nas Breves Comunicações. Com a palavra por 5 minutos, sem aparte, Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente em exercício Deputado Ezequiel, Deputados aqui presentes, imprensa, pessoal aqui presente que está nos visitando; também o Vereador Parlote, do nosso Partido Democratas, também em seu nome cumprimentar todas as pessoas aqui presentes.

Vim hoje à tribuna falar sobre um assunto que nós somos muito cobrados, principalmente as pessoas que mais precisam, que é o pessoal que visita o INSS, em todos os municípios eles têm dificuldades, principalmente de agendamento, mas principalmente quando se trata de pessoas que estão acidentadas, pessoas que dependem de um perito, dependam de qualquer perito. Hoje, Ariquemes não tem nenhum perito, pelo que tenho conhecimento também Vilhena, têm outros municípios grandes que não têm nenhum perito. Hoje tem mais de 300 pessoas, mensalmente, que têm que se deslocar para Porto Velho, para Jarú, para Ouro Preto, para outros municípios para poder fazer a sua perícia.

Então é um desrespeito com as pessoas. O INSS, além de dificultar o atendimento normal, que é o agendamento, que muito poucas pessoas para atender, e o agendamento é muito demorado. Mas eu quero aqui fazer um apelo ao INSS, um apelo à bancada federal para que cobre isso porque a população está aflita, está decepcionada, está revoltada com a situação hoje do INSS no Estado de Rondônia. Cada vez está pior. Antes um município igual Ariquemes, que atende toda grande região, são 09 municípios da região, e depender de todas as pessoas chegarem lá e ter que agendar em outro município, se deslocar, gastar dinheiro, já não tem e quando vai fazer a perícia para poder receber o recurso do INSS, que já é pouco, gasta tudo para frente para e trás. Quando precisar fazer a revisão ele tem que ir de novo. Então não tem justificativa para este tipo de coisa, e principalmente municípios maiores, que são municípios polos, não têm como ficar dependendo de outros municípios e principalmente eu falo especificamente do meu município de Ariquemes, que atende toda aquela região. E desde, se não me engano, de janeiro do ano passado não tem um perito dentro do INSS. Tudo depende de se deslocar fora do município. Isso é lamentável, e esperamos que o Governo Federal através do Ministério da Previdência providencie esta situação o mais rápido possível, para resolver esta situação.

Quero também, eu vim agora de Ariquemes, encontrei uma pessoa caída agora de manhã, acidentada, bateu em um buraco de moto, pessoa conhecida. E estava lá aguardando o SAMU de Ariquemes para poder saber o que é que quebrou, quanto quebrou, porque ele não conseguia se mexer, estava lá estendido no asfalto. Encontrei mais três carros que bateram em um buraco também. Então é uma situação, é difícil toda hora falar do mesmo assunto e nada resolver.

E a 421 agora, conversando com o pessoal que veio de Campo Novo, de Monte Negro, está igual ou pior naquele trecho de Jarú a Ariquemes. Então, a 421, inclusive o pessoal atolando dentro da BR. Então não tem mais explicação para o DNIT aqui de Rondônia o que é que ele está fazendo. Itapuã também, dentro de Itapuã daqui a pouco as carretas vão atolar

dentro do asfalto, no meio da estrada. Carreta, imagina o resto dos carros! E aí quando têm aqueles buracos, tem buraco aí que nós medimos, dá quase meio metro de fundura. Uma pessoa quando, à noite, bate em um buraco daqueles ele pode ir para debaixo de uma carreta, ele pode ter acidente. Como esse motoqueiro que estava lá caído, ele bateu em um buraco isolado e ele não viu, ainda era escuro, acabou batendo e se acidentado e estava lá que não sabia se tinha quebrado a coluna ou não, não sabia porque não podia mexer nele.

Então eu queria deixar mais uma vez este apelo para que o DNIT aqui de Rondônia, para que a bancada federal, eu sei que têm alguns deputados que já cobraram, mas que cobre, que resolva isso definitivamente. E a 421 só virou em buracos. Tem uns trechos aí que tem que fazer asfalto novo porque com a infiltração da água nesses buracos, está amolecendo e está fazendo as crateras, Deputado Marcelino e deputados aqui presentes. Então é muito grave. Então nós estamos fazendo mais uma vez um apelo aqui para que seja feita alguma coisa nestas BR's. A 429, eu não estou passando lá esses dias, mas deve ser a mesma coisa. As BR's de Rondônia, e são diferentes das BR's do Brasil, do resto do Brasil, Deputado Lazinho. Parece que aqui, Deputado Ezequiel, Deputado Ribamar, parece que aqui o DNIT é diferente, eu acho que nós estamos em outro Brasil, nós não estamos no mesmo Brasil. Então precisa saber o que está acontecendo. É muito grave essa situação e o povo cobra da gente e cobra com razão, cobra e até xinga e fala, e tem razão. Então nós estamos aqui transmitindo esta indignação da população de Rondônia quanto à situação. Aí fala que licitou, fala que vai licitar, fala que deu problema na licitação e nunca acontece e nunca resolve a situação. Então deixar aqui registrado esta manifestação nossa hoje, esperamos que seja feita alguma coisa de imediato.

Gostaria, Presidente, só rapidinho. Hoje cedo nós tivemos uma reunião do Sintero, na Casa Civil junto com toda a MENP, toda a Comissão, a MENP que faz parte lá os Secretários, todos os Secretários para discutir a questão, se havia possibilidade de terminar a greve. E o pessoal saiu de lá muito indignado, muito revoltado, porque a proposta que foi feita, o Sintero falou que já foi feito compromisso daquilo, que já foi negociado no ano passado, nada de novo. Que o impacto seria, colocou lá em R\$ 40, R\$ 45 milhões, mas coisas que já..., o piso salarial, são coisas que já estavam previstas para serem pagas e já compromissos na mobilização do ano passado, nada de novo. Então, para a categoria saiu muito indignada lá. E espero, inclusive estava falando com o Deputado Anderson aqui, que é Presidente da Comissão de Educação, que parece que vai trazer ou tentar trazer o pessoal amanhã para ter um diálogo. Tomara que haja esse diálogo para resolver. Espero que o Governo e Estado, a sua equipe, que nós estivemos com o Governador domingo e ele prometeu que ia pedir para a equipe fazer um esforço para ver se atendia para acabar a greve. Espero que a equipe, a MENP, que é a Comissão que está analisando, tente melhorar essa proposta, e também o Sintero tenha condições de abrir mão de algumas coisas - não é, Deputado Anderson? - para que haja um entendimento. A população precisa, quer aula. Os alunos, hoje, me cobrando lá na Comissão, os alunos lá de Ariquemes, da região, inclusive de Buritis, me passando WhatsApp, cobrando que eles querem ter aula. E a greve não é boa para ninguém, nem para os professores, nem para os pais, nem para os alunos e nem para a população de Rondônia. E a preocupação é que o transporte escolar do Estado e do município, a maioria dos municípios, é em conjunto. E agora, quero ver no final do ano quem paga diferença para buscar os alunos para repor essas aulas,

já que os alunos estão sendo puxados para o município e não está puxando do Estado. Eu quero quem vai pagar o transporte no final do ano.

Então, esperamos que haja um entendimento das duas partes, seja facilitado esse entendimento para que a gente consiga resolver essa situação. E os alunos estão reclamando que depois eles vão fazer a prova do Enem, não conseguem passar porque as aulas são dadas de qualquer maneira, não consegue repor 100%, e isso os prejudica e eles estão reclamando. Então, esperamos que haja um entendimento amanhã, o mais rápido possível, para que não continue esta greve que é ruim para todo mundo. É um direito do servidor, mas o próprio servidor, o próprio professor não quer a greve, mas infelizmente, com a situação que está hoje, eles falam que tinham que fazer a greve para poder reivindicar alguns direitos que eles, inclusive, tinham feito compromisso no ano passado e não foi cumprido de lá para cá, não foi pago aquilo que foi combinado no ano passado. Então, isso provocou esta greve, mas esperamos que haja um entendimento o mais rápido possível. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Questão de Ordem, senhor Presidente. Só registrar a presença do meu Vereador lá de Jaru, distrito de Tarilândia, o Vereador Parlote.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Do Democratas.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – É do Democratas. E ele é inteligente, está apoiando o Deputado Lazinho lá.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Parabéns, Deputado Adelino pelo pronunciamento. Ainda nas Breves Comunicações, com a palavra por 05 minutos sem aparte, o Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, Deputado Ezequiel Junior que preside neste momento a nossa Sessão Ordinária; os nossos colegas deputados estaduais; Deputado Aécio da TV, representante da população da nossa Capital; a todas as pessoas que aqui estão; os representantes; autoridades políticas; os prefeitos, é um prazer muito grande neste momento fazer uso da palavra.

Nós temos alguns pontos, alguns pontos, alguns temas a serem debatidos, por conta do prazo das Breves Comunicações iremos respeitar integralmente, em deferência aos colegas Deputados e ao nosso Regimento.

Gostaria de falar, senhor Presidente, primeiro a questão da Saúde. É fato sabido que Porto Velho, que não é também a única cidade, existe um colapso na saúde em todo País. Deputado Lazinho, onde todo o recurso despendido para tal finalidade acaba sendo insuficiente, nós reconhecemos essa dificuldade, nós sabemos que o município tem passado por um momento muito delicado, onde o atendimento básico da saúde, onde o Programa de Saúde da Família, o PSF, onde as policlínicas, postos de saúde e as UPAs não estão dando vazão, não estão conseguindo atender a demanda e acaba recaindo sobre, também, responsabilidade do Estado que é de média e alta complexidade, a exemplo do Hospital João Paulo II.

Mas não é por uma falha, por uma omissão ou por falta de preparo da administração municipal que o Estado vai se eximir de cumprir com as suas prerrogativas. Cosme e Damião está entupido, onde tem uma gestão compartilhada, onde passa por uma dificuldade muito grande, as crianças não têm insumos, remédios para serem atendidos. Policlínica José

Adelino, falta bandagem para fazer curativos, faltam remédios da cesta básica da Saúde.

E a nossa atribuição como Deputado Estadual é atender atividade correlata do Poder Público do Estado. E já fiz fiscalização, já encaminhamos, inclusive o nosso Requerimento, a constatação em hospitais como o João Paulo II. Porém, iremos novamente acompanhar as ações no Hospital João Paulo e gostaria de pedir aos dirigentes do Hospital João Paulo, a Secretaria de Estado que não nos faça passar por uma situação constrangedora, para não dizer vexatória. Tive muita dificuldade de entrar da última vez e é minha atribuição, é minha prerrogativa, é minha obrigação. Não nos faça ter que pedir apoio da Polícia Militar para entrar no Hospital João Paulo para constatar realidade. Não queremos fazer uma inspeção midiática, não queremos fazer circo ante desespero e também as dificuldades do povo, mas eu quero que me reserve o direito de adentrar naquele espaço. Já está aprovado pela Comissão de Saúde, na qual participei, que nós temos a Ata, inclusive, Recomendação Legislativa de outros anos para que adentremos no Hospital João Paulo II para averiguar as condições de atendimento aos pacientes e também condições de trabalho aos nossos valorosos profissionais. Fica aqui o registro para que a gente possa conter uma animosidade entre Poderes, afinal é o nosso trabalho e nós não vamos nos eximir por um capricho de terceiros.

Outra questão que me traz preocupação, Sr. Presidente, é que chega nesse momento um Projeto de autorizar contratação de pessoal por tempo determinado da CAERD. Poxa, nós estamos vivendo um caos onde a CAERD abre buraco, coloca tubo e não fecha. Deixa a nossa cidade toda esburacada nos 4 cantos da capital e neste momento, Deputado Aécio, querem fazer essa contratação. Ora, se existe recurso vamos pagar então o realinhamento, o Plano Estadual de Educação do Sintero, dos milhares de servidores que neste momento estão solicitando e clamando por isso. O que eu peço é prioridades, o que é certo, é certo. A necessidade clama por um atendimento imediato. Eu penso que nesse momento ou uma estratégia para terceirizar, privatizar, que eu não entro nesse mérito, e querem esvaziar o atendimento da CAERD, de modo que a população fica ainda mais indignada porque o atendimento é ruim. Eu acho que nós deveríamos primeiro, pagar o acordo judicial dos servidores da CAERD, que até agora não resolveram, para depois a gente falar em qualquer outra questão atinente a esse tema. Deveríamos também pagar o alinhamento e também o pedido dos milhares de servidores da Educação, afinal é a profissão mãe de todas as outras profissões. A gente vem aqui fazer esse alerta e depois vamos nos alongar aí a respeito de outros temas relevantes que devemos debater sim aqui na Casa do Povo.

Respeitando o tempo regimental nada mais me resta, quero agradecer pela oportunidade. Muito obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem Presidente?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Gostaria de aproveitar o pronunciamento do Deputado Léo Moraes e parabenizar. Também eu vi na imprensa e nós aprovamos um projeto aqui, esses dias, uns cargos que foram contratadas pessoas com trinta e poucos mil reais, trinta e quatro mil reais. Ontem eu vi a denúncia na televisão e aí teve outros de vinte e sete mil

reais, contratos que não têm justificativa. E hoje com os funcionários com 4 meses atrasados e agora mandar mais um Projeto. Eu não acredito, eu acho que é incoerente. Nós temos que analisar, ser responsável por essa situação. Nós não podemos admitir porque esses funcionários estão 4 meses sem receber, o impacto dos funcionários que foram contratados lá, pelo anúncio que houve lá na televisão, na Record ontem, foi de R\$ 190 mil mensais essas contratações que foram feitas, inclusive contratando pessoas com trinta e quatro, trinta e seis mil reais por mês. Então não tem nem lógica isso e nós temos que ter cuidado nessas votações e quero também parabenizar Deputado Léo por trazer esse assunto preocupante, que os funcionários estão num desespero lá, 4 meses sem receber. É lastimável! E aí, além de não dar resposta para eles de quando eles vão receber, ainda cria uma despesa dessas. Como é que vai pagar isso?

O SR. LÉO MORAES – Exatamente. Inclusive tem vício de forma é técnica legislativa nesse Projeto, quando eles não nos colocam a planilha bem definida a respeito do impacto e dos cargos e classes a serem criados.

Então, também fica aqui esse alerta quanto ao nosso Departamento Técnico Legislativo de uma inconformidade, de um destoante do Regimento e do dispositivo legal.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Só para título de esclarecimento, porque muitas vezes as coisas são colocadas de uma forma que parece que nós iremos apreciar mais um projeto criando cargos na CAERD, e não é. Nós não estamos criando, a CAERD não está criando cargos aqui. O Projeto de Criação de Cargos já foi aprovado por esta Casa aqui, após calorosa discussão o ano passado, não estamos criando nada. Está regulamentando para poder chamar os profissionais cujo cargos foram criados no ano passado. Porque se coloca de uma forma, não sei se proposital, para o povo entender e ficar contra esta Casa aqui, como se tivesse criando novos cargos. Não está se criando novos cargos, os cargos estão criados e estão vagos, não foram ocupados.

O SR. LÉO MORAES – Só questão de colaboração com o Presidente em exercício. É bem verdade que os cargos foram criados e esta Casa já errou naquele momento. Não existe a desculpa e a justificativa de que é para cumprir a contrapartida do saneamento da nossa capital e do nosso Estado. Erramos uma vez, quem sabe para não errar pela segunda vez.

Então, também fica esse esclarecimento, que não é um jogo de empurra ou de criar responsabilidades, mas é o momento de nós também tomarmos o protagonismo do debate da CAERD que Porto Velho está numa situação vexatória, calamitosa e vale o registro.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Queremos registrar e agradecer a presença do Prefeito de Burity, grande prefeito, Roni Irmãozinho, seja bem-vindo a esta Casa de Leis; cumprimentamos a Vereadora Dra. Raquel, Câmara Municipal de Chupinguaia, também nesta tarde conosco; Vereador Denilson, da cidade Alta do Município de Chupinguaia; o Vereador Valmir Passito, também do Município de Chupinguaia. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis. Em nome do Deputado Lazinho da Fetagro, registramos a presença e agradecemos também a visita aqui do amigo Beto, lá do Município Burity; pouco cabelo, o Deputado Lazinho que está falando aqui.

Ainda nas Breves Comunicações, com a palavra por cinco minutos, o Deputado Herminio Coelho. Não está? O Deputa-

do Anderson do Singeperon, com a palavra por cinco minutos. Se o Deputado Herminio chegar a tempo, utilizará a tribuna.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Senhor Presidente, um boa-tarde a todos. Eu quero aqui, ontem, a semana passada eu trouxe um assunto aqui a respeito dos processos da transposição. Porque na semana retrasada nós estivemos em Brasília, pedimos uma agenda lá com o Presidente da Comissão, os processos administrativos, com o Patrick e nesta semana agora, já no início, os servidores, os próprios que me reclamaram, que denunciaram para mim que os processos estavam parados, já vieram agradecer porque foram notificados pela Comissão sobre o seu deferimento e que eles teriam um prazo para se manifestar de 10 dias se aceitariam aquele deferimento. Então, é com muita alegria que eu faço essa informação a tribuna, fiz a crítica, estive em Brasília, conseguimos a agenda lá na Comissão e agora os processos estão caminhando aí do jeito que tem que caminhar. E nós vamos, como eu sempre falo, continuar acompanhando porque a qualquer momento a gente sabe que pode se criar um imbróglia aí e travar novamente qualquer processo e são quase 10 mil processos que faltam ainda ser julgados, entre deferidos e indeferidos. Mas é uma boa notícia que a gente traz.

Em relação à questão desta negociação e o Governo e o Sindicato da Educação, a gente lamenta muito. Nós aprovamos aqui através da Mesa Diretora, uma convocação dos Secretários que aconteceria na quinta-feira, os Secretários justificaram a ausência devido férias e viagem de outros que não poderiam está na Audiência, nesta reunião para tentar chegar num acordo e acabar com esta greve de uma vez por todas. Nesta semana, o próprio Governo marcou uma reunião com o Sinter, que aconteceu ontem, mas infelizmente a proposta não foi viável, segundo o Sindicato e a categoria. E nós vamos aqui, através da própria convocação, amanhã receber os Secretários aqui na Casa, juntamente com os representantes da categoria para a gente chegar num acordo, pensando o que o Deputado Adelino disse, os dois lados têm que ceder também, para gente acabar de uma vez por todas com esse movimento que prejudica tanto a sociedade, prejudica o professor, prejudica o aluno e nós queremos a solução. Por isso que esta Casa está intervindo como o papel dela de fiscalizar os atos do Executivo, seja de qualquer tipo que for, nós precisamos fiscalizar. E um movimento desse que prejudica a população, que a sociedade denuncia que o seu filho não está indo para escola, depois tudo isso tem que ser repostado, aluno tem que estudar no sábado para repor. Então, preocupado com isso, nós vamos, fizemos essa convocação e vamos tentar chegar amanhã aqui num comum acordo e acabar com essa greve de uma vez por todas.

Outra questão que eu quero trazer aqui para esta Casa, uma denúncia que chegou no meu gabinete sobre a situação do sistema carcerário nosso aqui em Rondônia. Eu não sei, estou solicitando informações, inclusive da Secretaria de Justiça, a respeito, se existe alguma empresa que faz dedetização dentro das unidades prisionais. Por que eu digo isso? Porque a denúncia que chegou para mim, inclusive com vídeos, fotos, é que têm algumas unidades, que não sei se é devido o período chuvoso, os ratos estão tomando conta dos órgãos todos, dos presídios, todas as repartições, não só celas, mas também alojamentos, administração têm muitos ratos mesmo. Eu fiquei horrorizado Deputado Adelino, quando eu vi o vídeo e eu espero que a Secretaria de Justiça já esteja tomando providências. Nós estamos solicitando informações, a situação é preocupante, porque isso é uma questão de saúde pública e

nós temos unidades aí que o presídio é dentro da cidade e isso vai com certeza refletir em doenças que podem se proliferar para os vizinhos, circunvizinhanças, onde se encontram essas unidades. O Deputado Dr. Neidson que conhece, é da área da saúde, conhece e sabe que uma proliferação de ratos em qualquer lugar que seja é preocupante devido o alto índice de doenças que eles podem transmitir. Então, nós estamos solicitando informações e a gente espera que o Secretário de Justiça tomando providências em relação a isso, fazendo a dedetização, fazendo o combate necessário que seja, para acabar de uma vez por todas e eliminar essas pragas que estão aí se alojando dentro das unidades prisionais. Então, era isso senhor Presidente que eu tinha para passar essas informações e agradeço. Uma boa-tarde a todos.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado, Deputado Anderson. Com a palavra ainda, por cinco minutos sem aparte, grande líder da minoria nesta Casa, Deputado Hermínio Coelho.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Boa tarde, Presidente, boa tarde a todos! Grande líder de quê?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Grande líder da minoria, mais uma voz rouca que fala pelo povo de Porto Velho.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Se fosse minoria era bom, mas a minoria aqui só sou eu mesmo, não tem outro não.

Presidente, eu só queria falar que na semana passada aqui na quarta-feira, hoje está com quinze dias, hoje é terça, no caso, hoje está com quinze dias. Na terça-feira, quinze dias, foi feita uma reunião aqui neste plenário, com vários Deputados. Estava o Deputado Maurão, o Deputado Jesuíno, eu estava presente, o Deputado Adelino estava presente, eu não sei qual outro, eu sei que tinha se eu não me engano tinham seis Deputados junto com o Emerson Castro, Chefe da Casa Civil e também com George, o do Planejamento. E ficou acertado naquela reunião que na quarta-feira que passou ia ser assinado aqui na Assembleia Legislativa pelo Governo e pelos Deputados e pela Comissão de Remanescentes da Polícia Militar e dos Bombeiros, a contratação, a academia para mais 300 trabalhadores. No caso, 257 policiais militares, PMs remanescentes; parece que 23... São trezentos no total. E hoje, foi quarta-feira passada que era para ter sido assinado esse documento, como teve aquela confusão toda lá desse grampo, áudio, daquela confusão toda lá, ninguém tocou no assunto na semana passada. E hoje, eu quero que a Casa se manifeste através do próprio Presidente Maurão, no sentido de cumprir o que acordaram com os trabalhadores, principalmente com os remanescentes que estavam aqui, tinha cerca aqui de uns 40, 50 trabalhadores aprovados no concurso de 2014, e desde aquele dia até hoje, ninguém fala nada, nem o Governo fala nada e nem a Assembleia fala nada, não dão nenhuma satisfação para esses trabalhadores. Está na hora do Presidente Maurão, do Deputado Jesuíno, principalmente dos dois Secretários que estavam aqui falando pelo Governo, dar uma resposta, porque a palavra desse povo não vale mais nada. Eles vieram aqui, se comprometeram aqui no Plenário, perante vários Deputados, perante aos trabalhadores, a população, a imprensa que estava aqui e depois não dão satisfação nenhuma. Por isso que, independente dessa confusão que está aí no Estado, que hoje ninguém sabe quem é que está governando o Estado, nós aqui, a Assembleia, nós não podemos chegar a assumir compromissos, garantir a palavra que nem foi garantindo aqui e depois...

Isso é muito feio, pessoas, autoridades que ficam fazendo os acordos, assumindo os compromissos, infelizmente isso depois não tem valor nenhum, não se dá satisfação nenhuma e fica por isso mesmo. Com relação também a outro absurdo, outro absurdo. Eu vi agora, ontem vendo um vídeo nas redes sociais onde o Governador Confúcio Moura fala da Assembleia Legislativa assim com certo descaso, dizendo que não tinha nada a declarar sobre os problemas que tinham acontecido na última semana entre essa questão de grampo, vídeo e outras coisas. E ele falou assim parece com certo desprezo com esta Casa. E o mais impressionante de tudo é que está aqui, agora eu estou sabendo que os Deputados vão querer votar, colocar na Ordem do Dia, um Projeto aqui criando mais cargos para a CAERD, cargo comissionado para a CAERD. Eu não consigo compreender, a CAERD está aí há seis meses, cinco, seis meses sem pagar o salário dos trabalhadores, 13º atrasado; aquela diretora, aquela senhora que diz que é a chefe lá, absurdo... Aquela mulher, é cada absurdo, um atrás do outro, esse povo tem a cara de pau, a pouca vergonha na cara de mandar um Projeto, mandar mais Projetos para cá, para nós criarmos mais 23 cargos comissionados. No final do ano foi aprovado nesta Casa aqui, criando 48, aí agora tem mais 23. Eu não acredito, eu não quero acreditar, Deputado Anderson, Deputado, todos os Deputados aqui presentes, que nós vamos ter, nós vamos ser irresponsáveis em aprovar Projeto desse tipo. Primeiro, hoje não teria que ser aprovado Projeto nenhum para o Executivo. Esse Executivo, está na hora dele respeitar mais, chamar o próprio Presidente que dedicou esses últimos anos aí na Presidência da Assembleia em proteger e defender o Governo Confúcio. E agora fica mandando esse tipo de projeto que é criminoso. É criminoso você hoje criar cargo comissionado. Como é que justifica uma empresa que não paga, Deputado Lazinho, que há 5 meses não paga o salário dos servidores, que não pagou o 13º ainda, como é que a gente vai aprovar aqui criação de cargos? Esse projeto, inclusive, nós deveríamos fazer o seguinte, Deputado Adelino, nós deveríamos votar ele e rejeitar, mas senão pelo menos retira, quem é líder, não sei quem é o líder do Governo hoje, pelo menos que retire, mas nós não podemos colocar esse tipo de projeto, aprovar um tipo de projeto desse de jeito nenhum porque eu acho que esse Governo Confúcio perdeu a noção do perigo, a noção da irresponsabilidade e pior que fica jogando para nós. Eu não sei nem que palavra a gente pode dar para um Governo que tem coragem de encaminhar um projeto hoje para esta Casa criando mais cargos comissionados na CAERD. Eu não sei nem que nome a gente poderia dar a um absurdo desse tamanho. Por isso eu peço aos nossos deputados que..., que depois ele joga tudo nas costas da Assembleia. Ontem mesmo eu estava vendo uma reportagem, eu não sei onde, dizendo lá 'Assembleia Legislativa criou 48 cargos na Assembleia', não fala do Governo, não fala do Governo, fica lá como se fôssemos nós deputados aqui que tivéssemos criado. É lógico que o projeto veio do Governo, foi aprovado pelos deputados, mas o projeto é de iniciativa do Governo. Eu votei contra, mas lá na hora fala que os deputados criaram 48 cargos na Assembleia. Eu espero que todos os deputados aqui tenham consciência e aqui a gente não seja tão... Aí a gente dá tiro no pé, no coração, na cabeça votar esse tipo de projeto hoje aqui nesta Casa. Obrigado, Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado, Deputado Hermínio. Nós já inclusive tratamos esse projeto agora há pouco durante o Deputado Léo Moraes utilizar a tribuna. Só

para ficar esclarecido, esse projeto não cria novos cargos, Deputado Hermínio, os cargos já foram criados no ano passado durante aquela intensa discussão, o senhor votou contra e outros parlamentares votaram contra. Na realidade só está mudando a nomenclatura para poder nomear as pessoas de nível médio, as de nível superior já foram nomeadas na CAERD, as de nível médio, não está se criando novos cargos este projeto aqui. Os cargos já existem e por uma questão de nomenclatura a CAERD não pôde contratar essas pessoas. Então esta Casa, o Executivo através deste projeto não está criando novos cargos aqui na CAERD.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, só para ajudar Vossa Excelência na defesa deste projeto. Não tem criação nenhuma, acabei de ligar para o Presidente. Eu falei porque agora há pouco o Deputado Lazineho e o Deputado Aécio da TV falaram que estaria criando novos cargos para a CAERD. Nós votamos uma lei, o ano passado, criando 48 cargos para a CAERD, para tocar a CAERD. Nós precisamos também da colaboração desta Casa para ajudar a CAERD a sair de onde ela está. Só tem uma forma da CAERD conseguir se recuperar, é trabalhando, não tem outra ferramenta, não fazer a CAERD pagar os seus débitos, inclusive com os funcionários que estão lá, que esse é o principal débito que a CAERD tem que pagar, não vai conseguir nunca se ela não começar a operacionalizar. E esses cargos que foram votados é para ajudar a CAERD operacionalizar. Então quando o Deputado Ezequiel Junior diz que nós não estamos criando cargos através desta lei, é verdade. O que nós estamos fazendo é uma modificação, é retificando um item da lei que está escrito aí os artigos, ao invés de colocar Assistente Técnico III, se colocou Assistente Técnico II, então está se fazendo uma modificação. Porque da forma que nós votamos foi equivocada, foi um erro de digitação do próprio Governo para cá e a redação veio errada. O que nós estamos fazendo é corrigindo a redação, mudando a nomenclatura dos cargos, que aumenta o valor com certeza, mas não aumenta o número de cargos, Deputado. Não adianta, Deputado, o senhor ficar querendo questionar para ficar arrumando chifre em cabeça de cavalo, continuam os 48 cargos....

O SR. ADELINO FOLLADOR – Não é chifre em cabeça de cavalo não. Se você muda do III para o II, você está alterando sim.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Agora, não está aumentando cargos, o senhor não vai colocar um determinado técnico para fazer a função de outro técnico que é de um nível acima daquele. Não consegue deputado, infelizmente é assim que funciona.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Sim.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Com relação a esse projeto, primeiro, eu acho uma irresponsabilidade encaminhar um projeto para cá dessa forma. Aliás, a presidente da CAERD é um desastre total. Eu sinto em ter que dizer isso aqui. Agora vem mudando o que não errou e não explicando no projeto o que está mudando. Não está explicando quanto vai aumentar na folha, certo? A contratação da primeira etapa, você pega nomes de pessoas que foram contratadas que não têm capacitação nenhuma, são contratações políticas que foram feitas em cima

daqueles 48 cargos. Eu peguei a relação, não tem formação técnica nenhuma, Deputado Airton. Eu peguei a relação. Me desculpe eu dizer isso aqui. Agora não dá para a gente ficar aprovando este tipo de projeto aqui com a CAERD seis meses já, cinco meses já, sem receber salário. - Ah, não, porque é do PAC. Vamos readequar o negócio, vamos passar um pouco da Folha, por que não tem corpo técnico na CAERD para fazer isso? Já votei contra na primeira vez, da forma como está aí vai aumentar a Folha, em quanto vai aumentar? Manda para nós quanto é que vai aumentar; por que é que está fazendo isso; por que está fazendo aquilo. Manda de uma forma que a gente tem até pouco entendimento. E uma coisa é certa: a primeira contratação não atendeu por causa da forma como foi feita a seleção e a contratação. Colocaram pessoas contratadas, Deputado Ezequiel, e eu estou dizendo porque eu verifiquei *in loco*. Eu verifiquei a Folha, verifiquei a quantidade de contratação, pessoas sem capacitação nenhuma, por indicação política. E agora tem que mudar para adequar os interesses escusos do projeto. Era isso, senhor Presidente. Obrigada.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Senhor Presidente, um aparte.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Pois não, Deputado Marcelino.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Eu só queria dar alguma colaboração sobre este Projeto. Eu acho que nós sabemos, se você for a fundo, que a CAERD está completamente quebrada. E não é de hoje, não, é lá de trás, o problema não é 2017 nem 2018. Em 2011, no primeiro ano de mandato em que eu estive presente nesta Casa, nós fizemos até uma CPI, tinha três assinaaturas, Deputado Lazineho, inscritas para abrir a CPI. Mas naquele momento tinha o Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, que era o PAC, e estava destinando quase R\$ 900 milhões para o Estado de Rondônia para fazer tratamento de água e esgoto e mais ampliação de redes de água no nosso Estado de Rondônia. E o Governador na época nos solicitou que não colocasse isso em discussão para frente. Porque em 2010, o levantamento que nós pegamos, superficialmente a CAERD deu, naquele ano, R\$ 46 milhões de prejuízo para o Estado de Rondônia. Em 2011, quando nós iniciamos este processo, mês de setembro de 2011 já estava com R\$ 32 milhões de débito. Aí, eu pergunto, o que é que aconteceu com a CAERD lá atrás.

Hoje nós estamos tendo os piores frutos da CAERD. Eu moro no Município de Ouro Preto do Oeste, onde ela não tem capacidade, desde que foi instalada naquele município, ela não tem a capacidade de melhoramento nenhum. É culpa dos funcionários? Não. É culpa de um passado que não teve responsabilidade de conduzir a CAERD no Estado de Rondônia para estar hoje, não nesta situação, mas em uma situação bem melhor. E quero falar para vocês que estão nos ouvindo aqui e Vossas Excelências, que hoje a CAERD é a água mais cara deste País. Você pode pegar Cacoal, Vilhena, Alta Floresta onde está o Deputado Jean Oliveira, Alvorada do Oeste, que não chega a 70% do valor que nós pagamos na CAERD. Agora estamos passando por um problema. Qual é o problema da CAERD, hoje? Está faltando efetivo para terminar isso que foi feito, Deputado Lazineho da Fetagro, que foi feito este Programa do Aceleração lá atrás dos R\$ 900 milhões. E como nós vamos fazer? A maioria dos funcionários da CAERD já está em fase de aposentadoria. Eu não quero me comparar, hoje eu tenho 54 anos de idade, eu não quero me comparar com um

jovem de 25 anos de idade. Você com 25 anos de idade, você anda em um muro como este. Hoje, se eu for andar aqui eu caio no momento. E não é diferente, nós temos que ter esta consciência. Se necessita destas pessoas para poder conduzir este resto, eu falo resto, que ainda falta a CAERD ser privatizada, porque hoje só tem condições de privatização, e alguém vai participar de privatização desta CAERD aqui no Estado de Rondônia, se for aqui em Porto Velho. Porque o resto do Estado de Rondônia ninguém quer, porque está tudo para ser feito. Eu estou falando isso porque tenho conhecimento, aos poucos nós fomos atrás disto. Agora existe também, Deputado Lazinho, um fator que nós temos que descobrir o que está acontecendo. Nós precisamos convocar ou requerer, que a Presidente da CAERD venha aqui e nos coloque qual é o motivo que os funcionários existentes da CAERD não estão recebendo os seus salários em dia. Porque funcionário quer seja, quer não, quando a empresa privada o que é que ela faz? Ela fecha as portas e demite o resto a pagar e o que ela tem vai para o pagamento dos funcionários trabalhistas. E quando é público nós temos que saber. Agora, nesta questão, Deputado Lazinho, que Vossa Excelência mencionou aí, tem que analisar quais são as pessoas que estão sendo convocadas para poder trabalhar e quais as funções delas para que nós possamos pelo menos dar uma adequação a esta CAERD para que o Governo do Estado, não agora, que não vai ser agora, vai ser no próximo, quem for Governador, possa pelo menos estatizar essa Caerd e colocar em mãos pessoas que trabalham. Porque neste Brasil já se sabe, nada pode ficar na mão do público, nada na mão do governo que até agora nunca deu certo e nem vai dar nunca. O poder público tem que cuidar de saúde, tem que cuidar de segurança, tem que cuidar de educação e outros segmentos, ficar de olho no que está acontecendo, não querer ser dono de empresas, que nunca vai dar certo e nem vai dar.

Então, Deputado, eu concordo com as suas palavras em partes, mas a Caerd, temos que sim saber quem é que está sendo convocado, qual é a condição dele, qual é a capacidade que ele tem para poder exercer esse momento. Agora, também, temos que saber por que está acontecendo que os servidores da CAERD não estão recebendo. Hoje a gente está com esse problema? Está, mas não foi culpa dos servidores totais, existe uma pequena massa que fez com que a CAERD estivesse do jeito que se encontra hoje. Eu quero que venha algum deles aqui desse Sindicato, não sei de onde, dizer para mim que não é diferente, que vamos puxar a CAERD nesses últimos 15 anos para ver onde está o recurso da CAERD.

Em 2010, Deputado Aécio da TV, só de causas trabalhistas foram pagas R\$ 14 milhões, e nós descobrimos que você entrava com a ação, o jurídico da empresa não comparecia e aí o Juiz ficava: "E aí, me pediram R\$ 200 mil, eu não sei quanto eu tenho que dar, mas já que me pediram R\$ 200 mil, vou mandar pagar R\$ 120 mil". Então, isso agora as pessoas estão brigando. Mas vamos ver o que aconteceu no passado, agora vamos tentar acertar o presente, o passado já foi, esquece dele, vamos acertar o presente. Agora, precisamos que esses cargos necessitam sim, é de todos? Não sei, aí precisa chegar aqui e diga: não, precisamos disso e disso; e qual a função de cada um. Agora, também necessitamos saber por que os servidores que já estão quase aptos a se aposentar não estão recebendo o seu subsídio em dias. Porque cada um tem os seus compromissos, se eu não estou podendo pagar meus compromissos com os meus servidores, fecha as portas e paga os direitos trabalhistas de cada um.

Então, deputados, eu quero que os senhores analisem sobre isso. Necessitamos, precisamos tirar esse impasse, para

o que for necessário para a CAERD possa contratar, Presidente Ezequiel Junior, seja contratada. E também saber por que os servidores que estão prestes a serem aposentados não estão recebendo os seus benefícios, os seus subsídios em dia. Porque eles têm famílias e têm compromissos para pagar no final do mês. Obrigado, senhor Presidente, por esse aparte.

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem, senhor Presidente. Só para ressaltar aqui a presença do nosso Vereador Du Galdino do PSDB, do Município de Ji-Paraná; o Guaira, nosso companheiro lá do Município de São Francisco, se faz presente aqui prestigiando, irmão nosso lá de São Francisco, prestigiado esta Sessão; Vereador Jabá, pré-candidato a Senador da República, do Município de Cacoal, forte. O Jabá que é um municipalista nato, é uma alegria tê-lo aqui, Jabá.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Encerradas as Breves Comunicações, passemos então à Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – Procede à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer à Mesa Diretora, que seja solicitado ao DER – Departamento de Estrada e Rodagem, uma justificativa sobre os problemas ainda existentes no Aeroporto José Coletto, do município de Ji-Paraná/RO, mesmo após a reforma de R\$ 465.000,00, fruto da emenda parlamentar de minha autoria.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Requer Voto de Louvor ao Coordenador Estadual e aos Coordenadores Municipais do Leilão Direito de Viver pela dedicação, perseverança e compromisso na realização deste evento na busca de um atendimento digno e humanitário dedicado ao Hospital de Amor, em todo o Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Requer a realização de Sessão Solene nesta Casa de Leis, no dia 26 e março de 2018, às 14:30 horas, em homenagem ao Coordenador Estadual e aos Coordenadores Municipais do Leilão Direito de Viver do Hospital de Amor, no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Pesar, para os familiares do Cabo da Polícia Militar, Marcos Roberto Paixão, lotado no 2º BPM, em Ji-Paraná, vítima de parada cardíaca.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro do grupo sanguíneo e fator RH nos uniformes de todos os alunos matriculados na rede pública e privada do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS LÉO MORAES, JESUÍNO BOABAID, HERMÍNIO COELHO, ANDERSON DO SINGEPERON, AÉLCIO DA TV E RIBAMAR ARAÚJO. Requer à Mesa Diretora Voto de Repúdio por parte desta Casa Legislativa, ao senhor Raimundo Costa Moraes (Raimundo Bike Som), contra agressões físicas perpetrada ao senhor Carlos Caldeira, comunicador e ativista político.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Estabelece critérios e condições para destinação de bicicletas apreendidas pelas Delegacias de Polícia do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, que solicite do Poder Executivo cópia dos documentos comprobatórios referente à Prestações de Conta

Orçamentária da Polícia Militar do Estado de Rondônia, no que tange aos últimos 05 (cinco) anos.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, que solicite ao Poder Executivo cópia na íntegra dos documentos referente à Mensagem nº 13, de 08 de março de 2018, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial e Suplementar por Anulação até o montante de R\$ 3.114.493,00, em favor das Unidades Orçamentárias: Fundo Especial de Modernização da Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia – FUMORPGE e Recursos Sob a Supervisão da SEFIN-RS-SEFIN".

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Dispõe sobre a exigência de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres, das empresas que contratarem com o Poder Público Estadual.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Cria a Política Estadual de Empoderamento da Mulher e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Dispõe, no âmbito do Estado de Rondônia, sobre a identidade visual que caracteriza o atendimento prioritário ao idoso.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO GERALDO DA RONDÔNIA. Requer à Mesa Diretora a retirada de sua assinatura no Requerimento de autoria do Deputado Herminio Coelho, que institui a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da ponte sobre o rio Machado.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Requer à Mesa Diretora que solicite ao Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos (DER), informações detalhadas relativas ao planejamento de suas ações, previstas para o ano de 2018.

- REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS LÉO MORAES, DR. NEIDSON E MAURÃO DE CARVALHO. Requer a criação de Comissão Temporária Especial, para debater a emancipação dos Distritos de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. "Requer a criação de Comissão Especial Temporária com a finalidade de averiguar a situação referente à saúde e do Hospital Regional de Guajará-Mirim-RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON. Requer à Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS, informações quanto à execução urgente do serviço de desratização e dedetização da Penitenciária Estadual Feminina – PENFEM, em Porto Velho.

Lido os Expedientes, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário que...

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, Questão de Ordem?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – O Deputado Anderson do Singeperon, através da Comissão de Educação, fez uma convocação para alguns Secretários de Estado, amanhã, para uma reunião, às 10:00 horas, no dia 14 de março. Eu gostaria só de solicitar ao Deputado Anderson que nós transformássemos essa convocação em convite ao Secretário Wagner, ao Secretário George e ao Secretário Emerson e mantivesse a Convocação do Secretário de Educação que é da pasta ligada ao tema.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado, Deputado Laerte.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Com certeza, líder do Governo, a gente concorda com o convite para amanhã, às 10:00 horas, aqui atrás, a reunião com os representantes do Sindicato para a gente tentar chegar num acordo e acabar essa greve da Educação.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado, Deputado. Solicito ao Sr. Secretário, proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer a criação de Comissão Especial Temporária com a finalidade de averiguar a situação referente à saúde e do Hospital Regional de Guajará-Mirim-RO.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o Requerimento de autoria do Deputado Dr. Neidson. O Requerimento está em discussão. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS LÉO MORAES, JESUÍNO BOABAID, HERMÍNIO COELHO, ANDERSON DO SINGEPERON, AÉLCIO DA TV E RIBAMAR ARAÚJO. Requer à Mesa Diretora que seja aprovado Voto de Repúdio por parte desta Casa Legislativa, ao Senhor Raimundo Costa Moraes (Raimundinho Bike Som), contra as agressões físicas perpetradas ao Senhor Carlos Caldeira, comunicador e ativista político.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o Requerimento de autoria dos Deputados Léo Moraes, Jesuíno Boabaid, Herminio Coelho, Anderson do Singeperon, Aécio da TV e Ribamar Araújo, deputados aqui da capital, Voto de Repúdio. Está em discussão. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Pesar, para os familiares do Cabo da Polícia Militar, Marcos Roberto Paixão, lotado no 2º BPM, em Ji-Paraná, vítima de parada cardíaca.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o Requerimento de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Requer a realização de Sessão Solene nesta Casa de Leis, no dia 26 de março de 2018, às 14:30 horas, em Homenagem ao Coordenador Estadual e aos Coordenadores Municipais do Leilão Direito de Viver do Hospital de Amor, no Estado de Rondônia.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o Requerimento de autoria do Deputado Lazinho da Fetagro. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Requer Voto de Louvor ao Coordenador Estadual e aos Coordenadores Municipais do Leilão Direito de Viver pela dedicação, perseverança e compromisso na realização deste evento na busca de um atendimento digno e humanitário dedicado ao Hospital de Amor e, todo o Estado de Rondônia.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o Requerimento de autoria do Deputado Lazinho da Fetagro. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS LÉO MORAES, DR. NEIDSON E MAURÃO DE CARVALHO. Requer a criação de Comissão Temporária Especial, para debater a emancipação dos Distritos de Rondônia.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o Requerimento de autoria dos Deputados Léo Moraes, Dr. Neidson e Maurão de Carvalho. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 839/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 288. Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.270, de 5 de dezembro de 2013, que “Institui o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona e os militares do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, tem um pedido de vista nosso e aí já tive a conversa com o próprio líder do Governo, o Deputado Laerte. Eu já expliquei que essa questão dos militares, nós temos uma Lei e uma Emenda Constitucional aprovada inclusive nesta legislatura, que retira os militares desta condição, desta Previdência Complementar, por quê? Os militares, nós não temos direito a insalubridade, periculosidade, risco de vida, não temos direitos quanto à questão das horas trabalhadas, igual aos servidores civis, e por isso, de comum acordo com o Presidente, o Deputado Laerte Gomes, eu quero que seja excluído os militares desta condição, desta ementa. E ficando da seguinte forma a nossa Emenda: Dá nova redação à ementa, altera, acrescenta dispositivo a Lei nº 3.270, de 5 de dezembro de 2013 que: Institui o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos titulares para o serviço público; no caso o titular; de cargo de ofício, incluindo membros que menciona. Tirando da parte da ementa os militares. Dando nova redação também ao artigo 1º da Lei nº 3.270, que retira também a palavra: militares. E igualmente o artigo 3º, da Lei nº 3.270, retirando os militares.

Diferente dos Agentes Penitenciários, servidores da Polícia Civil, Delegados, volto a dizer, os militares não têm o direito de insalubridade, periculosidade, risco de vida, limite de horas. Nós somos tratados de forma diferente, temos legislações apartadas dos servidores civis. Então, é por isso que eu peço ao relator, que foi o Deputado Laerte Gomes, que após o comum acordo, acate as emendas; tem que dar o parecer com esta emenda, pare a gente poder avançar, inclusive votar o Projeto de Lei, Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Então, o Deputado Jesuíno acaba de apresentar uma emenda. Eu quero pedir ao Deputado Laerte Gomes, para emitir como membro da CCJ, o parecer a esta emenda apresentada em plenário aqui, pelo Deputado Jesuíno Boabaid, explicada detalhadamente por ele.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, só para esclarecer esse projeto. Primeiro cumprimentar aqui a presença do nosso amigo lá de Costa Marques, o ex-prefeito Dinho Mesquita e do Vereador Gonçalves, também do nosso partido, o PSDB, que estão hoje aqui em Porto Velho. É uma alegria tê-los aqui nesta Casa, sejam bem-vindos.

Esse projeto já foi dado o parecer, o Deputado Jesuíno pediu vista e nós vamos acatar a emenda do Deputado Jesuíno. Esse projeto é só para os novos servidores que vierem ingressar no Estado. Deputado Hermínio, ele não atinge nenhum servidor, nenhum servidor que esteja hoje trabalhando hoje, exercendo o seu concurso. É só os que vierem de agora para frente ingressar no Estado através de concurso público.

Então, nós somos Senhor Presidente, nós somos de parecer favorável pelo projeto, acatando a emenda do Deputado Jesuíno.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão, portanto, a emenda apresentada pelo Deputado Jesuíno, já com parecer favorável emitido pelo Deputado Laerte Gomes. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovada a emenda.

Está em discussão o Projeto de Lei nº 839/17 de autoria do Poder Executivo, com emenda aprovada agora em plenário. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado com emenda. Vai à segunda discussão e votação.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 863/18 DO DEPUTADO ALEX REDANO. Altera a redação dos incisos III do parágrafo único do artigo 2º, do inciso II do parágrafo único do artigo 3º e revoga o inciso VII do artigo 3º da Lei Estadual 3.935/2016, e dá outras providências.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o Projeto de Nº 863/18 de autoria do Deputado Alex Redano. Falta parecer da Comissão de Meio Ambiente e também da Comissão de Finanças.

Deputado Jean Oliveira, membro da Comissão de Meio Ambiente, por favor, emita parecer pelas Comissões pertinentes, ao projeto de autoria do Deputado brilhante do PRB, Alex Redano.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhores Deputados, Projeto de Lei nº 863/18 de autoria do Deputado Alex Redano, “Altera a redação dos incisos III do parágrafo único do artigo 2º, do inciso II do parágrafo único do artigo 3º e revoga o inciso VII do

artigo 3º da Lei Estadual 3.935/2016, e dá outras providências”.

Senhores Deputados, o Projeto é nada mais, nada menos do que uma forma de colaborar com andamento dos manejos florestais no Estado de Rondônia. Sabemos que aproximadamente quatro anos, nós tivemos uma redução drástica nos manejos florestais no Estado de Rondônia. Isso acabou, consequentemente, fazendo com que o número de funcionários e trabalhadores da indústria madeireira fizessem muitas vezes, perdessem seus trabalhos, indústrias fechassem por conta da burocracia do manejo florestal. Deputado me empresta aqui só um pouquinho antes, daí o senhor já vê. Isso aqui é o seguinte, isso aqui tira, modifica a Lei que foi criada por esta Casa para facilitar os manejos. E o que aconteceu? Dentro desse Projeto ficou um parágrafo que solicita que INCRA certifique o georreferenciamento, e hoje o INCRA não certifica o georreferenciamento. Então, vai ser impossível conseguirmos fazer com que os manejos prossigam. Então, o que nós estamos fazendo é retirando a necessidade da certificação do georreferenciamento do INCRA, o que hoje o INCRA não faz, só com mandato de segurança judicial e isso cria um imbróglio, atrapalha ainda mais o que a gente quer que funcione que é o manejo florestal. Manejo florestal, lembrando aqui que é uma modalidade sustentável de se trabalhar com a madeira de forma responsável, sem que a gente cause danos as nossas florestas e sem que se permita a irregularidade, a clandestinidade que assola o nosso Estado, que é hoje o corte raso que infelizmente vem ocorrendo principalmente nas unidades de conservação.

Então, esse Projeto aqui ajuda muito Rondônia, ajuda muito a indústria madeireira. Nosso parecer é favorável ao Projeto do Deputado Alex Redano. Queria aqui Deputado, fazer força ao seu Projeto, como Presidente da Comissão do Meio Ambiente nós sabemos da importância que é o manejo florestal, economicamente e socialmente para o Estado de Rondônia. Mas também é bom lembrar que é totalmente sustentável, é ambientalmente correto o uso do manejo florestal. Portanto, parecer favorável ao Projeto 863/18, de autoria do Deputado Alex Redano.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o parecer emitido pelo Deputado Jean Oliveira, pelas Comissões pertinentes. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Está em discussão o Projeto de Lei 863/18 do Deputado Alex Redano, já com parecer favorável emitido pelo Deputado Jean Oliveira, pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Queria só parabenizar o Deputado Alex Redano por esse Projeto, nós já demos o parecer na Comissão de Redação e Justiça. E com certeza vem desburocratizar, além de ser um impedimento praticamente para a pessoa dar andamento nos seus processos, também está desburocratizando um Projeto de suma importância. Então, como o INCRA não está expedindo essa certificação, esse documento, está viabilizando então para que o pessoal consi-

ga resolver o problema dos seus processos que estão em andamento. Obrigado, parabéns ao Deputado Alex pela iniciativa.

O SR. ALEX REDANO – Senhor Presidente, nobres companheiros, gostaria de agradecer o apoio de todos neste Projeto, as palavras do Deputado Adelino Follador, nosso amigo Deputado Jean. E falar da importância da desburocratização desses processos. O manejo florestal no nosso Estado tem uma importância muito grande, econômica e também tem toda questão ambiental. Infelizmente existe um grande preconceito no meio. Às vezes as pessoas falam que o Plano de Manejo vai trazer desmatamento, e é o contrário, hoje o Plano de Manejo dá a sustentabilidade à floresta. Então agradeço o apoio de todos e precisamos flexibilizar as regras para que esses manejos aconteçam. Nós tivemos anos aí de muitos madeireiros ficarem endividados, muitas pessoas que investiram no manejo ficarem endividados por não conseguir ter os seus manejos. E essa Lei que é a Lei do Manejo em Posse é muito importante, Deputado Lazinho, porque têm pessoas que estão nas suas terras há vinte, trinta anos com a posse mansa e pacífica e não conseguiam fazer esse manejo.

Então, essas regras vão deixar claro o que pode e o que não pode ser feito e dando uma segurança jurídica para quem trabalha com manejo florestal. Agradeço, e peço o apoio a todos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Deputado, só uma pergunta para Vossa Excelência, que é o autor do Projeto. A regulamentação de pedir ou não esse documento é da SEDAM?

O SR. ALEX REDANO – Esse documento estava sendo exigido pela SEDAM, mas para o INCRA expedir esse documento, sendo que o INCRA não tem essa função de expedir esse documento. Então, estava sendo..., só travando, estava só travando.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Mas então é uma Lei proposta pela SEDAM que exigia esse documento do INCRA.

O SR. ALEX REDANO - Isso.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Ok. Obrigado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Só que o INCRA não pode emitir o documento exigido por essa Lei.

Está em votação o projeto de autoria do Deputado Alex Redano. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado em primeira discussão e votação. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 782/17 DO DEPUTADO LEBRÃO. Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos benefícios para jovens de baixa renda no serviço de transporte interestadual, amparados pelo Estatuto da Juventude.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O presente projeto já tem parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

Em primeira discussão o Projeto de Lei 782/2017 de autoria do Deputado Lebrão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO 037/17 DOS DEPUTADOS ALEX REDANO, MAURÃO DE CARVALHO E JEAN OLIVEIRA. Altera o Parágrafo 2º do artigo 6º, acrescenta o inciso XIII ao artigo 30, e dá nova numeração ao Parágrafo Único e acrescenta o Parágrafo 2º ao artigo 219 da Constituição do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. ALEX REDANO – Sr. Presidente, este é um projeto de suma importância e nós precisamos ter 16 votos. Esse projeto é a questão da criação de reservas em nosso Estado de Rondônia sem passar pela Assembleia Legislativa. Porque hoje, a atual legislação permite criar reservas por decreto. Então esse projeto visa que só podem ser criadas reservas através de voto aqui na Assembleia Legislativa, e pode ser prejudicado esse projeto. Então peço a retirada deste projeto, Manvailier, por favor.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O Requerimento é acatado neste momento pela Mesa. Está retirado da Ordem do Dia o projeto citado aqui pelo Deputado Alex Redano.
Próxima matéria.

O SR. ALEX REDANO – Sr. Presidente, gostaria de pedir também, temos 22 presentes, a verificação de quorum.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Deputado Alex Redano pedindo, requerendo aqui em plenário a verificação de quorum. Peço aos senhores deputados que registrem suas presenças.

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

- Deputado Adelino Follador	- presente
- Deputado Aécio da TV	- presente
- Deputado Airton Gurgacz	- presente
- Deputado Alex Redano	- presente
- Deputado Anderson do Singeperon	- presente
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- presente
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Junior	- presente
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- presente
- Deputado Jean Oliveira	- presente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- presente
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- presente
- Deputado Lebrão	- presente
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- presente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- presente
- Deputado Só Na Bença	- ausente

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Confirmando aqui a presença no painel de 14 deputados.
Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ – DISPENSA DE INTERSTÍCIO. Requer à Mesa, nos termos do Parágrafo Único

do artigo 199 do Regimento Interno, seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação do Projeto de Lei 863/18.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o Requerimento que acaba de ser lido. Está em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO – DISPENSA DE INTERSTÍCIO. Requer à Mesa, nos termos do Parágrafo Único do artigo 199 do Regimento Interno, seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação do Projeto de Lei 839/17 e do Projeto de Lei 782/17.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) - Estão em discussão os dois Requerimentos do Deputado Lebrão. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Estão aprovados.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – Não há mais matérias, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passemos ao Grande Expediente.

Com a palavra, por 20 minutos com direito a aparte, o Deputado Marcelino Tenório. O Deputado Marcelino não está presente. Não há mais oradores inscritos no Grande Expediente. Passemos às Comunicações de Lideranças. Também não há oradores inscritos. Passemos às Comunicações Parlamentares. Também não há oradores inscritos.

E nada mais havendo a tratar, invocando a Proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida, a fim de apreciarmos as matérias aprovadas nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 17 horas e 01 minutos)

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS NO ESTADO DE RONDÔNIA, E EM ESPECIAL SOBRE A EMANCIPAÇÃO DO DISTRITO DE EXTREMA.

Em 10 de Março de 2018

Presidência dos Srs.

MAURÃO DE CARVALHO - Presidente
DR. NEIDSON - 3º Secretário

(Às 14 horas e 15 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores boa tarde! A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após aprovação em plenário de Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia, juntamente como o Deputado Dr. Neidson realiza Audiência Pública para discutir aqui no Distrito de Extrema sobre a Criação de Novos Municí-

pios do Estado de Rondônia e Emancipação do Distrito de Extrema.

Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia Legislativa e proponente; convidamos também O Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Dr. Neidson, proponente desta Audiência Pública; Dr. Professor Jorge Alberto Elarrat, representando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE; Professor Gustavo Dandoline, representando a Universidade Federal de Rondônia; senhor Aparecido Bispo, Presidente da Associação de Desenvolvimento, Moradores e de Emancipação do Distrito de Extrema ASMERON; senhor Antônio Heller dos Santos, representando o INCRA e DFDA; Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário.

Podem sentar os componentes da Mesa. Queremos de uma forma geral saudar todas as senhoras e senhores, Dr. Moreira, Delegado de Polícia, também saudar o senhor José Rodrigues Gabriel (Zé Mineiro) representando os Produtores Rurais da Linha - 4 do Vermelho, Integrantes da Comissão Permanente de Moradores do Distrito de Campinas no Acre, muito obrigado pela presença das senhoras e dos senhores; senhor Luiz Cleiton Holanda, Coordenador do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos do IBGE. Agradecemos também a presença do Excelentíssimo Senhor Vereador Lionço Alves Toledo (Nego Toledo) da Câmara Municipal de Machadinho d'Oeste. Excelentíssimo Senhor Vereador Nilton Cesar Tosta, Câmara Municipal de Machadinho d'Oeste, e para compor a Mesa, convidamos O Excelentíssimo Senhor Vereador Zequinha Araújo, da Câmara Municipal de Porto Velho, representando a Câmara Municipal de Porto Velho, Excelentíssimo Senhor Vereador Zequinha Araújo. Mais uma vez Nilton Cesar Tosta da Câmara Municipal de Machadinho; Excelentíssimo Senhor Vereador Elizeu dos Santos Oliveira, o Baiano, Câmara Municipal de Machadinho d'Oeste; Senhor Gildomar Oliveira, Xarqueiro, liderança do Distrito de Campinas do município de Plácido de Castro, muito obrigado pela presença, pode ficar aí compor conosco onde se encontra; Katuo Okabayashi, representando o Gabinete do Excelentíssimo Senhor Senador Valdir Raupp de Matos, e da Excelentíssima Senhora Deputada Marinha Raupp, Altamir Fochesatto, Presidente, Professor Denizio, Vice-Presidente, Anael Nogueira, Câmara Municipal de Nova Mamoré, Comissão de Emancipação aqui de Extrema, Roberto Brito, Lourival Onossio Dellibera, Gilberto Oliveira, Marcos do Areal, Jacinto Wasczuk, Everson Castro, (Zoinho), Chaplin Farias, Mauro Pego e Roberto Pego do Café Ideal, Dona Bernadete, Dona Nair, Antônio da ABS, muito obrigado pela participação nesta Audiência Pública. Eliel Ferreira da Cunha, Conselho Municipal de Porto Velho, da SEMUR, Senhora Carine Afonso, Diretora do Departamento de Gestão Humana, e Conselheira do Conselho Municipal de Porto Velho, da SEMUR; Senhor Tenente PM Alexandro, Comandante da Unidade da Polícia Militar aqui em Extrema. E já inscrita para falar e já registramos a presença da senhora Professora Taciana Pimentel, Diretora da Escola Municipal 13 de Maio, já inscrita para fazer uso da palavra. Senhor Orleans Alves, Presidente da Associação dos Produtores Rurais, também já inscrito para fazer uso da palavra. Professor João Prata, Escola Maria Jaci, Nova Califórnia, também inscrito para fazer uso da palavra. Inscritos ainda Paulo Lubiana, Presidente do Conselho Comunitário de União Bandeirante, Senhora Raísa Tavares Thomaz, Diretora do Departamento de Planejamento Institucional Gestão Estratégica da SEMPOG. Registrar também as presenças do Senhor Aparecido Ferreira, Diretor do Núcleo de Ensino da Ponta do Abunã. Senhor Antônio Maia, Rádio Educadora de Extrema, Senhor

João Bosco, Administrador do Distrito de Extrema; Senhor Osias Correia, representando a Polícia Civil no Distrito de Extrema. Queremos avisar para as senhoras e senhores, que já temos aqui pessoas inscritas, teremos um tempo máximo três a cinco minutos, caso queiram prorrogar mais uns dois minutos. Inscritos estão, caso queiram também se inscrever, falem com o cerimonial aqui da Assembleia para que possam também fazer uso da palavra.

Para a fala inicial, com a palavra Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta a Audiência Pública objetivando discutir sobre a Criação de Novos Municípios do Estado de Rondônia e Emancipação do Distrito de Extrema.

Quero aqui cumprimentar a todos senhores e senhoras, cumprimentar aqui meu colega, Deputado Dr. Neidson, autor em conjunto desta Audiência Pública, para que nós possamos discutir e debater a emancipação dos Distritos e principalmente aqui de Extrema que já é um tema bastante discutido, bastante debatido, que às vezes as pessoas aqui mesmo já tiveram bastante mais empolgados para essa emancipação aqui do Distrito. Conversando com algumas pessoas aqui ainda pela manhã no Distrito, algumas pessoas dizendo assim que não acreditam mais nesta emancipação, mas a gente pode ver aqui muitas pessoas ainda na expectativa da criação, da emancipação do Distrito de Extrema e outros municípios que já registrados aqui, nós tivemos aqui a presença de Vereadores do município de Machadinho, daqui a pouco penso, vamos registrar aqui o nome dos Vereadores de Machadinho, nós tivemos aqui os Vereadores de Nova Mamoré que também aqui prestigiam que tem seus distritos lá em Machadinho tem o 5º BEC, e aqui, nós temos Nova Mamoré, nós temos Nova Dimensão que também é um Distrito em tamanho maior do que alguns municípios já emancipados há mais de vinte anos. E temos de outros municípios, eu vi aqui da região do Acre, que também aprovando esta Lei, é a que vai ser debatida aqui hoje, em Brasília serve o Brasil todo, não só para Extrema, para o Estado de Rondônia, mas atende todos os Estados, que hoje almeja a emancipação dos Distritos. Mas, eu quero aqui ainda fazer um registro do Zequinha Araújo, Vereador do município de Porto Velho, que também prestigia esta Audiência Pública, obrigado Vereador Zequinha, por estar presente nesse tema que é de tão importância principalmente para Extrema, a sua presença é muito importante. Agradecer aqui o Jorge Alberto Elarrat, que é o representante do IBGE, nosso amigo, com grande experiência, já foi Secretário do Estado, do município e hoje representa o IBGE, e com certeza é importante a vossa informação e a sua participação Jorge Elarrat, com certeza, nós só temos que agradecer a vossa presença, portanto, estamos aqui empenhados no mesmo objetivo que é a questão da emancipação dos nossos municípios e principalmente hoje do Distrito de Extrema da Ponta do Abunã, obrigado pela presença. Agradecer o Jorge Gustavo Dandolini, que representa a UNIR a Comissão Pastoral da Terra, obrigado pela presença, com certeza também tem sua avaliação, sua importância, a vossa presença aqui também dando a sua participação, obrigado pela presença poder participar e poder está debatendo esse tema que é importante para todos nós. Agradecemos ao senhor Bispo, Aparecido Bispo, Presidente da Comissão de Emancipação do Distrito de Extrema, o Bispo, que já está embranquecendo aqui o cabelo de lutar pela emancipação desse Distrito, que pode todo mundo

desanimar menos ele, pode todo mundo está alagando, está pendurando a chuteira, o Bispo, chega por lá muito bem atualizado, muito bem dedicado, tem buscado todo apoio, tem feito um grande movimento para a emancipação de Extrema. Ele as vezes é criticado, as vezes alguém fala, mas, Bispo, você nunca desanimou, sempre batalhando, lutando aqui, na Assembleia Legislativa, correndo atrás do apoio dos colegas Deputados, e também em Brasília. A grande maioria dos Deputados, o Bispo às vezes vai conversar em emancipação e Leis, eles não estão atualizados como o Bispo está hoje com as Leis, como tramita esse Projeto que é de tamanha importância para o Brasil à emancipação dos Distritos que hoje almejam a emancipação como aqui em Extrema. Extrema, está muito mais avançado já teve o plebiscito, e o Bispo participa desde o início mesmo sem dinheiro arrecadando, buscando apoio, e assim, ele participa o tempo todo acreditando, e o que tem acontecido até agora Bispo, com certeza, tenha o nosso reconhecimento do seu trabalho que você tem feito aí peregrinando por todo o Estado e Brasília para que pudesse estar como estar hoje. Agradecer, a todos o Antônio Heller, que é o representante do INCRA, que também está aqui, eu quero agradecer a vossa presença, com certeza é de tamanha importância para que a gente possa debater esse tema de tamanha importância, agradecer a todos, toda a nossa assessoria a nossa equipe. Eu quero aqui agradecer a presença de todos, acho que cada um de vocês que estão aqui, os interessados a presença de cada um de vocês motivam e demonstram que realmente vocês querem a emancipação. Eu sempre falo assim: é melhor o pior município, do que o melhor distrito, o pior município por menor que seja que tenha a menor receita, ele ainda é mais forte do que o maior distrito que eu considero que é Extrema, hoje é um dos maiores distritos está aqui entre Extrema está entre Tarilândia, quem conhece é muito grande é maior do que algumas cidades emancipadas há vinte anos, está aqui Nova Dimensão, que estão aqui os vereadores que tem tanto interesse, vieram de lá quanto Nova Dimensão cresceu tem cara de cidade, mas, é um distrito, e nós temos outros distritos como Jaci-Paraná, que cresceu também e hoje é um distrito fraco porque não é emancipado, se você emancipa, você tem uma receita tem o FPE, tem a participação do ICMS e com isso, o município passa produzir e arrecadar investir no próprio município, então, é muito importante a luta de vocês. E, portanto, a Assembleia Legislativa está aqui para dar a sua colaboração Deputado Neidson, Deputado Léo, Deputados ainda nós temos alguns Deputados que ficaram de vir, nós estamos aguardando a presença deles, porque é importante esse empenho, essa vontade e essa força política, para que a gente possa realmente debater e voltar a retomar esse tema que é importante à questão da emancipação. Nós temos aqui o pessoal de Bandeirantes, nós almoçamos juntos, eu penso daqui a pouco vai ser registrado o vosso nome e está aqui que Bandeirantes também hoje é um distrito forte que tem uma receita maior do que vários municípios, eu penso que esses distritos citados aqui pelo menos cinco, seis, têm uma receita maior do que pelo menos os quinze municípios se emancipassem hoje. Então, obrigado pela presença de vocês, pelo empenho, pela vontade de podermos estar aqui, nós estávamos almoçando, estava o Moreira, o ex-Delegado, delegado aposentado que era lá de Mirante da Serra, quero aqui ainda fazer o registro do nome dele. Agradecer aqui a presença do Vereador "Come Vivo". Eu gostaria aqui antes do primeiro orador falar, que vai expor a sua fala que é o nosso amigo o Bispo, o Deputado Neidson, quer falar primeiro. Eu acho melhor o Bispo falar porque ele é o proponente, na verdade, nós propomos e aprovamos a Audiência Pública, mas

encabeçada pela liderança do Bispo, e o Bispo, é quem conduziu desde o início para que nós pudéssemos voltar a retomar esse tema que é de tamanha importância aqui para o distrito. Mas, antes disso, eu gostaria que o Vereador que é daqui da região pudesse, ele sempre onde nós estamos, ele pudesse tocar uma música no berrante dele aqui, abrindo aqui, alegrando aqui a todos que estão aqui presentes. Vereador "Come Gente", como vivo não, é come gente, viu Vereador, lá de Machadinho d'Oeste. Registrar aqui a presença Deputado Léo, que acaba de chegar e fazer presença aqui na Mesa, depois nós vamos ouvir as palavras do Bispo, dando abertura, aí em seguida o Deputado Dr. Neidson.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Antes do berrante Excelência, vamos registrar a presença do Excelentíssimo Senhor Deputado Léo Moraes, e convidar para compor a Mesa, o Senhor Gildomar Oliveira - Xarqueiro, da Liderança do Distrito de Campinas do município de Plácido de Castro. Convidamos o senhor para compor a Mesa, também ok, uma deferência aos nossos irmãos do Estado do Acre. E registrar a presença da Dona Lurdes, de Nova Califórnia, Irineu Hofsteter, também de Nova Califórnia.

O SR. BAIANO DO RODEIO - Boa tarde a todos! Eu sou Vereador Baiano do Rodeio, de Machadinho d'Oeste, e estou aqui representando a nossa Câmara junto com os meus companheiros; Nego Toledo, e o Professor Nilton César. Quero agradecer muito a Deus por nos proteger nessa viagem, agradecer aqui ao Maurão de Carvalho, por sempre estar me convidando aqui para tocar o meu berrante e agradecer todo esse povo de Extrema, que Deus ajude que vocês terão um grande município, porque vocês merecem. Não vou tocar o berrante, vou deixar simplesmente uma lembrança no coração de cada um de vocês.

"Para cada lugar que andar que ouvir um berrante tocar a lembrar dessa Audiência Pública que foi marcada para afim de vocês mesmo, meu muito obrigado".

(Apresentação do Vereador Tosta, tocando berrante)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com a palavra Aparecido Bispo.

O SR. APARECIDO BISPO - Boa tarde aos senhores e as senhoras! Vim com monte de papel aqui e em função da questão aí da visão, reduziu muito nos últimos tempos a minha capacidade de visibilidade. Mas, o importante que nós estamos aqui para juntos recepcionar as nossas autoridades e também os nossos convidados, Distritos de Vista Alegre, Nova Califórnia, Fortaleza do Abunã, Nova Dimensão, Rio Branco, Três Coqueiros, Campinas do Acre, 5º BEC, através dos seus representantes os Vereadores que aqui estão presentes de Machadinho d'Oeste. Também através do Denizio, Vereador da Câmara Municipal de Nova Mamoré, que nos recebeu em Nova Dimensão, também o Gerson, em Rio Branco, também a todas as autoridades aqui presentes, nossos agradecimentos pela presença da população. Também queremos cumprimentar e agradecer a imprensa local através do Maia, da Rádio Educadora, do pessoal do Rondônia ao Vivo, do Observador que ajudou nessa convocação e a imprensa da Assembleia Legislativa do nosso Estado. Também cumprimentamos aqui a Mesa na pessoa do nosso Presidente da Assembleia Legislativa do nosso Estado, Deputado Maurão de Carvalho,

também que é proponente desta Audiência Pública Deputado Dr. Neidson, proponente desta Audiência Pública, também ao senhor Deputado Léo Moraes, Excelentíssimo senhor Zequinha Araújo, Vereador, o senhor Jorge Alberto Elarrat, representando o IBGE, o senhor Gustavo Dandoline, representando a UNIR e Comissão Pastoral da Terra, e o senhor Antônio Heller dos Santos, representando o INCRA e DFDA. Para nós, e também queremos ressaltar a justificativa da ausência da presença do Senador Valdir Raupp, e também da Deputada Marinha Raupp, que encaminhou os seus representantes que estão aqui o Katuo, e também o Leivinha, que está representando a Deputada Marinha Raupp, e os demais Deputados Federais e o Deputado Gaguinho, não puderam vir e a Bancada Federal também. O Gaguinho justificou ontem a razão que não pode estar aqui e os demais Deputados Federais, não justificaram a presença, e o Senador Cassol, justificou também a sua ausência em função de um compromisso em Rio Grande do Sul. E também quero registrar aqui os nossos agradecimentos a todas as pessoas, todos os companheiros do movimento em prol da instalação do município Extrema de Rondônia, que não mediram esforços para que acontecesse esta Audiência Pública, para que nós chegássemos a esse ponto como nós estamos aqui acomodados juntamente com a equipe do cerimonial da Assembleia Legislativa, liderada pela senhora Jane, e toda sua equipe, parabéns e muito obrigado. Pois bem, para nós é uma grande satisfação e agradecemos ao Presidente da Assembleia Legislativa do nosso Estado, Deputado Maurão de Carvalho, na visita em que fizemos com a nossa comissão imediatamente acatou a nossa proposta, o pedido a reivindicação da população de Extrema de Rondônia, e da Ponta do Abunã, para a realização desta Audiência Pública. Esta Audiência Pública, é de fundamental importância para todos nós que residimos aqui nessa região senhores autoridades integrantes da Mesa e presentes aqui nesta Audiência Pública. Eu quero aqui em pouco tempo ler um documento que traz por título Carta de Extrema.

CARTA DE EXTREMA DE RONDÔNIA.

Nós, abaixo assinados cidadãos e cidadãs em exercício de seus legítimos direitos de cidadania e representando os Distritos, Associações, Comissões e Movimentos Emancipalistas presente nesta primeira Audiência Pública que se realiza hoje pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, para debater sobre a criação de novos municípios no Estado de Rondônia, e em especial a discussão pela instalação do Município de Extrema de Rondônia. Buscando apoio ao PLP 137/2015, proposta Lei Complementar que visa disciplinar a criação de novos municípios no país, a referida proposta de Lei Complementar está prevista a sua votação no exercício do ano de 2018, na Câmara dos Deputados segundo data anunciada, nos mês de outubro de 2017, no Estado do Maranhão e em setembro realizada pela Comissão Especial Pró Emancipação da Câmara dos Deputados, reunidos no Distrito de Extrema, município de Porto Velho Estado de Rondônia, em Audiência Pública coordenada pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, promovido pelo Movimento em Prol da Instalação do Município de Extrema de Rondônia/ASMERON, afirmamos que sentimos de perto os anseios de milhares de pessoas que clamam para que ocorra a cidadania, a inclusão social e direitos universais da pessoa humana, respeitando as particularidades regionais, buscando políticas públicas que façam com que os Distritos se transformem em Municípios, para a geração de empregos, rendas e uma melhor qualidade de vida das pessoas que vivem em lugares mais longínquos. Através desta

Carta de Extrema de Rondônia, expressar a nossa inteira disposição de lutar e tomar as devidas decisões pela adoção de medidas que venham atender aos reclamos dos direitos das localidades que lutam pela sua emancipação política, e seus cidadãos, para o melhoramento das condições de vida, nas áreas de saúde, educação, segurança, saneamento básico, estradas, renda e defesa do meio ambiente, assim como seus demais direitos além de acessibilidade aos meios de comunicação e das informações, com o propósito de gerar riquezas de conhecimento. Esta luta de inclusão social, desenvolvimento regional da economia e humano é a forma de descentralizar o poder organizar estes setores que se veem privados de direitos pela concentração dos recursos públicos nas mãos da união, dos Estados e Municípios Mãe, onde há necessidade de revisar o pacto federativo, numa lógica de fazer justiça ao corrigir as distorções da aplicação dos recursos nacionais. Nós Emancipalistas presentes da Região Ponta do Abunã, Estado de Rondônia, em reunião no dia 17 de outubro de 2017, deliberamos a necessidade de se organizar efetivamente o Movimento Emancipa Rondônia e juntos somar forças ao Movimento Nacional por Emancipação Já! Apoiando matérias que possam regulamentar o inciso 4º do artigo 18 da Constituição Federal na luta pela criação incorporação, fusão desmembramento e anexação de municípios de forma organizada pela liberdade política administrativa de nossos distritos, o que facilitara, sobremaneira a inclusão social, a geração de emprego e renda desenvolvendo as regiões, e por conseqüente, gerando melhor qualidade de vida as pessoas destas localidades, visando alcançar sempre os que tem baixa renda. Em conseqüência dos debates intensos e observando a forma organizada dos Distritos em que visitamos e convidamos para participar desta Audiência Pública, deliberou-se;

1.0 - Que apoiamos o PLP 137/2015 Proposta de Lei Complementar, vem para desenvolver autonomia para as Assembleias Legislativas para que possam legislar sobre a criação de municípios nos seus respectivos Estados.

1.1 - Previsto para o dia 27/03/18 a votação da referida Proposta de Lei Complementar, acontecerá na Cidade de Brasília Câmara dos Deputados, a ser promovido pela Comissão Especial Pro Emancipação da Câmara dos Deputados, tendo o apoio dos Movimentos Populares Emancipalista do país.

2.0 - Das Propostas da Lei Complementar e PEC destinada a regulamentar o parágrafo 4º do artigo 18 da Constituição Federal do Brasil, a matéria que avançou no Congresso Nacional foi a PLP 137/2015, tramitou no Senado Federal sob o número PLS199/2015, sendo aprovado pelos Senadores em agosto de 2015, e hoje está nas mãos dos Deputados Federais. A mobilização popular se dará até a decisão final que possibilitem permitir a criação de novos municípios em todos os Estados brasileiros e não apenas em algumas localidades como foi alcançada pela PEC 57/2008.

2.1 - A falta de regulamentação federal no que tange a proposta de Lei que visa a emancipações política de distrito, a incorporação, a fusão e os desmembramentos e anexação de municípios, traz um sentimento de desrespeito, a população, isso se dá ao aprovarem a PEC 57/2008, a medida 15/96, por ações da Procuradoria da República tem surgido atos impeditivos de se continuar com processo de emancipação política de distritos, citamos, por exemplo, processo Legislativo Estadual de 1999 número 326 e 327 Distritos de Nova Califórnia e Extrema naquele período o TER/RO havia autorizado realizar plebiscito 21/11/99 ação do município mãe possibilita M.P.F impugnar consulta plebiscitária, a exemplo da ação contrário a Lei 2264 que criou Município de Extrema desta vez julgada pelo STF,

somando a isso tudo tem causado enormes prejuízos sócio econômico e moral aos distritos que tem viabilidade econômica e está em condições de serem emancipados, esses distritos foram colocados as margens da Lei Federal, dos quais também contribui com seus impostos e geram riquezas para país, exigimos do Governo Federal, e do Governo Estadual o direito de igualdade conforme estabelece a Constituição Federal no seu artigo 5º.

3.0 - Fica criado o Movimento Emancipa Rondônia de acordo ata de 17 de outubro de 2017. Assumimos o compromisso de organizar o colegiado de Presidente de Associações Emancipalista de cada distrito do Estado de Rondônia. O objetivo desta ação é para os distritos constituir a Federação de Associações de Desenvolvimento Distrital e de Emancipalista do Estado de Rondônia, visando tomar assento na Confederação Nacional de Desenvolvimento Distrital e de Emancipalistas do Brasil. É com este propósito que instituímos em nossas ações o Movimento Emancipa Rondônia para juntamente com o Movimento em prol da instalação do Movimento de Extrema de Rondônia – ASMERON, com a finalidade de organizar as ações tais como;

3.1 - Elaborar, analisar e aprovar o Estatuto da Federação de Associações de Desenvolvimento Distrital, de Emancipalista do Estado de Rondônia.

3.2 - Todos os Distritos interessados pode ser integrar ao Movimento Emancipa Rondônia, porém quando as convocações se dará sempre por meio de redes sociais. A contar da data desta carta no prazo máximo (180) cento e oitenta dias, no Distrito de Jacinópolis se reunira a coordenação do Movimento Emancipa Rondônia para analisar o estudo social com vistas a criação da referida Federação.

3.3 - A coordenação do Movimento Emancipa Rondônia representará os Distritos do Estado nos Eventos Nacionais, Estaduais e de ações no Distrito Federal, se reunirá com entidades emancipalista, parlamentares e autoridades de Municípios, Estado de Rondônia, Governo Federal e Congresso Nacional para tratar de assuntos relacionados aos interesses dos distritos rondoniense.

4.0 - Ressaltamos que, a população de Extrema de Rondônia, acredita na batalha dos distritos brasileiros, que não mede esforços na luta pela aprovação já da Lei Complementar, pelo reconhecimento, e garantias das consultas plebiscitória realizada com vitória do sim, vitórias importantíssimas para cada distrito que disputou o pleito com a visão de criar o seu município, clamamos pela atenção especial dos parlamentares federais aos analisar o PLP 137/2015, no artigo 24 convalida ao plebiscito realizado até o dia 31 de dezembro 2013. A população de Extrema pede aos Deputados Federais, manter na íntegra o texto conforme estabelece PLS 199/2015 de autoria do senador senhor Flexa Ribeiro e relator senador senhor Valdir Raupp. A proposta de Lei Complementar que nasceu no Senado Federal e sendo aprovado pelos senhores senadores do Estado de Rondônia, e do país, a partir de então os senadores devolve nova perspectiva de luta, renova as forças, a esperança, a confiança dentre os movimentos emancipalista espalhado pelo país a fora, inclusive Extrema de Rondônia para continuar a batalha pela emancipação política administrativa dos distritos do país. É de conhecimento de todos nós quanto ao pleito, de uma consulta plebiscitória é gasto tempo, dinheiro público e de iniciativa popular. Senhor Carlos Henrique, Gaguim Deputado Federal e Relator, senhor Hélio Leite, Deputado Federal e Presidente da Comissão Especial Pró Emancipação da Câmara dos Deputados, Senhores, senhoras parlamentares federais e senhor Rodrigo Maia Deputado Federal e Pre-

sidente da Câmara dos Deputados ao analisar o PLP 137/2015, ao concluir o vosso trabalho e ao inserir no relatório a vossa posição poderá possibilitar ou não, o desenvolvimento socioeconômico e humano de diversos distritos brasileiro, inclusive o de Extrema de Rondônia. Com a emancipação política administrativa de distritos possibilitará colocar o cidadão próximo às autoridades locais, e a implementação de políticas públicas será mais ágil e fiscalizada também. Dentre os distritos do país que já tem plebiscito realizado com vitória, confirma se os Distritos de Extrema e Tarilândia de Rondônia, estas localidades desde 1988 vem lutando pela sua emancipação política, atos impeditivos surgirão pelo caminho tais como, o embate militar na região Ponta do Abunã, originou o litígio entre os Estados do Acre e Rondônia, findou-se em 4/12/1996 medida 15/96.

5.0 - A citada PEC 57/2008 não alcançou Extrema, é retomado procedimentos de emancipação na Região Ponta do Abunã inicia se em 2007, plebiscito realizado 28 de fevereiro de 2010. Atos de criação do Município de Extrema de Rondônia concluído em 17 de março de 2010, Lei Estadual sob o número 2264 dos quais foram publicadas no Diário Oficial do Estado, medida cautelar 3992/2013 fez com que o STF se torna sem eficácia jurídica, a referida Lei Estadual que criou o Município de Extrema. PLP 416 e PLP 397/2014 aprovada pela Câmara dos Deputados e vetado pela da Presidência da República. Ao reconhece as consultas plebiscitória com aprovação da população do município mãe conforme estabelece a Constituição Federal nossas autoridades darão condições aos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Bacia Amazônica Brasileira e ao Brasil de buscar o desenvolvimento econômico e humano de cada região diante desse gigantesco continente que é o nosso país..., e no município mãe que nasce o primeiro amor do cidadão a pátria, emancipação já.

6.0 - Após a Câmara dos Deputados aprovar a proposta do PLP 137/2015, viabilizar reunião juntamente com os Ministérios da Fazenda, Planejamento das Cidades, Justiça, Casa Civil, Presidente do Senado e da Câmara Federal, autor e relator do PLSS 199/2015, relator presidente da Comissão Especial do PLP 137/2015, Presidentes de Assembleia Legislativa dos Estados, Ministro Secretário do Gabinete do Presidente da República, e representantes de Movimentos Emancipalistas do País para juntos buscar alinhamento político favorável à sessão presidencial da referida Lei Complementar, a partir de então sentarmos a mesa junto ao Presidente da República. Os Distritos brasileiros sonham com esta hora e querem alcançar a vitória da emancipação político-administrativa de sua localidade onde vivem a tempos, aguardando por uma definição do Congresso Nacional e do Presidente da República. Oportunamente diante desta audiência pública requisitamos Instalação já do município de Extrema de Rondônia, e a realização de consulta plebiscitória nos Distritos, ao visitar os Distritos Campinas do Acre, e os Distritos de Rondônia, Jacinópolis, Rio Branco, União Bandeirantes, 5º BEC, Tarilândia e Nova Dimensão, das localidades distritais as comunidades manifestaram se o desejo de emancipar se, observamos que nessas localidades há enorme capacidade econômica e humano para o pleito, e se encaixam conforme estabelece os critérios segundo prevê a proposta da lei complementar em tela...

6.1 - Requisitamos que esta carta seja o tema central de discussão desta audiência pública e posteriormente encaminhado aos órgãos competentes para que sejam tomadas as providências a que cabe.

6.2 - Nesse momento de grande importância para todos nós onde se registra mais um capítulo da nossa história

na luta por emancipação política de nossos distritos, pedimos a todos os presentes população, autoridades dos diversos segmentos da sociedade, e aos deputados federais vamos abraçar esta causa que é de todos nós, aprovação já da proposta do PLP 137/2015 no dia 27/28/03/2018.

6.3 - Visando buscar a autorização para realizar consulta plebiscitária o Ministério Público Federal exigiu que fosse feito estudos de viabilidade econômica, o Governador do Estado contratou a fundação Getúlio Vargas fez os estudo socioeconômico de acordo a exigência da lei, e em toda região da Ponta do Abunã que compreende, os Distritos Fortaleza do Abunã, Vista Alegre do Abunã, Extrema e Nova Califórnia – Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, visto que os estudos de viabilidade econômica foram feitos visando a criação apenas de um município na Região e tendo como sede do futuro município Extrema de Rondônia, o Distrito que tem o mesmo nome, limitando-se as divisas partindo do rio Madeira fazendo divisa com os Estados Acre e Amazonas, e ao país da Bolívia separando o Estado de Rondônia por águas do Rio Abunã, após serem concluídos e aprovado estudos de viabilidade econômica com vistas a consolidar o projeto em tela... foram apresentado as autoridades competentes, estudos econômicos mostram que não há risco de inviabilizar a continuidade do município mãe com a instalação do Município de Extrema de Rondônia. A partir de então o Tribunal Superior Eleitoral autorizou a realização de consulta plebiscitária em todo território do município de Porto Velho com aprovação de 90.25% da população, tendo o resultado final homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral, dos quais possibilitou que a Assembleia Legislativa cria-se o município de Extrema de Rondônia, através da Lei Estadual 2264 de 17 de março de 2010. Porém nos períodos de 1996 a 206 criou e instalou-se no país 57 municípios e ano de 2009 foram criados e instalados mais cinco novos municípios por força de Lei Estadual. A população de Extrema requer o direito de igualdade, se faz necessário corrigir as distorções que há. "O Estado de Rondônia, limitou-se no final do ano de 2011 contratar um advogado tido como assessor especial do Gabinete do Governador para emitir parecer técnico. Dr. Hiran Castiel, por não conhecer a realidade da região equivocadamente emite parecer contra a instalação do município de Extrema de Rondônia esquecendo-se das jurisprudências do tema, supostamente as vaidades não deixaram buscar substancia técnica junto aos consultores juristas que assessorou a criação, dos municípios Luiz Fernando Magalhães na Bahia, Pescaria Brava em Santa Catarina, Águas Claras no Mato Grosso do Sul, Pinto Bandeira Rio Grande do Sul e tantos outros". Por meio de medida cautelar o STF, julgou sem eficácia jurídica a Lei 2264/10 de Rondônia alegou-se falta de Lei Federal que regulamente a criação de municípios no país, porém o plebiscito não foi tido, continua valendo o plebiscito de Extrema. É essa garantia que população das regiões requer das nossas autoridades e dos órgãos competentes.

6.4 - Solicitamos aos senhores e senhoras parlamentares, estaduais, federais senadores, Presidente da Assembleia Legislativa, Governador do Estado de Rondônia e autoridades presentes nesta Audiência Pública, requisitar, ações conjuntas com outras bancadas federais para viabilizar aprovação do PLP 137/2015, e após audiência juntamente com autoridades e representantes de movimentos Emancipalistas conforme a proposta no parágrafo 6.0 desta carta. Não havendo atitudes de nossas autoridades é possível que a população lançará mão de lei de iniciativa popular visando restabelecer e garantir direitos constitucional não alcançado.

6.5 - A hora é agora vamos com a Câmara dos Deputados aprovar a proposta de Lei Complementar que vem para disciplinar a criação de novos municípios no país e juntos buscaremos a sanção do Presidente da República.

7.0 - Por fim, deliberamos que a carta de Extrema será encaminhada as autoridades competentes constituídas no Estado de Rondônia, dos Estados aqui representados, especialmente a Presidência da República, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Governadores, Assembleias Legislativas Estaduais, Prefeitos e Câmara de Vereadores e ao Parlamento Amazônico dando ciência de nossas decisões. Extrema/RO 10 de março de 2018. Assinam.

Pois bem, esta seria a nossa Carta, é a carta que nós apresentamos a nossa sociedade, apresentamos a Extrema, apresentamos as nossas autoridades. Eu sei que o nosso tempo já está esgotado, mas, gostaria um minuto para a gente ainda fazer algumas ponderações. É inaceitável quando se houve algumas das autoridades ou mesmo o cidadão dizer que não há orçamento, que o recurso é despesa para o país criar novos municípios no nosso país, mas, isso não é verdade, o Governo Federal tem liberado isenções de impostos de mais de um trilhão para as empresas que explora o petróleo. O Fundo de Participação garante a sustentabilidade dos municípios que deverão ser criados. A proposta do PLP 137/2015, ela vem para disciplinar, disciplina rígida para a criação dos nossos municípios, não será fácil criar município nesse país conforme está o texto da Lei Complementar que está prestes a ser votado na Câmara dos Deputados. A França, por exemplo, me parece que é menor que o Estado do Amazonas, e lá existem trinta e seis mil municípios e no Brasil, apenas cinco mil quinhentos e setenta. A Ponta do Abunã, todos os nossos distritos preenchem os requisitos que a Lei determina e se encaixa conforme a Lei determina se aprovado como estar. Não fomos nós que marcamos a data de 27 de março, em Brasília, foi a Comissão Especial Pró-Emancipação da Câmara dos Deputados, como nós citamos, está previsto para o dia 27. É por isso que nós apresentamos esta carta à posição do Movimento Emancipa Rondônia, e de Extrema de Rondônia. Está previsto Audiência no Palácio do Planalto articulado já aceito pelo Ministro Carlos Marun, para que o Movimento Nacional, no dia 27 de março, sente com o Presidente da República para que a gente possa buscar juntamente com os nossos parlamentares federais o alinhamento político para que possa aprovar o PLP 137, no Poder Executivo, que é a sanção do Presidente da República, que pela Câmara dos Deputados, nós não temos dúvida que passará a proposta do PLP 137.

Eu quero aqui agradecer a todos os presentes, a dona Genocir, lá de Nova Califórnia a todas as autoridades aqui e nosso muito obrigado e até a próxima oportunidade se assim Deus permitir.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Muito obrigado Bispo, Antônio Bispo, pelas palavras, Bispo que como eu já falei que conhece bem o encaminhamento de todo esse projeto. Eu queria aqui só fazer um registro da Polícia Militar, obrigado pela presença também a Polícia Civil, que também está acompanhando de perto e prestigiando com as vossas presenças. Eu queria aqui fazer só um registro. Nós esperávamos aqui o, era um convite para que tivesse hoje aqui o Deputado relator Deputado Federal Carlos Henrique, o Gaguinho, então, ele tinha confirmado a presença dele e de última hora, ele, apareceu um imprevisto, ele não pode vir e aí nos comunicou, comunicou ao Bispo, que não poderia estar desta vez. Mas,

que vai continuar trabalhando, defendendo esse projeto qual ele é o autor desta PEC, e parece que dia 27, não é isso Bispo? Dia 27, esse projeto vai estar dando andamento nele e trabalhando para que votem nesse dia. Eu quero propor ao Bispo, para que alguns Deputados nossos estaduais acompanhem no dia da votação confirmando se o dia 27, uma comissão de Deputados, viu Deputado Dr. Neidson, Deputado Léo, para que a gente possa ir acompanhar de perto principalmente a nossa bancada que também tem o interesse, não sei se vocês já viram aqui, mas está aqui na mão do Deputado Léo, e aqui o relator do projeto de emancipação do município, no senado é o Senador Raupp, que já foi acho que distribuído aqui pela assessoria dele que também está representando aqui, já foi citado o nome, representando o Senador Raupp, e também a Deputada Marinha Raupp, que também está acompanhando, e o relator é o Senador Raupp, que é o relator no Senado, no Congresso é o Deputado, o Gaguinho, é de Tocantins ou de Roraima? Tocantins é isso o Carlos Henrique, o Gaguinho, que o Deputado relator. Nós estamos acompanhando, e no vinte e sete vamos trabalhar para que essa comissão de Deputados esteja lá acompanhando de perto o andamento desse Projeto que é de tamanha importância aqui para Extrema, para Nova Califórnia, para Vista Alegre, para Ponta da Boca do Acre que são esses distritos aqui que tem esse, são distritos gigantes, distritos grandes que cabe a emancipação como outros que já foram citados aqui que estão sendo acompanhados como Bandeirantes, Nova Dimensão, Tarilândia e Jaci-Paraná, tantos outros aí que são vários que cabem a emancipação, que já estão aptos para serem emancipados.

Eu gostaria neste momento de passar a palavra, vou passar aqui para o Vereador Zequinha Araújo, para que ele possa dar a sua palavra. Vamos limitar aqui um prazo de cinco minutos, porque tem muita gente que gostaria de falar e vamos colocar aqui um prazo de cinco minutos, para que cada um possa fazer a sua fala, poder expor os eu ponto de vista, fazer o seu discurso dentro desses cinco minutos.

Vereador Zequinha Araújo, com a palavra.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Antes pedir a Vossa Excelência que me permita registrar a presença da senhora Edilene Ferreira Gama, Coordenadora Regional da Coordenadoria Regional de Educação de Extrema; Pastor Robenildo Oliveira, Assembleia de Deus, de Madureira do Distrito de Extrema; senhor Antônio Medeiros, Diretor do Hospital Regional de Extrema.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO – Senhor Presidente Maurão, proponente da matéria, Deputado Neidson, Deputado Léo Moraes, meu companheiro, amigo, em nome aqui também do Bispo, cumprimentar todos os demais companheiros o Elarrat, também presente, Gustavo da UNIR, meu companheiro lá do Acre, também representando aqui o Acre. Em poucas palavras senhor Presidente, só vim também porque acho que nesse momento, a Câmara Municipal de Porto Velho, não pode ser omisa a essa situação, é uma situação que é de Porto Velho também. E a Ponta do Abunã é responsabilidade nossa, jamais a gente poderia estar afastado. Cumprimentar alguns companheiros, companheiro além do Bispo, o Antônio, o Maia, em nome dele também eu acho que o Antônio Medeiros, se tiver presente também aqui, Roberto, Lazaro e outros companheiros aqui de Extrema, dona Lurdes, lá de Nova Califórnia, não sei se ela está aqui, ali a dona Lurdes, União Bandeirante, o Adriano, em nome dele os outros companheiros também aqui presentes, enfim, muita gente aqui também de Jaci-Paraná, de Jacinópolis, de União Bandeirante, Tarilândia, o Acre, ele me

falou de dois Distritos de Campinas, Santa Luzia também, Vista Alegre, Fortaleza do Abunã, Nova Califórnia, Abunã, Nova Dimensão, enfim. É muita gente precisando desse apoio, e percebendo a necessidade imediatamente ter condição de melhorar a sua qualidade de vida, é isso que se discute aqui, é encontrar alternativas para que nós possamos ter melhor condição de vida onde nós estamos, onde a gente possa autoridade, autonomia. E isso a gente vem, a briga é de dezenas de anos, teve pessoas que morreram já nessa defesa, tem pessoas que já não acreditam mais e por isso nem vem para reunião mais, eu não vou porque não adianta. Infelizmente acontece isso, e nós aqui estamos porque a gente acredita que a gente não pode se acovardar diante de uma situação dessas. Eu acho que, nós precisamos imediatamente tomar providências enérgicas, eu acho que a Câmara Municipal está de parabéns, a Assembleia Legislativa, está de parabéns nesse momento quando vem para cá, parabéns Deputado Neidson, pela sua maneira de agir. Enfim, a Câmara Municipal, também tem que se engajar muito mais, está parada, a autoridade nossa está fraca, até o Gaguinho, vinha para cá, o Gaguinho, não veio, está difícil, as pessoas, parece que não respeitam, as nossas autoridades. É por isso pessoal que às vezes o pessoal vai desacreditando das pessoas, mas, vocês têm que ver é quem está aqui, quem quer o bem de vocês. Eu acho que nesse momento, eu quero apenas senhor Presidente, propor para que nesse dia 27, Presidente Maurão, para que nesse dia 27, a Câmara Municipal, a Assembleia Legislativa como senhor falou já está se preparando para também está junto lá no Congresso, a Câmara Municipal, também tem que ir, nós somos legítimos representantes de vocês, não dar para a gente cruzar os braços não, é hora da gente, se não der de ir com carinho, tem que ir na porrada também, eu acho que a gente tem que tomar providência. É por isso que também estou aqui, não podia deixar jamais de estar presente, e com certeza vocês não estão sozinhos, agora precisa muito mais, que vocês tomem a providência imediatamente e não fiquem parados, que possa chegar. A Bahia, lá na Bahia, a energia foi tão forte, a decisão foi tão grande, que eles conseguiram emancipar distrito lá na Bahia, porque tem uma precedência dessas no país ou nós não estamos no Brasil? Lá na Bahia, se tomou providência dessa maneira, porque não se tomar aqui em Rondônia também? Está faltando alguma coisa. É isso que nós estamos lutando, é para isso que nós estamos aqui, e vocês tem obrigação de falar também, aqui o parlamento é nosso, não é de Deputado e nem é de Vereador não, é do povo de Extrema, é do povo que precisa. Parabéns para vocês estarem aqui, um abraço, muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Antes do próximo orador, e gostaríamos que todos respeitassem o tempo de cinco minutos para a fala. O Bispo pediu que informasse o seguinte: Atenção, integrantes da comitiva de Campinas, tem três vagas para entrar no Palácio do Planalto na audiência com o Presidente da República, depois procurem o Bispo. 5º BEC tem uma vaga, Nova Dimensão e União Bandeirantes, também tem uma vaga, depois quando terminar vocês procurem o Bispo, para que ele possa com vocês fazer a composição das pessoas que irão até ao Palácio do Planalto conversar com o Presidente. ok.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O pessoal já ficou triste, deu três para um, e uma para um Bispo, mas, lá é para o Estado viu gente, os outros são Distritos, vai somar

as vagas, no final vão estar todos defendendo mesmo, o interesse é o mesmo.

Gostaria de ouvir agora Dr. Jorge Elarrat, que representa o IBGE neste ato.

O SR. JORGE ALBERTO ELARRAT - Boa tarde a todos! Em nome do IBGE gostaria de saudar os representantes da Mesa na pessoa do nosso Presidente da Assembleia, Deputado Maurão de Carvalho; em nome do nosso companheiro Irineu, saudar todos os moradores da Ponta do Abunã. Vou me ater especificamente aos aspectos técnicos para a criação do município. Sabemos que tramita hoje na PLP 137/15, mas, independente da Lei que tramita eu gostaria de colocar aqui os instrumentos que hoje existem na Legislação e que atualmente estão em vigor e que precisam ser obedecidos para a criação de municípios. São 7 fatores que precisam ser cuidados.

Primeiro deles: É preciso uma manifestação de 100 eleitores junto à Assembleia solicitando a criação do novo município. Fácil de ser resolvido. O Bispo consegue facilmente aí essa manifestação de 100 eleitores.

Em seguida, passo número dois: A Assembleia manda o documento para três órgãos. Isso está na Lei Complementar nº 01 do dia 09 de novembro de 1967. Passo seguinte, a Assembleia manda o documento para três órgãos. O 1º órgão, o IBGE do qual faço parte e nesse órgão são solicitadas duas perguntas. Primeiro: se a população da área que quer ser desmembrada, se ela tem pelo menos meio por cento da população do Estado. No caso, para Rondônia 7.812 moradores. A Ponta do Abunã, segundo IBGE tem 15.580, portanto, atende plenamente esse requisito, o IBGE sendo provocado vai se manifestar favorável à criação do município.

Item nº 2: Solicita ao IBGE a informação, se existe na área alguma Vila com mais de 200 casas. O IBGE também vai se manifestar favorável ao fato de existir uma Vila com pelo menos 200 residências. Então, da parte do IBGE aquilo que nos cabe haverá como resposta: sim e sim, uma vez que sejamos provocados. A minha manifestação aqui não é oficial para esse fim porque precisa ser acostada no processo a manifestação formal que decorre de uma solicitação feita pela Assembleia.

Outro órgão que precisa ser consultado. O Tribunal Regional Eleitoral precisa se manifestar informando se existe aqui da população, pelo menos, 10% de eleitores. Não posso falar em nome do TRE, mas, com certeza vai dizer que sim, mas, não posso falar em nome deles.

E o 3º órgão que precisa se manifestar é a SEFIN. Segundo, a legislação hoje vigente, a SEFIN precisa dizer se a Receita Tributária recolhida nesse lugar representa pelo menos meio por cento na Receita Tributária total de todo o Estado de Rondônia. Precisa saber se ela corresponde a isso. Só a SEFIN para dar essa resposta. Durante esta semana o IBGE se reuniu com os técnicos do município que aqui estão representando o município de Porto Velho, exatamente para apreciar toda essa documentação. Passado esse estágio nós passamos para o passo seguinte. Havendo a resposta positiva, então, deverá ser feito um Plebiscito, é o que está previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 01. O Plebiscito colocado na Lei é apenas na área que tem interesse em ser desdobrado é o que está escrito na Lei. O Plebiscito que foi feito, um Plebiscito em todo o espaço do nosso município. O que diz na legislação é um Plebiscito só na área que quer se desmembrar. Então, isso talvez precise ser observado.

Penúltimo item: é preciso uma manifestação da Câmara de Vereadores... Ah! Sim. O Plebiscito evidentemente maioria

simples, 50% mais um dos moradores precisa aprovar. E a última das questões que é a manifestação da Câmara. A Câmara Municipal precisa se manifestar sobre isso apresentando uma aprovação ou pelo menos dois terços dos seus Vereadores, como são 21, 14 Vereadores tem que se manifestar favorável a Criação do Distrito. Então, se junta toda essa documentação e se publica a Lei Estadual criando fundamentada nesses 7 pontos anteriores. A Lei cria o município, mas, além da criação é preciso a Lei que regulamenta o funcionamento dele. E mais tarde o Dr. Gustavo, que está ali presente, vai nos apresentar algumas preocupações com relação a isso. Não basta criar, eu preciso depois criar as Leis para fazer o funcionamento da Câmara, o funcionamento da Prefeitura, eleição do Prefeito, eleição dos Vereadores, Vice-Prefeito, para que o município com a sua Lei Orgânica e tudo mais possa funcionar. E, depois o Dr. Gustavo, vai apresentar para nós sobre isso.

Em resumo, daquilo que está hoje posto na legislação é necessário seguir esse rito e a única informação que a gente não tem certeza se dá para fechar é essa da SEFIN, precisa ter uma manifestação formal da Secretaria de Finanças, se realmente a Ponta do Abunã contém Receita de Tributos pelo menos meio por cento da Receita Estadual. Fazendo isso, correm-se os trâmites legais e aí como eu conversava agora com o nosso Deputado Léo Moraes, falta a Lei que regulamente essas questões, mas, do ponto de vista da Lei que está posta hoje, excetuando a questão da regulamentação que ele levantava, nós estaríamos sem impedimentos técnicos para a criação do município se todos esses 7 itens forem apresentados como positivos. Muito obrigado, boa tarde a todos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos para compor à Mesa, o Exmº. Sr. Vereador, José Rabelo Jacaré, Câmara Municipal de Porto Velho.

E registramos a presença do senhor José Carlos Moraes Araújo, Diretor Regional da Sedam, em Extrema.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Vou passar a palavra ao Eminentíssimo Deputado Dr. Neidson, com a palavra.

O SR. DR. NEIDSON – Boa tarde a todos! Quero cumprimentar o Presidente Maurão de Carvalho, também Proponente desta Assembleia, em nome dele cumprimentar toda a Mesa e a todos os presentes. Nós temos já alguns desses itens que foi descrito aqui pelo representante do IBGE que já foram vencidos e aprovação, eu não sei se, me corrijam, mas a aprovação não é pela Câmara de Vereadores do município de Porto Velho, a aprovação tem que ser feita pela Assembleia Legislativa, pelo mínimo dois terços dos 24 Deputados. E essas partes já foram vencidas. A nova Lei que está para ser votada, Lei Complementar 137/15 ela já determina todos os requisitos e diz mais ainda: que os plebiscitos realizados, os levantamentos que foram realizados até 2013, o que foi feito aqui em Extrema e toda Ponta do Abunã foi em 2010 e os realizados até 2013 serão válidos. Então, se essa Lei for aprovada, eu creio, que mais de 80% da Emancipação do município, aqui do nosso Distrito de Extrema e dos 4 Distritos que estão sendo colocados vai ser já muito rápido. Vai ser, eu acredito, que bem breve. Ai sim, teremos outra Lei para criar o município que já foi feita essa Lei foi criada no dia 28 de fevereiro de 2010, foi criado o município de Extrema, só que infelizmente, a Presidente Dilma, na época, vetou uma Lei Federal da Criação dos Municípios. Então, tudo foi por águas abaixo, mas, se for aprovada essa

Lei 137, com certeza vários passos já foram tomados. Já foi realizado o plebiscito. Já foi feito os estudos de viabilidade de municípios e nós teremos somente que cobrar aí também, nós mesmos, através dos Deputados Estaduais iremos realizar a Lei para criação, o nome do município, criação e estaremos juntos com o Governo do Estado cobrando aí também para que eles possam dar o total apoio até que se assuma, se realize as eleições de Prefeito, Vereadores e que possa realmente o município se manter sozinho com suas arrecadações.

Quero cumprimentar aqui o Vereador Jacaré que está aqui presente, o Vereador Zequinha Araújo, também que está aqui presente e agradecer pela presença de Vossas Excelências aqui porque realmente demonstram que estão preocupados aqui com os nossos Distritos. Eu acredito Presidente que o Prefeito também deveria ser convidado para está aqui presente, não sei se foi convidado?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado foi convidado sim o Prefeito, mas, eu acho que ele não mandou, eu não sei se tem algum representante dele, mas, foi convidado sim, a nossa Assessoria convidou sim.

O SR. DR. NEIDSON – Nós temos, eu estive aqui o ano passado em dezembro do ano anterior, nós fizemos um Festival de Música aqui no Distrito de Extrema e eu me decepcionei com o que as pessoas falavam, eles diziam aqui os munícipes aqui, os residentes aqui no Distrito, a maior parte, eu acho que uns 90 a 100% eu diria, nos reclamaram: “que nós estamos abandonados aqui na Ponta do Abunã, ninguém olha por nós”. E eu acredito que a presença dos dois Vereadores que estão aqui, dos Deputados Estaduais, nós vamos refletir sobre essa situação para olhar por vocês também e daí a grande oportunidade que nós temos aqui da Emancipação da Ponta do Abunã, do Distrito de Extrema, Nova Califórnia, Vista Alegre e Fortaleza do Abunã que é o que estava aqui nos 4 Distritos para criar o município. Vocês terão com essa Emancipação autonomia de realizar suas obras, suas atividades, claro que o início de todo o município, da gestão municipal é bem difícil, vai ter que ter o apoio sim do Governo do Estado, a participação do município de Porto Velho que é o que recebe os recursos hoje daqui de toda a Ponta do Abunã e do Fundo de Participação dos Municípios que vem uma parcela também para todos os municípios de acordo com a população. Vocês podem ter certeza que esta Assembleia Legislativa, a Câmara dos Vereadores e todos os representantes que estão aqui estarão lutando juntos para que possa ser realmente emancipado aqui a nossa Ponta do Abunã. Nós temos representantes aqui de Nova Mamoré que juntando somente 3 Distritos, eu acredito, que dá 2 Pontas do Abunã, que são Nova Dimensão, Palmeiras e Jacinópolis, eu acredito, que dê mais de 20 mil pessoas habitantes lá naquela região. Nós temos aqui, União Bandeirantes, também, que vários representantes também que seria outro Distrito, e nem Distrito é hoje, não é? Mas, seria uma luta também para emancipar e ter autonomia porque, às vezes, nós temos um evento aqui da Ponta do Abunã, Porto Velho é o gestor de toda a Ponta do Abunã, mas, nós temos um rio aí que divide a Ponta do Abunã e dificulta muito. Nós tivemos aí a retirada do DER daqui de Extrema, da Residência do DER também que prestava um grande apoio. Presidente, vamos solicitar também ao Governo que possa também vê essa situação da Residência do DER, foi retirada daqui e não se tem assistência aqui nas ruas, nas estradas daqui do nosso Distrito, da nossa Ponta do Abunã, vamos trabalhar também, cobrar do Governo atual para que eles possam dar uma olhada melhor aqui para a nossa região.

Então, contem conosco, sou o Deputado Neidson, estaremos na próxima semana em Brasília, já estarei visitando os Deputados Federais, a Bancada Federal para que possam dar esse total apoio. Nós temos representantes aqui também do Acre, que está lá, eu esqueci o nome dele, está ali, mas, também poderiam como representante do nosso Estado vizinho cobrar também da Bancada Federal do Acre também para que possa dar esse total apoio nessa PLC que nós temos aí para a votação no dia 27/28.

No mais seria isso, estamos aí, podem contar conosco e obrigado, grande abraço a todos.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputado Dr. Neidson. É verdade, mas eu acredito que a Comissão que já vai acompanhar da Boca do Acre, dos municípios, dos Distritos que representa neste ato vai está acompanhando os Deputados do seu Estado do Acre, porque é interesse de Rondônia, interesse do Acre, interesse do Brasil hoje a emancipação dos Distritos. Mas, eu queria aqui antes de passar ao próximo orador, fazer um reforço quanto à fala do Deputado Dr. Neidson, da Residência do DER. A Residência do DER, realmente foi uma grande perda e pouca coisa que vocês têm e vocês perderam. O Deputado Léo e eu por várias vezes nós estivemos com o Governador, com o Diretor do DER pedindo para que não tirasse essa Residência, entendendo que vocês estão muito distantes de Porto Velho, muito distantes das Residências aqui, quase mais de 300 km para poder o DER deslocar uma máquina para vir para cá. Então, é uma perda, Deputado Dr. Neidson, e vamos batalhar, juntar, para que a gente possa tentar voltar essa Residência de vocês, porque agora a pouco eu estive conversando com algumas pessoas, são 350 km de estradas que o DER recuperava e que hoje vocês tem mais de 1.000 km de estradas que a Prefeitura não tem recuperado, a Prefeitura tem 7.000 km de estradas para se fazer, a gente entende a dificuldade, mas, entende que realmente o DER a Residência dele aqui é necessária ter uma estrutura para cá e não é justo vocês perderem, hoje, a Residência do DER entendendo a quantidade de estradas e a distância que vocês estão de uma Residência e hoje não tendo os equipamentos do DER, a Residência do DER aqui. Então, foi uma grande perda, do pouco que vocês têm foi uma perda e foi injusto tirar esse maquinário hoje de vocês daqui. Eu vi aqui, conversando com muitas pessoas e foi o pedido só. Ouvi Deputado Léo, vamos somar, independente de quem vai está no Governo a gente não sabe que toda hora é um é outro, mas, que volte a permanência do DER aqui para Extrema atendendo toda essa região dos Distritos mais distantes de Porto Velho.

Era isso, só reforçando aqui o pedido do Deputado Dr. Neidson e da mesma forma do Deputado Léo Moraes. Quero passara aqui a palavra ao senhor Gustavo Dandoline, que representa a UNIR neste ato, com a palavra Dr. Gustavo.

O SR. GUSTAVO DANDOLINE – Inicialmente eu queria cumprimentar toda a população de Extrema e região, todos os Distritos que estão aqui presentes, não só os Distritos que serão beneficiados com a futura emancipação, mas, também os Distritos que estão buscando mais informações e um aprendizado aqui com essa luta do povo de Extrema para quem sabe no futuro se emanciparem também. Então o meu cumprimento inicial é para vocês em respeito à luta de vocês e a presença de vocês aqui, porque são muitos anos de acompanhamento, de Movimentos Sociais lá em Porto Velho e é muito comum você fazer uma Audiência Pública em Porto

Velho e não ter nem 10% das pessoas que estão aqui hoje. Então, vocês estão de parabéns por estarem aqui demonstrando que todo o esforço, toda a luta que vocês vêm travando já há mais de 30 anos não perdeu o sentido e ainda vai trazer para vocês o sonho da grande vitória que é da emancipação. Cumprimentar o Presidente da Assembleia, Exm^o. Deputado Maurão de Carvalho, em nome de quem eu cumprimento todos os demais integrantes da Mesa, meu colega de IBGE, irmão, parceiro da Universidade Federal do Elarrat, a quem eu cumprimento, em nome de quem eu cumprimento todos os servidores públicos aqui presentes, e o companheiro de luta Aparecido Bispo, que é a pessoa que cada vez que vai à Porto Velho e pergunta se a gente está na luta com ele, ainda a gente não tem outra resposta a não ser falar que estamos na luta porque não tem como se comover com a luta que vocês estão travando aqui há 30 anos nessas condições precárias, toda dificuldade do mundo. Então, é mais que um dever de cidadania é um dever moral de todos estarem ao lado de vocês nesse trabalho bellissimo que vocês vêm fazendo ao longo desses 30 anos, ouviu Bispo, em seu nome eu cumprimento todas as pessoas que estão presentes aqui. E um cumprimento especial lá para o pessoal da Polícia Militar também, eu tive a felicidade de encontrar aqui um ex-aluno meu, o Tenente Alessandro, cumprimento os servidores da Polícia Militar que são responsáveis também por garantir a ordem no local, a paz, e permitir que esta Audiência Pública se realize dentro da normalidade aí que todos esperamos. Bom, vamos ao que interessa assim de forma mais objetiva. Eu vou procurar ser um pouco breve, sem inclusive entrar muito na questão da Universidade para não me estender, eu vou procurar me concentrar mais naquilo que importa hoje para vocês que é essa questão da emancipação. O primeiro ponto que eu gostaria de destacar é resgatar essa luta histórica de vocês, eu acho importante vocês reafirmarem isso a cada encontro, a cada Audiência Pública, tem muita gente que vai desanimando, tem muita gente que vai desacreditando, mas, tenham certeza de uma coisa, vocês estão há 30 anos lutando por isso. Agora a pouco o Bispo me mostrou uma caixa com arquivos ali de processos que ele conseguiu na Assembleia Legislativa, tem a cópia de um Processo Legislativo de 1988, do ano da Constituição Federal. E a Constituição Federal vai fazer 30 anos agora em outubro. Então, são 30 anos, pelo menos 30 anos de luta pela emancipação. Então o fato de vocês não terem desistido nessa caminhada, o fato de vocês estarem aqui, de vocês acreditarem já é uma vitória importante, precisa ser enaltecido isso, precisa ser celebrado, porque eu não consigo acreditar que depois de 30 anos de luta vocês não vão conseguir o objetivo maior que é a emancipação. Eu não tenho outra crença, outra resposta, dentro da minha própria consciência e dentro de tudo aquilo que eu li sobre esse processo de emancipação senão o resultado que é inevitável que é a conquista da Emancipação Política de Extrema e dos demais Distritos. Nós passamos por plebiscito, esse plebiscito como já foi dito aqui precisa ser defendido, foram mais de 90% de votantes nesse plebiscito que foram favoráveis a emancipação, não abram mão desse plebiscito, não há nenhuma negociação para que se faça outro plebiscito. O plebiscito de vocês foi feito, o TRE autorizou o plebiscito e o Tribunal Superior Eleitoral homologou o plebiscito. Então, o plebiscito de vocês tem validade jurídica, é um ato jurídico constituído, não vão transigir com o plebiscito, porque realizar outro plebiscito significa mais trabalho, mais burocracia, mais demora e mais gasto por parte do Estado. Esse plebiscito tem que ser mantido. Além do plebiscito que é um capítulo importante na vitória, nessa

caminhada de vocês, nós também tivemos momentos de tensão, nós tivemos momentos, inclusive, de enfrentamento com a Polícia. Nós tivemos um capítulo aqui triste, lamentável, um desastre de uma Operação Policial conduzida pela Polícia Rodoviária, uma infeliz Operação conduzida pela Polícia Rodoviária Federal na época que culminou numa série de ocorrências e culminou, inclusive, na criminalização de lideranças do movimento e tiveram que ir à Justiça e demonstrar perante a Justiça que estavam numa luta legítima, numa luta justa e conseguiram o reconhecimento da Justiça e foram absolvidos. Esse fato, esse episódio também é um capítulo que vem reforçar a luta de vocês, que vocês já enfrentaram de tudo, inclusive, enfrentaram já o estado policial. E Audiência Pública também que nós fizemos lá em Porto Velho com o Governador lá no Quartel do Corpo de Bombeiros a alguns anos que foi quando surgiu aquele contexto do Governo atual aprova ou não aprova a Lei da Assembleia; cria ou não cria o município. Então, eu queria só brevemente fazer um pequeno esclarecimento sobre essa decisão naquele momento nós tivemos lá com o Governador, o Movimento Pró-Emancipação, eu sou apenas uma pessoa que acompanha o movimento, a luta é de vocês, enfim, e houve o impasse em relação à criação do município por conta de questões jurídicas. Então o que é que aconteceu, por exemplo, lá em Luiz Eduardo Magalhães, no município da Bahia que foi citado. O município lá foi criado por Lei Estadual, pela Assembleia Legislativa da Bahia e depois de 6 anos, 6 anos de instalação do município tentou-se discutir na Justiça a Criação do município. E o Supremo Tribunal Federal na época, ali por volta de 2000/2001 não me recordo bem o ano decidi que não tinha como voltar atrás, o município já estava criado, já era uma situação de fato consolidada, não tinha como desfazer o que estava feito. Então esse foi o detalhe Jurídico que fez com que o município de Luiz Eduardo Magalhães, que é sempre muito citado fosse aceito pela Justiça porque ele foi criado por conta da iniciativa da decisão política do Governador daquele Estado. O nosso Governador com aquela Lei Estadual que a Assembleia aprovou, ele optou por fazer uma consulta jurídica e nessa consulta jurídica ele foi orientado no parecer, nós tivemos acesso a esse parecer, que ele não criasse o município de Extrema porque ele poderia responder por Crime de Impropriedade ou até mesmo por outro tipo de crime. Então, esse foi o detalhe, talvez, mais marcante do porque Extrema não ter sido criada e Luiz Eduardo Magalhães ter sido criado foram contextos diferentes, foram decisões políticas diferentes que levaram a resultados diferentes. Então resumindo, esse resgate histórico dessa luta é muito importante que vocês não desanimem, porque a Universidade Federal veio aqui hoje a pedido do Reitor, eu sou um mero representante da Reitoria, o Professor Ari Ott é o nosso Reitor e ele deu uma mensagem clara: fale lá o que você achar que é razoável falar, você é professor da Universidade você tem condições de nos representar. Mas, não deixe de deixar a mensagem para àquela população que a Universidade está do lado de vocês, da população aqui que busca a Emancipação é favorável a Emancipação e vai evidentemente participar desse processo se for provocado. Já estamos aqui no sinal claro de que temos interesse em atuar nesse campo, nessa demanda e protagonizar junto com as demais Instituições um planejamento que pode ser feito e deve ser feito para a criação e instalação desse futuro município. Eu vou terminar minha fala com essa mensagem do planejamento depois de falar dessa questão da luta. É fundamental planejar. O Professor Elarrat fala muito, sabe muito de planejamento, ontem mesmo ele deu uma entrevista lá para o Arimar, na TV Gazeta, no Canal 25, falando

sobre planejamento, e eu coincidentemente assisti a entrevista, felizmente assisti a entrevista porque a gente sempre aprende quando o Professor Elarrat vai falar e a palavra da entrevista a frase da entrevista é: "planejamento". Temos que planejar todas as instituições juntas: Assembleia Legislativa, Governo do Estado, Prefeitura, Universidade, IBGE, INCRA, os Conselhos, a população aqui, a Coordenação, o Movimento de Coordenação Pró-Emancipação planejar esse futuro município. Nós temos uma grande oportunidade que é criar o futuro município planejado. Porque não planejar? Nós não vamos planejar nada de forma abstrata, isso aqui vai ser realidade, todo mundo sabe disso. Pode ser agora em março, pode ser daqui a seis meses, daqui a um ano, daqui a dois anos. Isso aqui não tem outra solução para essa região senão a emancipação, ela pode ser um pouco mais rápida, um pouco mais demorada, mas, eu não acredito que depois de 30 anos de luta vocês vão desistir. Então, vai chegar o momento, vamos sentar todo mundo, vamos planejar, eu acho que a Assembleia Legislativa tem condições de capitanear isso sabe, conversar com o Executivo, montar um Grupo Multidisciplinar, de pessoas, de profissionais, de Instituições, vamos verificar a viabilidade tributária desse município. Planejar o município tributariamente. Esse município ele provavelmente, provavelmente, ele vai chegar muito próximo ali dos 20 mil habitantes, senão vai passar dos 20 mil habitantes, porque o IBGE ainda pode consolidar esses dados. Vai ter que ter um Plano Diretor, porque é que nós não podemos pensar nisso? Aliás, o Plano Diretor de Porto Velho está sendo discutido nesse momento. O Professor Elarrat falou sobre isso ontem. E se está discutindo o Plano Diretor de Porto Velho, está discutindo Extrema de Rondônia porque faz parte do Plano Diretor. Então assim, enquanto o Congresso Nacional não aprova essa Legislação, ou enquanto essa saída trazida, essa saída Jurídica, trazida pelo Elarrat, através da Lei Complementar 01 de 1967, não se concretiza, vamos planejar o futuro município de Extrema de Rondônia, vamos preparar as bases, vamos preparar a planta da futura casa, essa é uma iniciativa que não demandaria muitos esforços, basta uma convergência de vontades políticas e basta a capitaneação dessa iniciativa por uma Instituição forte como é o Poder Legislativo Estadual. Queria deixar essa mensagem, essa reflexão, dizer que a Universidade está honrada em estar aqui, porque a Universidade está aqui aprendendo com vocês, nós não viemos ensinar nada, nós viemos aprender com a luta de vocês, como se defende a democracia nesse País. Muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Eu só gostaria de pedir aos oradores que respeitassem os cinco minutos propostos pela Mesa Diretora, tendo em vista que temos muitos oradores ainda inscritos.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado. Vamos ouvir agora, com a palavra o Vereador Jacaré, com a palavra.

O SR. VEREADOR JACARÉ – Boa tarde a todos! Em nome do Exmº. Sr. Deputado Maurão de Carvalho e do Exmº. Sr. Deputado Dr. Neidson eu cumprimento todas as autoridades que compõe a Mesa. Em nome do Sr. Alberto César Kaxarari, eu cumprimento a todos os membros da Etnia Kaxarari. Em nome do senhor Irineu, eu cumprimento a todos os moradores de Nova Califórnia. Em nome do meu amigo Tiãozinho, eu cumprimento todo o pessoal de União Bandeirantes. Em nome do meu amigo Aparecido Bispo, eu cumprimento todos os moradores de Extrema. Em nome do Tenente Alessandro, eu

cumprimento todos os componentes Policiais Militares que se fazem presente nesta Audiência pública.

Meus amigos, é com imenso prazer e alegria que estou usando esta Tribuna improvisada. Exmº. Sr. Presidente Maurão de Carvalho, mais uma vez estamos aqui nessa labuta em busca de melhorias para o Distrito da Ponta do Abunã, em especial a Emancipação do Distrito de Extrema. Que nem vocês sabem caros amigos Deputados, a luta é grande, o abandono é maior ainda, o que me deixa triste Deputado Léo Moraes, aqui está a esfera municipal e estadual, não estou vendo nenhum membro da esfera federal compondo à Mesa. Mas, digo a vocês meus amigos, era para ter aqui um representante da esfera federal aqui Deputado Dr. Neidson, mas, vocês não estão vendo eles aqui não, mas, aguardem daqui a dois meses vocês vão ver muitos aqui. Deputado Maurão de Carvalho, peço aqui em nome de todo o povo da Ponta do Abunã que esta Audiência Pública não fique só na conversa, vamos tirar do papel, vamos partir para os órgãos competentes. Cabe a nós como representantes do povo buscar alternativa, isso significa que o povo está vendo que nós estamos fazendo esforço, se nós não conseguirmos, mas, nós fizemos a nossa parte parlamentar entendeu? Que nem eu digo para vocês meus amigos, ser Vereador de Distrito não é fácil, somos 21 Vereadores na Câmara Municipal de Porto Velho, mas o Vereador Jacaré é o único representante legalmente da Ponta do Abunã, eleito pela Ponta do Abunã. Vocês estão vendo a precariedade do nosso Distrito meus amigos, seria muito bom se fosse emancipado, criado o município Deputado Maurão, aqui de Extrema. Facilitaria muito, meus amigos para nós, tanto faz Distrito "a", "b" ou "c", seria bom demais. A distância é grande e a dificuldade é maior. Eu como Vereador, está aqui meu amigo de Parlamento, Vereador Zequinha Araújo, ele vê a nossa luta, é um parceiro também viu gente. Eu meti mais de 300 pedidos de providências pedindo para todos os Distritos, não é que o Executivo não queira executar; a dificuldade lá está difícil. Se vocês forem na SEMOB, deveria mudar o nome lá, em vez de ser SEMOB, Cemitério de Máquinas, eu creio que, de 80%, 100 máquinas, vamos dizer, 10% está funcionando. A gente vai entrar com Requerimento agora, um Projeto do Vereador Jacaré para vê o que é que está acontecendo, porque quem está pagando caro por isso é o povo. Vocês estão vendo esses maquinários que estão trabalhando aqui na Ponta do Abunã, meus amigos, deu trabalho para o Vereador Jacaré conseguir trazer. É pouco. Mas, está trabalhando aí. Eu endosso as palavras do Deputado Neidson, sobre os maquinários do DER, a sede do DER que era aqui, foi no dito do Popular meus amigos, uma tremenda falta de respeito com nós da Ponta do Abunã, vocês estão vendo aí, os ramais estão do jeito que estão; as cidades, a área urbana está do jeito que está, mas, digo a vocês falta de interesse não é meus amigos, digo a vocês, podem contar com o apoio do Vereador Jacaré, podem contar com o apoio da Câmara Municipal que a gente está junto com vocês, junto com os Deputados em busca do tão sonhado sonho de Emancipar a Ponta do Abunã, porque? Imagine só, vamos diminuir 360 km meus amigos, tudo nós, os nossos recursos vão sair daqui. Eu bato quando estou usando a Tribuna porque eles não querem abrir mão disso aí? Porque a mamata é grande. O Distrito da Ponta do Abunã Deputado Neidson, Deputado Maurão de Carvalho, tem uma arrecadação muito grande, eu creio que isso aí ajuda a prender, porque se nós tivermos recursos próprios para caminharmos com nossas próprias pernas as coisas vão mudar aqui meus amigos e vai mudar para melhor. Digo a vocês, podem contar com o apoio

do Vereador Jacaré, com apoio do Zequinha Araújo, com o apoio dos Deputados que se fazem presentes aqui, podem contar com o apoio da gente que estamos juntos. No mais, muito obrigado a todos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Sr. Presidente, temos aqui uma Carta de Apoio a Emancipação de Extrema.

“Vimos por meio desta cumprimentar e informar que a Organização da Família Indígena Kaibu Kaxarari OFIKK, está à disposição para ajudar na movimentação da Emancipação de Extrema/RO, se for necessário ir à Brasília ou em manifestações, podem contar com a nossa parceria da Organização. Extrema, 10 de março de 2018. Edson Costa da Silva Kaxarari - Presidente da Organização OFIKK”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Muito obrigado. Obrigado pelas palavras Vereador Jacaré.

E agora vamos ouvir o senhor Antônio Heller dos Santos, que é o representante do INCRA, neste ato, com a palavra.

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS – Boa tarde a todos! Saudar o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Deputado Maurão de Carvalho e parabenizá-lo pela Proposição desta Audiência Pública que é tão importante para a população aqui da Ponta do Abunã. Saudar o Deputado Neidson que também foi autor dessa propositura pela realização dessa Audiência. Queria saudar o Professor Elarrat, e ao saudá-lo Professor estender esse cumprimento a todos os demais membros da Mesa. E ao cumprimentar o Aparecido Bispo, estender esse cumprimento a cada um dos senhores presentes nesta Audiência. A presença da gente aqui no primeiro momento se dá atendendo uma convocação que o senador Valdir Raupp fez ao Superintendente do INCRA, o senhor Cleto Muniz de Brito, pedindo que o INCRA se fizesse presente nessa Audiência e que se colocasse à disposição da comunidade, das autoridades para que contribuísse para toda essa discussão para a efetivação da Implantação do município de Extrema de Rondônia. Da mesma forma foi solicitado ao senhor Flávio Ribeiro de Carvalho, que hoje é o Titular da Delegacia Federal de Movimento Agrário em Rondônia, que a Delegacia também se fizesse presente para que tivesse aqui irmanando junto com as demais Instituições e com cada um dos senhores esse anseio dessa implantação desse município. Então, trazendo a mensagem do Superintendente do INCRA de Rondônia, ele pediu que a gente falasse que o INCRA de Rondônia hipoteca todo o apoio e se coloca à disposição da Comissão de Emancipação da Assembleia Estadual e de todos os órgãos para contribuir dentro das suas competências e onde for solicitado para que efetivamente a gente consiga concretizar esse sonho da população aqui da Ponta do Abunã. Assim também a Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário em Rondônia, também está se colocando à disposição para contribuir e para participar dessa... Eu já digo, não é nem início da luta, da conclusão dessa luta para que se efetive a Criação desse município. Sendo bem sucinto, particularmente, a gente se sente muito contente de estar aqui agora. Eu tive a oportunidade pelo Programa Terra Legal em 2012 de a gente está trabalhando aqui a regularização das áreas urbanas do Distrito de Nova Califórnia e de Extrema para passar a titularidade dessas áreas ao município de Porto Velho uma vez que se tratava de terras federais. E a gente conseguiu transferir essa titularidade, primeiro de Nova Califórnia e depois de Extrema, já em 2014, final de 2014 e é um passo, é algo que se soma a todo esse Movimento de

Emancipação dessa região para se tornar um município e com certeza um município forte e pujante do Estado de Rondônia. A gente vai estar aqui no decorrer desta Audiência Pública, estou dando à disposição para alguns esclarecimentos, para contribuir com as discussões e onde se for necessário tanto o INCRA de Rondônia como o DFDA ele está se colocando à disposição para a gente realizar todo esse trabalho que ainda falta para a criação do município. Era o que eu queria dizer neste momento e muito obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado. Vamos ouvir agora o Deputado Léo Moraes, com a palavra.

O SR. LÉO MORAES – Boa tarde! Boa tarde a todos. Eu agradeço a Deus primeiramente pela oportunidade de estar aqui com vocês, o prazer é muito grande. Gostaria de parabenizar e homenagear publicamente os Deputados Dr. Neidson, proponente, juntamente com o Deputado, Presidente da Assembleia Deputado Maurão de Carvalho, pela sensibilidade, pelo interesse de debater uma causa, um tema tão importante de tamanha evolução e grandeza, não somente para esta região, para a Ponta do Abunã como para mais de 50 outros Distritos que compreende o nosso Estado de Rondônia. Gostaria de cumprimentar as autoridades da Mesa, de forma especial o Vereador Zequinha Araújo; Dr. Gustavo Dandolini, já participamos de várias reuniões, Comissões Temáticas, Ordem dos Advogados do Brasil; Elarrat, representando aqui o IBGE que enriqueceu muito esse debate com grandes informações para que vocês possam ter acesso; representante do INCRA; o Vereador Jacaré, o Bispo que é um entusiasta, é um sonhador, usa a sua utopia pra colocar em prática aqui na região da Ponta do Abunã, e certamente terá uma grande expedição a ir a Brasília para que faça gestão, pressão e converse com a Presidência da República acerca da necessidade, da importância e que essa data de final de março 28, é isso? Vinte e oito, seja não somente um símbolo, mas, seja também divisor de águas nesse debate que se prolonga por muitos e muitos anos desde a época do litígio do Acre com o nosso Estado de Rondônia a de ser lembrados grandes personagens, pessoas que realmente marcaram época, como o Gaúcho e tantas outras lutas travadas e pessoas que realmente se municiaram, se blindaram, se armaram para travar essa luta e ela perdura até hoje. Gostaria de cumprimentar alguns amigos pessoais, o Marcos do Areal, que está aqui, gaúcho, gremista, meu amigo; Carlos também já vi, músico, também lutador dessa região; Jacinto, o Novo; o Professor Reinaldo, o Bosco, Administrador, faço votos de que tenha sucesso, não é fácil, sei das dificuldades, as lutas são imensas, mas, elas servem para nós transpormos esses obstáculos que isso não é impossível. O Irineu Hofsteter, eu tive a oportunidade de pelear na mesma trincheira, no mesmo Partido Político, representando aqui Nova Califórnia, a quem eu saúdo a todos os moradores do Distrito. Vereadores de Nova Mamoré estão aqui conosco representando Nova Dimensão, Jacinópolis e tantas outras pessoas que também precisam desse debate e que saiam daqui conhecedores e que vamos lutar juntos por essa conquista. Dona Lurdes, também política inveterada e apaixonada por essa localidade Nova Califórnia. Pastor Enildo, o Moraes da SEDAM, está aqui, o Antônio, o Piroco, meu amigo particular, juntamente com ele os profissionais que difundem o conhecimento e compartilham as novidades através da Rádio Comunitária, Rádio Educadora. Cumprimentar a Professora Genocir, o João Varonil, de Extrema; o Professor Marquelino e tantas outras pessoas, é um prazer. Cumprimentar a comunidade, os líderes aqui de

União Bandeirantes que se fazem presentes; o Moreira, Paulo Roberto, Josué, todos; o Tiãozinho, Suplente de Vereador, que teve uma votação estupenda; todas as pessoas, autoridades militares que com pouco efetivo assim como a Polícia Civil fazem o trabalho de galhardia, de valentia e assistem o povo do Estado de Rondônia com brilho nos olhos e com cabeça erguida, mesmo tendo o salário defasado e um contingente também a menor. Pois bem, quero fazer coro aos meus amigos, Deputado Dr. Neidson e Deputado Maurão de Carvalho, de início, não é tema proposto por isso eu vou apenas pincelar esse assunto. É fato que nós precisamos do DER, da Residência do DER de volta ao Distrito de Extrema para atender toda a Ponta do Abunã, essa luta nós fizemos, discutimos na Assembleia, levamos ao Plenário, fizemos Requerimento, convocamos reunião, participamos com algumas pessoas aqui e, infelizmente, retiraram a Residência do DER aqui nessa região. Não entro no mérito de quem é competente para tal, se você for a linha 2, na 4, na Eletrônica, a gente sabe que a própria população está reparando e construindo as pontes, a gente sabe que tem muito o que fazer, sabemos que muito disso é competência do próprio município, legalmente, as linhas, os ramais, a grande maioria é competência do município. Abraço para Raísa. Porém, nós não podemos negligenciar um Poder subsidia o trabalho do outro. Então, vamos agora novamente fazer coro para que volte a Residência e que faça um estudo de viabilidade e impacto, não somente aqui com União Bandeirantes para saber se é possível ter esse atendimento para cá porque é muita estrada para atender sem sombra de dúvidas. No tocante a discussão de Emancipação dos Distritos, é bom que saibamos como o doutor, o Professor Elarrat falou, nós temos uma Lei vigente que é uma Lei de 1965, ela esta sobrestada sobre o argumento de uma nova legislação, quem regulamenta e no âmbito do prospecto jurídico da coisa e legislativa; quem legisla a respeito da matéria é o Congresso Nacional. O Congresso Nacional há de criar outra Lei Complementar que regulamenta a Emancipação dos Distritos, daí a partir disso, Dr. Moreira, Delegado, a partir disso a matéria vem para a Assembleia Legislativa onde nós, depois de um plebiscito a fazer ou legitimando o já realizado que é importante e essa nova Lei que está em discussão no Congresso ela é favorável, é uma Lei mais flexível e que facilita a criação dos Distritos, não somente daqui, eu dou o exemplo claro que, talvez, nem tenha ninguém de lá, Tarilândia. Tarilândia é um Distrito com 6.800 moradores, dentro da nova legislação Tarilândia estará contemplada porque a Lei diz: que região Norte deve ter no mínimo 6.000 moradores, isto é, nós teríamos Tarilândia, nós teríamos União Bandeirantes, nós Teríamos Jaci, por conta; nós teríamos a Ponta do Abunã e tantas outras localidades no nosso Estado de Rondônia. Depois do plebiscito referendado cria-se a Lei que funda o município. A Câmara Municipal da localidade, Câmara Municipal de Porto Velho, Deputado Neidson, ela suprime a criação do Distrito, isto é, maioria absoluta de Vereadores no Plenário votam e aprovam e acabou o Distrito de Extrema, de Nova Califórnia e Vista Alegre, a partir daí, o Estado através da Assembleia cria o município e faz, inclusive, eleições para que definitivamente vocês possam ter não somente o progresso, mas, como autonomia para legislar e para executar políticas públicas, porque nós, mesmo eu que tenho sempre interesse e costume participar das discussões da Ponta do Abunã não é o suficiente, quem conhece a localidade são vocês, quem sabe os problemas atinentes à Ponta do Abunã Chaplin, são vocês que estão aqui na ponta da corda e que carecem de saneamento básico, de estradas, de asfalto, no atendimento da educação, no transporte escolar que ele é falho e que não abre as portas

para o horizonte que o conhecimento é o maior patrimônio que alguém pode ter. Portanto, o nosso voto e o nosso apelo é que agora em março definitivamente o Congresso Nacional tome as rédeas da situação, enfim, aprove a Lei e que a gente possa fazer a nossa parte enquanto legisladores estaduais para criar o tão sonhado, o tão almejado município da Ponta do Abunã que vidas foram ceifadas, pessoas ficaram adoentadas e tantos outros serviços deixaram de vir por conta disso, a exemplo, da telefonia celular e tantas outras coisas. A gente está aqui encampados dentro do mínimo da técnica jurídica do arcabouço legislativo para defender o interesse da população e podem ter certeza, mesmo com a ausência da administração municipal, da Secretaria, no caso, ou até mesmo da Prefeitura, nós vamos trabalhar a várias mãos unidos para enfim realmente emancipar. Ninguém faz nada sozinho, eu o Deputado Maurão, o Deputado Dr. Neidson, o Vereador Jacaré, o Vereador Zequinha, ninguém será o patrono, o padrinho da criação dos municípios que tanto precisam ser alcançados esse posto, será a vontade do povo mediante o plebiscito já realizado, referendado e homologado pelo TRE, portanto, a gente só quer aqui fazer coro de apoio para que vocês possam ser senhores do destino, donos do nariz de cada um e faça esse lugar, que é rico, que é fértil, produtivo e de gente trabalhadora que tem um dos maiores rebanhos do Estado de Rondônia que ele seja cada vez mais altaneiro, cada vez mais bonito, cada vez mais produtivo. Portanto, a gente fica à vontade para falar isso, para discutir com vocês e se por ventura uma crítica construtiva que nós possamos absorver e fazer dessa terra uma terra ainda melhor. Muito obrigado contem conosco e felicidades a todos.

(Às 16 horas e 04 minutos o Sr. Maurão de Carvalho passa a Presidência ao Sr. Dr. Neidson)

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Agora com a palavra o senhor Gildomar Oliveira (Xarqueiro), Liderança do Distrito de Campinas, município de Plácido de Castro, Acre.

O SR. GILDOMAR OLIVEIRA – Boa tarde amigos do Distrito de Extrema de Rondônia. Cumprimento à Mesa na pessoa de Vossa Excelência, Deputado Maurão; cumprimento em especial toda a plateia em nome das famílias indígenas que aqui se faz presente e dos produtores rurais. Quero dizer a vocês, que os distritos, eles são todos iguais, com as mesmas dificuldades, os mesmos problemas. Aqui, ouvir atentamente a fala de Vossas Excelências, representantes, os deputados, vereadores que aqui se fazem presente. E enfim, puxou um debate não especificamente sobre a emancipação, mas houve um furo aqui, um furo de tema necessário que foi, eles vieram falar que a população almeja e denuncia o descaso desse distrito. No Estado do Acre vivemos a mesma realidade, porque os municípios mãe, que aqui no caso é o município mãe é Porto Velho; no caso lá é de Vila Campinas é o município de Plácido de Castro, nós sofremos as mesmas dificuldades. Então, os distritos são todos iguais, só mudam de endereço. Mas, quero dizer a todos vocês, a Vossa Excelência, a plateia, que a Constituição Federal nos dar o direito de sermos município, nos dar o direito de ser livres e independentes. Mas, o Congresso Nacional que está lá, debaixo de vários escândalos, de vários escândalos nacionais não tem colocado a pauta da criação dos distritos para ser discutida e votada. Sabemos que o que tem acontecido nos últimos anos meu amigo Aparecido Bispo; é uma enganação do povo brasileiro; esses mais de 5.000 mil

distritos que almeja ser município, de lideranças do naipe e da qualidade de Aparecido Bispo; de Xarqueiro, de nosso saudoso gaúcho e de outras tantas pessoas que lutam e alguns já se foram, outros adoeceram. Consequentemente a cada ano buscam força, buscam motivação para continuar essa luta. Mas, o Congresso Nacional se nega, se nega de emancipar, quantos Brasil nós temos? Nós temos só um. Porque que após a aprovação dessa Carta Constitucional de 88, se criou vários municípios aí pelos Estados e se proibiu outros, pela conveniência política. A Presidente Dilma, numa ação orquestrada no Congresso Nacional simulou que poderia ser votada a criação de municípios. Foi votado, aí veio a pegadinha para cima de todos nós. Foi votado e aí ela foi lá e vetou. Foi votado de novo, ela foi lá e vetou. Mas, o mesmo Congresso Nacional que nos prejudicou, foi o mesmo Congresso Nacional que quase 99% corrupto que cassou o mandato dela. Agora vem a nova proposta, a nova proposta está aí, esperamos que esse Presidente que está aí, o senhor Michel Temer, tenha sensibilidade, tenha sensibilidade com a nossa causa. E o que eu proponho aqui aos emancipalistas, a essa população guerreira, a essa população é que nós do Acre, estamos pertinho aqui, a 60 Km da capital Rio Branco, pertinho de vocês aqui; é que após aprovação dessa PLP 137, se o Presidente Temer vetar, nós nos organizamos, fechamos essa BR 364 por tempo indeterminado, porque nós não somos bonecos de político avacalhado, nós não somos bonecos de político avacalhado, que estão brincando com nós. A força é do povo, a força é da população, nenhum político resiste pressão, nem o Poder Judiciário resiste pressão, nós temos que lutar pela nossa causa. Aqui teve uma argumentação técnica, uma argumentação burocrática com relação ao tema. Mas, a decisão está em nós, nós somos o povo, nós somos o povo. Perdão pela voz. No Acre, nós temos três distritos aptos para serem municípios, e nós estamos aqui representando eles, aqui os guerreiros; o Professor Pedro; Cuca, Campina, o Aldo, a Joice, Bastiãozinho estamos aqui numa comissão de menos de 10 pessoas, representando todos vocês, representando aquele povo. Então, Vila Campina merece ser município; Humaitá que tem um município mãe, Porto Acre, merecer ser município; Santa Luzia, no Vale de Juruá merece ser município e tem mais duas vilas em discussão. Peço perdão pela voz, mais é porque, quando a gente chega aqui, a gente sente-se revoltado, porque nós estamos calejados de sermos enganados. E vamos aguardar, vamos aguardar essa votação senhores Deputados; senhores vereadores, nós estamos prontos para lutar; unidos, seremos municípios livres e independentes que a Constituição nos dar esse direito. Boa tarde a todos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Bom, determinou Sua Excelência, o senhor Presidente, que eu pudesse fazer a chamada dos próximos oradores. Peço por gentileza, que cumpram o tempo de três minutos, tendo em vista muitos oradores inscritos.

Convidamos o senhor Paulo Roberto Lubiana, Presidente do Conselho Comunitário de União Bandeirantes, para no tempo de três minutos também fazer a sua explanação sobre a reivindicação para aquele distrito também a ser emancipado.

O SR. LÉO MORAES – Em tempo, só gostaria de cumprimentar o Herbert Tokazatto, aqui do Distrito; que também faz coro aí a essa luta, eu queria deixar registrado aqui nos Anais da Casa, da Taquigrafia da Assembleia Legislativa. Obrigado.

O SR. PAULO ROBERTO LUBIANA – A nossa boa tarde a todos. É com muito prazer que nós nos fazemos presentes aqui neste ato, ato público, promovido então por esta Casa, Casa de Leis. Cumprimento então o senhor Presidente Maurão de Carvalho, os demais Deputados; o nosso muito obrigado pela proposição da Audiência; cumprimento também os vereadores, o Jacaré, companheiro também que está sempre presente lá no nosso distrito; viu Zequinha, o nosso muito obrigado. Em especial, quero cumprimentar aqui ao Bispo, em seu nome Bispo, o restante da Mesa e todo esse povo também juntando aos nossos companheiros de União Bandeirantes. Dizer Bispo, já foi falado aqui e você já está aí de cabelos brancos nessa luta, lembrar, fazer menção de que há 20 anos, nós participamos deste mesmo ato na proposta de emancipar o distrito do qual a gente residia, nós tivemos lá o êxito, o sucesso de emancipar e hoje sabemos que mesmo distantes, esse município caminha com as próprias pernas e prospera. Dizer que eu não tive a mesma felicidade de você, que os meus cabelos não deram tempo de ficar branco e caíram nessa luta. Mas, que nós vamos se for preciso Bispo, deixar com que, fazer com que caiam o restante, mas que nós não podemos nos dispersar dessa luta. União Bandeirantes se faz aqui presente hoje para dizer a vocês de toda Ponta do Abunã, que nós vamos nos unir a todos vocês e aos demais distritos que almejam a possível emancipação para que nós possamos então juntos, conseguir esse desejo que nós temos. Também dizer, que nós, como foi dito aqui pelas autoridades e principalmente pelas pessoas dos órgãos competentes, União Bandeirantes tem todos os requisitos, já habilitados a se tornar município e com certeza Deputado Léo Moraes, você é conhecedor dessa nossa luta, talvez, lógico, talvez a muito mais, antes de mim que sou novo ali. Mas, que nós lá nos organizamos enquanto Conselho Comunitário, representando todas as autoridades, todas as entidades civis e religiosas para que nós possamos então discutir todo esse processo. Estamos aqui hoje para firmar o compromisso junto a todo esse povo e buscar juntos a nossa vontade também de emancipar União Bandeirantes e com certeza vai se tornar um município forte e próspero. E deixar aqui, para finalizar, o nosso pedido a toda Assembleia e a Câmara, que possam então nos ajudar, que nós estamos ainda vereadores, ainda um pouco atrasados em relação a vocês aqui da Ponta do Abunã, em especial aqui em Extrema. Nós ainda estamos a alguns passos atrás. Mas, que nós vamos lutar juntos, buscar juntos a concretização desses fatos e atos para que nós possamos então em tempo hábil, se a Lei, se a Emenda 137 for aprovada, nós vamos estar juntos então buscando também a nossa emancipação. E para finalizar, dizer que nós estamos aqui esperançosos poder contribuir, é uma pena que nós fomos contemplados em uma vaga só. Mas, aquele que for lá, vai está representando todo o povo. Então, nós vamos estar juntos. E para finalizar gente, nós temos um pensamento: "sonho que se sonha sozinho, nunca ele torna realidade. Mas, o sonho que se sonha junto, esse sim se torna realidade". Que nós possamos então, nos unir a cada dia mais, todos os Poderes competentes para que nós possamos então ter o sucesso que o nosso povo merece. O nosso muito obrigado a todos vocês que estão presentes e também a vocês que estão aqui propondo este ato, esta Audiência Pública. O nosso muito obrigado, boa tarde a todos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos para no prazo de três minutos fazer uso da palavra o senhor Orleans Alves, Presidente da Associação dos Produtores Rurais – ASPRAC.

O SR. ORLEANS ALVES – Boa tarde a todos. Eu gostaria de reforçar, já foi falado, falado. Nós precisamos do DER nessa região, as estradas se encontram os buracos cheio de pau, cheio de pau, perigo acidente, tem uma bacia leiteira nesses 22 tanques, eu e minha família tira 500 a 600 litros de leite por dia, estamos perdendo leite que não há acesso, não há acesso, não tem como porque é caminhão traçado; aquele caminhão onde passa, debaixo de chuva, não está sobrando estrada para outro não, ele é traçado, ele é traçado, o leite é perecível tem que tirar ele, tem hora para chegar no laticínio; aquele caminhão que vai rasgando o resto da estrada que fica, tem que ser tomada uma providência de imediato, não é passar uma patrula de vez em quando lá e afrouxar aquela tabatinga não, tem que encascalhar, tem que pôr cascalho. E nessa região, mexer com cascalho é a mesma coisa de mexer com ninhada de cobra; faz, faz, na hora do cascalho, vamos embora, fica sem cascalho, aí quando chove, a primeira chuva fica na mesma. Passou uma patrula um dia desses que estava o cambaleião e o carro baixo não passava mais, um carro baixo não passava mais, aí passou uma patrula no meio da estrada, jogando a tabatinga para valeta. Aí, quando chove, fica parecendo a ponte, parecendo o rio Abunã, a água não tem onde sair, aí tem que tomar uma providência naquilo. Aqueles paus ocado de bueiro, de 10 anos, 15 anos atrás arriou tudo, não passa água mais. Aí os parlamentares têm que tomar uma providência. Eu gostaria do jeito que eu estou vendo a situação da Prefeitura, o DER tomar uma posição e auxiliar com alguma coisa. Um é um e duas pessoas é outra força; auxiliar, fazer parceria entre vocês e tomar uma providência. Estão tomando grande prejuízo. O produtor está desanimando, pode olhar que era para ter mais gente aí, veio pouca gente, o povo está desacreditando, desacreditando, desanimando, não está tendo nem como trabalhar mais, não tem apoio, não tem apoio, sei lá quem é culpado, mais tem que ver o que está acontecendo, tomar uma providência imediata, imediato isso aí. Nós estamos sofrendo demais, está tendo muito prejuízo e a saída que eu vejo é emancipar, mas tem que se unir, se unir todo mundo, se unir todo mundo falar numa voz só; precisamos e precisamos, que nós temos que insistir que a necessidade é nossa, é nossa, o interesse é nosso. E eu pude contemplar 04 municípios: São Felipe; Querência; Primavera; Cangalha de Pimenta Bueno, lá era 42 KM, aqui é 350, aqui são 350 KM; mais difícil é ainda. Aí é imediato, eu acho que tem que pedir pelo amor de Deus, os Parlamentares que estiverem no Poder, não votem contra; vamos nos unir, se unir. Era para ter mais vereador de Porto Velho, tem pouco, tem pouco, era para está todo mundo aqui, todo mundo aqui, tem pouco, compareceu; esse que compareceu está de manga erguida para ajudar, vamos para frente, vamos unir a força que a necessidade é grande. Eu peço desculpas. Muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Obrigado. Pelo prazo também de três minutos, convidamos o senhor Katuo Okabayashi, representando o gabinete do Senador Raupp.

O SR. KATUO OKABAYASHI – Boa tarde a todos os Senhores e Senhoras. Eu cumprimento o Presidente da Assembleia Maurão de Carvalho. É um prazer está com vocês, faço parte da equipe do Senador Valdir Raupp e Deputada Marinha Raupp. Estou representando o Senador e a Deputada que não pôde estar presente com vocês por compromissos assumidos anteriormente. A Deputada Marinha Raupp, é uma grande defensora da população de Extrema, defensora da emancipação deste importante distrito e por isso pediu para que trouxesse a

vocês uma mensagem de parceria, confiança e compromisso. Compromisso com vocês de continuar trabalhando em Brasília para conseguir efetivamente essa emancipação. No final do ano, o Bispo esteve em Brasília e a Deputada Marinha Raupp, encaminhou uma conversa como colega Deputado Federal Carlos Gaguim, relator do PLP, quando solicitou a conclusão do seu parecer para votação em plenário. O Bispo também conversou com o Deputado e protocolou o ofício de vocês do Distrito de Extrema. E nesta semana a Deputada Marinha Raupp, protocolou na Secretaria Geral da Mesa, um Requerimento de urgência solicitando a apreciação desse projeto, apoiado com a assinatura dos líderes dos partidos na Câmara. Vocês sabem e conhecem o empenho da Deputada Marinha Raupp e do Senador Raupp nesta causa; vocês se recordam deles lá em Brasília, recebendo a comitiva daqui de Extrema para marcar audiência no TSE e que foi uma ação dos dois e o Tribunal definiu que em setembro de 2009, a marcação do Plebiscito. Deixo aqui um abraço do Senador Raupp e da Deputada Marinha Raupp. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos agora o Professor João Prata, Escola Maria Jaci, Nova Califórnia. Também pelo prazo de três minutos.

O SR. JOÃO PRATA – Eu quero cumprimentar o meu amigo Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia Legislativa, em nome dele cumprimentar os demais representantes de cada distrito e ressaltar a importância da necessidade da emancipação de um município na Ponta do Abunã, visto que avalizando ainda a fala de cada um dos oradores aqui, visto que a população tem sofrido consequências graves em relação a falta dessa emancipação pelo abandono já dito aqui pelos moradores da Ponta do Abunã. O que me trouxe a esta tribuna, ainda esta semana, uma mãe reclamando a falta de condições de chegar até a escola com os filhos, isso de repente pode ter sido causado pela falta do empenho, pela ausência da Residência do DER que já foi dito aqui na nossa região. Também eu estive observando já há tempo em relação a falta de comunicação móvel, que isso tem dificultado muito todos os trabalhos aqui na nossa região, não só nesse distrito, como nos demais e isso é um motivo a mais para que nós possamos está lutando pela emancipação política de um município aqui na Ponta do Abunã. Então, eu quero parabenizar cada um que está empenhado em está aqui lutando por esta causa e que esta causa possa ser de fato realizada. Eu quero parabenizar cada um de vocês e agradecer a presença de cada um de vocês que reforça a nossa luta. Muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos ainda para fazer uso da palavra o senhor Pedro Marciel, integrante da Comissão Permanente de Moradores do Distrito de Campinas do Estado do Acre.

O SR. PEDRO MARCIEL – Boa tarde a todos. Fazer aqui um agradecimento primeiro e parabenizar as pessoas que organizaram aqui essa Audiência. Agradecer o convite do nobre amigo Bispo e parabenizar a Assembleia por esse ato. Lembrando nós, que há muito anos, creio eu que já uma década atrás, houve uma Audiência dessa pauta no nosso Estado. Dizer também que Extrema aqui e Campinas está junto nesse dilema, há décadas realmente. E somos irmanados, até porque a população que ali mora, as grandes lideranças, a grande maioria já foram aqui de Extrema; os taxistas, os líderes

daqui conhecem por demais, as pessoas que ali moram. Eu não sou muito conhecido de vocês, mas dentro da nossa Comissão; agora que está presente fora eu e o Xarqueiro, existem pessoas que já residiram aqui, por sinal, dentro da nossa composição da comissão existe uma vereadora eleita no nosso distrito, que é trabalhadora aqui desse distrito, é a enfermeira Meire; mandou um abraço, não pôde vir, por questões de saúde. Então, nós estamos unidos em tudo e estamos dispostos a acompanhar, claro, esse trabalho aqui do Bispo. Dizer também que fora nós, temos realmente mais 02 distritos, que já foi citado pelo Xarqueiro; Cruzeiro do Sul; Santa Luzia, Porto Acre, a Vila do V. Estão dentro dos requisitos 100%. Eu ouvi a palavra inicial do Deputado Presidente e ele disse no início que é melhor ser o pior município, do que o melhor distrito. No nosso Estado do Acre, o nosso distrito ele tem os requisitos maior do que enes municípios já criados; em área, em população, em infraestrutura e em especial, que isso é uma coisa pessoal que não é falado de forma alguma em Audiências, em pessoas iguais ao Bispo, que é uma pessoa, um líder, é uma pessoa de liderança, intelectual e dentro das comunidades sempre tem que ter essas pessoas. Aqui, eu conheço um, o qual pode ser não tão reconhecido de líder e intelectual; o Mestre "Maquelin" Santana. Não é diferente da nossa comunidade, nós temos todos os requisitos 100% em infraestrutura e lideranças, o exemplo o Xarqueiro que aqui está. Quero dizer também, para finalizar, eu ouvi aqui algumas falas posso dizer, alguém pode dizer que é coincidência, outro pode dizer que foi um acaso, outro pode dizer que é coisa de Deus. Eu digo que é de Deus. Hoje cedo na minha leitura diária, fiz a leitura em Hebreu 11.10, que fala sobre Abraão e alguém aqui falou sobre: falta de confiança, fé, sonho, utopias. Eu fico na fé de Abraão, que saiu da sua parentela e foi para uma Terra Prometida e lá estava a terra. Nós chegaremos lá nessa Terra Prometida, no nosso município de Extrema, de Campinas e outros mais que aí estão. Amém irmãos? E aqui eu agradeço a minha oportunidade.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos ainda o Excelentíssimo Senhor Vereador Denizio de Nova Dimensão.

O SR. DENIZIO – Boa tarde Senhoras e Senhores. Em nome do Deputado Dr. Neidson, quero cumprimentar aqui toda à Mesa, o Presidente Maurão de Carvalho, Léo Moraes e principalmente o Bispo, que é um cara lutador, que vem batalhando aí para que isso se torne realidade. Senhoras e senhores, eu também estou representando aqui o meu Distrito, Distrito de Nova Mamoré, lá chamado Nova Dimensão, a gente também está nesta luta, é um distrito pode dizer que maior do que a sede, nós temos lá mais ou menos 20.000 mil habitantes, contamos com dois distritos a nosso favor, o nosso lado Jacinópolis e Palmeiras. Então, a arrecadação lá do nosso distrito corresponde a 50% da arrecadação do município. Então, nós estamos nesta batalha, porque tudo que vem do Governo, vem os recursos são mais colocados na sede do município e a nossa população, sempre os distritos ficam nesse sofrimento. Então, nós viemos aqui em Extrema, lamentando as estradas, lamentando a educação, isso está acontecendo na maioria dos distritos de nosso Estado de Rondônia. Então, gente vamos nessa luta, nós de Nova Dimensão estamos aqui com uma Comissão, está aqui o nosso Presidente da Câmara, o Altamir, uma Comissão aqui também de Vereadores, está também nesta batalha e se Deus quiser, nós vamos está em Brasília também, acompanhando essa votação de perto. Pedimos a contribui-

ção, a força da nossa Assembleia Legislativa que está presente aqui, é o nosso Presidente Maurão de Carvalho e também o nosso Deputado Dr. Neidson, que é o Deputado que representa a nossa região, está ali junto com nós, Dr. Neidson e Nova Dimensão para lutar pela aquela população e que nós podemos ser também um município do Estado de Rondônia. Senhoras e senhores, muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Com a palavra Sua Excelência, o senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Maurão de Carvalho, para dar sequência a Audiência Pública.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Eu pedi para falar aqui na tribuna. Nós já estamos finalizando aí a fala dos oradores inscritos e já estamos indo ao final dessa Audiência Pública e logo depois nós vamos fazer uma Ata para que seja, nós sairmos daqui com essa Ata já fechada, decisões que vamos tomar daqui para frente e aí aquele que queira a cópia da Ata, a gente vai poder fornecer, algumas pessoas já me pediram. Mas, eu queria aqui agradecer a presença de todos, queria dizer da alegria de poder está mais uma vez em Extrema, podendo neste ato está discutindo um tema tão importante e como já dito aqui, talvez já muito discutido, talvez já desacreditado por algumas pessoas; mas, não podemos deixar desanimá-los de um projeto tão importante, que é a solução para os distritos e principalmente aqui Bispo, eu quero te parabenizar pela garra, pela sua vontade, mesmo sem dinheiro, com dificuldade financeira, tendo que as pessoas ajudarem, você pedindo e se você tivesse situação financeira, que eu tenho certeza, que pudesse, você bancaria toda essa despesa para ver Nova Dimensão emancipada. Eu sei da tua vontade, da tua garra e quanto você tem batalhado lá na Assembleia Legislativa, pedindo o apoio dos deputados e aqui, nós estamos aqui hoje mais uma vez, já tivemos outras Audiências, tantos outros debates, já fecharam a BR, tudo isso já aconteceu aqui para que viesse ter a emancipação de Extrema. Então, o nosso carinho, a nossa dedicação, portanto, a nossa felicidade de poder está aqui hoje atendendo o pedido da comunidade, em seu nome oficializado. Agradecer aqui o Deputado Dr. Neidson, que é aqui da região, que está aqui presente também empenhado para que a gente possa ajudar, levar em frente esse projeto que é a emancipação de Extrema, que é o desejo de tantos outros municípios, alguém tem que está lutando, alguém tem que está trabalhando para que dê a sequência e venha a acontecer a emancipação. O nosso agradecimento ao Deputado Léo, que também todos os momentos têm se esforçado para que viesse acontecer, principalmente essa emancipação que é muito para vocês, porque emancipando, vocês vão ter vida própria, emancipando vocês ter receita própria, emancipando, vocês não depender do município de Porto Velho. Eu falava agora a pouco, conversando com um assessor meu que é paraibano e é jornalista e ele falava aqui: Deputado, o Estado da Paraíba, é mais ou menos do tamanho do município de Porto Velho, têm 223 municípios. Do tamanho do município de Porto Velho. E um município deste tamanho, ele tem dificuldade de cuidar do município, o Prefeito que seja, que esteja no mandato, às vezes vem pela campanha, promete que vai arrumar; mais são 7.000 mil Km de estrada, são estrada que às vezes, conforme o Estado não tem esta quantidade de estrada e aí não consegue recuperar as estradas, não consegue dar assistência aos distritos que temos hoje, em torno de 16, 17 distrito, o município de Porto Velho. Então, a saída é a emancipação. Se você ver, há 20 anos quando eman-

ciparam alguns municípios, tem município que não tem 20 mil, não tem 1.000 habitante e foi emancipado. Tem município no Mato Grosso, que foi emancipado na época, tiraram foto de outro município e emanciparam o município, como Rondolândia que fica muito próximo de município de Ministro Andreazza onde eu fui Prefeito. Na época tiraram foto de um outro município e levaram lá para aprovar o projeto; ah, esse aqui que é Rondolândia. E Rondolândia tinha meia dúzia de casas, jamais tinha condições de emancipar e emancipou porque tinha uma união política na época. Não quer dizer que Extrema não teve essa união, porque Extrema sempre teve essa união, sempre teve esta vontade de emancipar. E é por isso que vocês estão ainda lutando, mesmo que alguns perdem a esperança, mais a maioria está aqui ainda dizendo: queremos a emancipação do Distrito de Extrema. Portanto, Bispo, o nosso compromisso como deputado, Poder Legislativo, os nossos colegas deputados, é continuar lutando pela emancipação de Extrema e de tantos municípios aqui representados pelos vereadores de Nova Mamoré, Nova Dimensão, aqui representado pelos vereadores de Machadinho que vieram, quase 800 Km, para estar aqui também podendo discutir esse tema tão importante que interessa a todos eles, aqui representados, os representantes do Acre que tem os seus distritos que também dando certo em Extrema, vai dar certo para os outros municípios do Estado vizinho. Então, o nosso compromisso do Poder Legislativo, é de continuar lhe ajudando; está presente lá em Brasília no dia 27, trabalhando junto a bancada federal para que a gente possa dividir o bolo, ser mais coerente com os municípios que tem a sua receita, os distritos que tem a sua receita própria, que sai daqui e não volta porque tem receita; nós temos hoje aqui na Ponta do Abunã, uma das maiores quantidade de bovinos que vai daqui para o município de Porto Velho, só leva a receita e não retorna e precisa voltar Bispo, precisa que tenha o município, que tenha a sua receita própria; não que a receita que gera aqui Vereador Jacaré, que sai daqui das indústrias, das pedreiras, das pecuárias que vai e que não volta; o vereador é daqui, mas a força é limitada. Eu sei que a sua vontade é muito grande de trazer o máximo para cá; mais temos lá mais 16 vereadores e aqui está o Vereador Zequinha que está somando aqui, mas tem a maioria que está defendendo a sua base e com isso não consegue trazer o que vocês tanto queriam, que as pessoas tanto confiaram em vocês e elegeram o vereador daqui. Mas, não é porque o vereador não quer, o vereador grita lá na tribuna, mas tem um limite, não tem poder da caneta, ele tem apenas o poder do voto e isso não faz que o recurso chegue como deveria chegar; para chegar aqui precisa ter uma emancipação, ter uma vida própria e é isso que a comunidade, é isso que vocês estão aqui, a presença de todos vocês aqui demonstra que a esperança de vocês não morreu, ainda está na emancipação tendo vida para Ponta do Abunã, principalmente esse distrito. O nosso compromisso aqui, é de estarmos juntos, o que tive no nosso limite e o que estiver no nosso limite orçamentário, que é difícil, que também nós temos o limite e não podemos ultrapassá-lo. Mas, nós somado a nossa força, de poder somar para que este projeto saia da gaveta e venha se tornar uma Lei definitiva, emancipando, dando o direito de vida própria que é o município de Extrema, o distrito torna-se município e tantos outros que estão aí, são maiores do que município. Se vocês ver Castanheira, hoje é município é um terço de Extrema; se você ver outros municípios, a minha cidade que é Ministro Andreazza, onde eu fui prefeito, que já está no 5º mandato, é do tamanho de Extrema, que era muito menor. Então gente, a saída é essa, não desanime, vamos à

luta; conte com nós, um abraço a todos e vamos finalizar essa sessão, agradecendo a todos aqui presentes, que está dando a sua colaboração, ajudando em uma força só para que nós tenhamos vida própria em Extrema e os municípios que estão aptos para ser emancipados. Um abraço a todos.

Eu quero só fazer um encaminhamento, uma proposta, finalizando esta Audiência Pública. Depois eu vou aqui fazer um agradecimento a todos que estão ainda na Mesa. Mas, eu gostaria aqui, nós fizemos um rascunho aqui, eu e o Dr. Neidson, se tiver mais alguma coisa que vocês gostariam que acrescentasse, para que a gente colocasse na Ata, que ficasse o compromisso e dar sequência. Eu vou passar aqui ao Dr. Neidson, para que ele faça a leitura dos encaminhamentos.

O SR. DR. NEIDSON – Leitura dos encaminhamentos:

1º - Solicitar apoio da bancada federal, através da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, através de requerimento para aprovação da Lei nº 137/15, Projeto de Lei Complementar.

2º - Acompanhar a votação em Brasília junto a bancada federal.

3º - Solicitar apoio de outros Estados através da União Nacional dos Legisladores Legislativos Estaduais.

4º - Posterior aprovação do projeto, se for aprovado e publicado no Diário Oficial da União, buscar acelerar a confecção de Projetos de Lei Estadual para criação do município de Extrema de Rondônia, acompanhado pela ASMERON – Associação de Desenvolvimento de Moradores e Emancipalistas do Distrito de Extrema de Rondônia.

Esses seriam os quatros encaminhamentos que nós temos aqui. Se tiverem algum outro.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Bispo, o parecer do Bispo. Tem mais alguma proposta de encaminhamento para que a gente possa encaminhar? Se o plenário tiver alguma dica Paulo, que também não pode ser muito, eu acho que tem que ter, uns 4, 5 encaminhamentos par que a gente possa finalizar, dar sequência nesse encaminhamento, acompanhando a Comissão.

O SR. APARECIDO BISPO – Seria importante, a Assembleia Legislativa fazer um encaminhamento também junto à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, para que assegure essa data em função de várias caravanas estão se deslocando dos seus Estados, assim como Rondônia estará indo à Brasília, para que assegure a data em 27, 28 que de fato vote mesmo o PLP 137 como foi a proposta. Aproveitando o espaço que foi aberto; quero esclarecer a questão da Audiência com o Presidente da República que são orientações do Movimento Emancipa Brasil, do qual eu faço parte, é encaminhar para Coordenação os 03 nomes para o Estado, que irão entrar no Palácio do Planalto, se não tiver qualificado não entra. Então, apenas um de Extrema, um dos distritos que nós mencionamos e em respeito ao apoio de Campinas do Acre, nós levamos a Campinas para 03 representantes referendando ao Estado do Acre. Então, são esses os esclarecimentos. Mas, já seria mais um encaminhamento deputado e senhor Presidente que Sua Excelência poderia encaminhar à Mesa Diretora.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Antônio Bispo, esse encaminhamento já está na proposta.

O SR. APARECIDO BISPO – Já está na proposta?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Já, já está nesta proposta e será feito. O Dr. Gustavo, teria uma proposta, parece que falaram aqui, ou está dentro desta.

O SR. APARECIDO BISPO – Deputado Presidente, permita-me colocar; seria interessante, de suma importância, aproveitando a carona na fala do Dr. Gustavo. De formar uma Comissão Permanente na Câmara dos Deputados, uma Comissão Mista Técnica, com representantes do Movimento de Emancipação e o segmento em nome da sociedade civil para acompanhamento desse trabalho emancipalista, tanto dentro do Estado, como no Distrito Federal.

O SR. LÉO MORAES – A proposta do Bispo que está para ser encaminhada aqui para toda população, é criar uma Comissão Provisória, uma Comissão Técnica para subsidiar os distritos, nos estudos de impactos econômico, financeiro social político e administrativo.

O SR. APARECIDO BISPO – Exatamente.

O SR. LÉO MORAES – Para que possa ter essa equipe, não é isso Bispo? No momento de aprovado, já esteja com todos os levantamentos de forma avançada, como já está aqui na Ponta do Abunã, mas não está em União Bandeirantes, por exemplo. A ideia é que tenha logo, seja um colegiado dos Poderes, de outras Instituições capitaneado pela Assembleia Legislativa, que é o autor da Lei em nível estadual. Esse é o encaminhamento. Se os senhores tiverem de acordo permaneçam como estão.

O SR. APARECIDO BISPO - Tribunal de Contas, Secretaria de Planejamento do Estado, município enfim...

O SR. LÉO MORAES – Tribunal de Contas do Estado, IBGE; Associação dos Municípios; Ministério Público; Ministério Público de Contas; Associação da Frente da Emancipação e outros órgãos que também tem interesse; Câmaras Municipais e Prefeituras também dos municípios. Têm mais alguma entidade, a Universidade de Rondônia; Ordem dos Advogados do Brasil; Câmaras Municipais.

O SR. APARECIDO BISPO – CPT, Unir, que é a Comissão Pastoral da Terra...

O SR. LÉO MORAES – A Comissão Pastoral da Terra também e outros órgãos que já foram debatidos aqui...

O SR. APARECIDO BISPO – Sindicatos dos trabalhadores rurais de Porto Velho.

O SR. LÉO MORAES – Conselho Municipal das Cidades. Sim, já está dentro do Conselho da Emancipação; representantes dos Distritos. Alguma outra sugestão? Secretaria, mas aí são órgãos governamentais. Já, do Governo do Estado e das Prefeituras. Mas, algum encaminhamento? O INCRA também já está.

O SR. APARECIDO BISPO – Secretaria da Regularização Fundiária do Município e do Estado, também já está.

O SR. LÉO MORAES – As Prefeituras e seus administradores de distritos já estão. Mas, algum? Então, podemos encerrar.

Então, são esses encaminhamentos senhor Presidente, que se encaminhe ao Departamento Técnico Legislativo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Tem mais algum encaminhamento aí, mais uma proposta? Não.

O SR. GILDOMAR OLIVEIRA – Eu pediria gentilmente que a Assembleia Legislativa de Rondônia, encaminhasse essa documentação para a Assembleia Legislativa do Estado do Acre, isso seria importante. Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Beleza. Gente, eu quero agradecer a presença de todos os senhores e senhoras, crianças que prestigiam essa Sessão de Audiência Pública; agradecer ao Bispo, que é o, que reivindicou e fez o encaminhamento de toda esta Sessão na Assembleia Legislativa, que fez o pedido em nome do distrito, em nome da comunidade da Ponta do Abunã, o nosso agradecimento Bispo por tudo e continuamos entendendo a tua vontade, reconhecendo o teu trabalho como membro desta comissão, como Presidente desta Comissão, a sua dedicação, portanto, a Assembleia Legislativa tem o compromisso de continuar dando todo o apoio e eu tenho certeza, com esta comissão agora nós vamos chegar lá e eleger uma Comissão de Deputados. Eu gostaria que o Deputado Léo e o Deputado Dr. Neidson ficassem na Presidência como Secretário, vice-presidente; mas, para que a gente possa, Presidência e Relatoria; a gente propõe com mais três deputados, fazer uma comissão de 05 deputados, para que quando vocês forem a Porto Velho, na Assembleia Legislativa, vocês possam conversar diretamente com a comissão, estando presente com o Bispo, não estando presente, vocês vão está acompanhando de perto o trabalho da comissão que vai ser aprovado na Assembleia Legislativa na terça-feira. Uma proposta nossa já, criar esta comissão na terça-feira e assim União Bandeirantes vai poder acompanhar, o Distrito de União Bandeirantes; Nova Mamoré, lá o município de Machadinho, de todos os municípios e nós vamos encaminhar uma cópia da Ata para Assembleia Legislativa do Acre, que ela possa também fazer um mesmo encaminhamento, somando essa força para que a gente possa dar continuidade desse projeto de tamanha importância para Rondônia, para Extrema, para os distritos, para o Brasil.

Agradecer aqui a presença do vereador Zequinha Araújo, obrigado Zequinha pelo seu trabalho, pela sua presença, poder está aqui também dando a sua palavra de apoio; agradecer a presença do representante que falou aqui, do Acre, o Xarqueiro, que ele falou aqui, perdeu até a voz aqui na emoção, o nervosismo às vezes faz com que a gente perde a voz. Mas, a gente pode ver a sua vontade, o seu desejo não é diferente aqui do distrito de Extrema, o nosso agradecimento. Agradecer o Dr. Antônio Heller dos Santos, que é o representante do INCRA, nosso amigo, agradecer pelo apoio por está aqui também dando a sua participação; da mesma forma o Dr. Jorge Elarrat, que é do IBGE, que é muito importante a presença dele aqui, porque ele está nos trazendo os dados, principalmente da quantidade de habitantes que nós temos, que hoje o distrito está apto para esta emancipação. Agradecer aqui a presença do Vereador Jacaré que é daqui da região, também tem todo o interesse, obrigado pela sua presença; agradecer a presença do Deputado Léo Moraes, sempre teve o carinho aqui pela Ponta do Abunã e hoje a sua presença aqui demonstra isso, obrigado Deputado Léo; Deputado Dr. Neidson, não é diferente, que também é um dos autores da propositura e agora o Léo junto nesta comissão, obrigado Dr. Neidson. E vamos

continuar, não vamos abaixar a cabeça, vamos para cima, tudo tem dificuldade, mas é com luta que tem a vitória. Agradecer a todos, os nossos servidores do Poder Legislativo; agradecer a todas as pessoas que se fez presente, saíram da sua casa, que veio aqui, a sua presença aqui demonstra a vontade de você ver o Distrito de Extrema, se tornar um grande município. Um abraço a todos, mais uma vez. Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense declaro encerrada a presente Sessão, Audiência Pública aqui do Distrito de Extrema. Está encerrada, que Deus abençoe a todos.

(Encerra-se esta Audiência às 16 horas e 59 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 156/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 06 (seis) diárias no período de 23 a 28/03/2018, ao Deputado Estadual ANDERSON DA SILVA PEREIRA, cadastro nº200163215, conforme Processo nº0004225/2018-92.

Porto Velho - RO, 22 de Março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 157/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 06 (seis) diárias no período de 23 a 28/03/2018 ao servidor relacionado, que irá acompanhar o Deputado Anderson da SINGEPERON, em reuniões com membros da diretoria do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional- SIFUSPE, na cidade de São Paulo - SP e participar de Audiência junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações na cidade de Brasília - DF, conforme Processo nº. 0004225/2018-92.

Matricula: 200164428
Nome: Marcelo André A. Veras Barrozo
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dep. Anderson do Singeperon

Porto Velho - RO, 22 de Março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 158/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Tornar sem efeito o ATO Nº 134/2018-SRH/D/P/ALE, de 19/03/2018, publicado no DO-e-ALE/RO, nº45, pag. 536, de 19/03/2018, que concedeu diárias aos servidores relacionados, conforme Processo nº00003921/2018-92.

Matricula: 200163425
Nome: Carina Araujo de Almeida

Matricula: 200163334
Nome: Hellstroen Hassan Barbosa de Souza

Matricula: 200163627
Nome: Jaqueline Barros de Andrade

Porto Velho - RO, 22 de Março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 159/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Tornar sem efeito o ATO Nº 135/2018-SRH/D/P/ALE, de 19/03/2018, publicado no DO-e-ALE/RO, nº45, pag. 536, de 19/03/2018, que concedeu diárias ao servidor Gildasio Rebouças dos Santos, conforme Processo nº00003945/2018-33.

Porto Velho - RO, 22 de Março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 160/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Tornar sem efeito o ATO Nº 136/2018-SRH/D/P/ALE, de 19/03/2018, publicado no DO-e-ALE/RO, nº45, pag. 536, de 19/

03/2018, que concedeu diárias ao servidor Marcos Vinicius da Silva Sousa, conforme Processo nº00003945/2018-33.

Porto Velho - RO, 22 de Março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 161/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Tornar sem efeito o ATO Nº 137/2018-SRH/D/P/ALE, de 20/03/2018, publicado no DO-e-ALE/RO, nº46, pag. 550, de 20/03/2018, que concedeu diárias a servidora Carla Cristina Vidal Rodrigues, conforme Processo nº0004036/2018-84.

Porto Velho - RO, 22 de Março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 162/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Tornar sem efeito o ATO Nº 138/2018-SRH/D/P/ALE, de 20/03/2018, publicado no DO-e-ALE/RO, nº46, pag. 550, de 20/03/2018, que concedeu diárias ao servidor Milson Alves da Guia, conforme Processo nº0004036/2018-84.

Porto Velho - RO, 22 de Março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 163/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Tornar sem efeito o ATO Nº 139/2018-SRH/D/P/ALE, de 20/03/2018, publicado no DO-e-ALE/RO, nº46, pag. 550, de 20/03/2018, que concedeu diárias a servidora Juliana Antonieta F. Martins Dias, conforme Processo nº0004036/2018-84.

Porto Velho - RO, 22 de Março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0565/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

ALEXANDER MARTINS PIANOVSKI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial de Gabinete, código DGS-3, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 01 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0661/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

ANDRIELY CAMARGO DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 12 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0691/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

APARECIDO BISCOLA MARTINS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-15, no Gabinete da Comissão Permanente de Esporte, Turismo e Lazer, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 14 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0738/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão do servidor **BRUNO FRANÇA BARROS**, matrícula 200163456, Assistente Técnico, para o código AST-27, do Departamento de Gestão de Pessoas, da Superintendência de Recursos Humanos, contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 15 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0703/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

CARLENE BATISTA REGES LOPES, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Técnico, código AST-14, no Gabinete da Comissão de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 15 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0656/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

CINTIA LORRAINE MENDES GOMES, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Técnico, código AST-11, no Gabinete do Deputado Aírton Gurgacz, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 12 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0633/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

CLAUDIANE MORENO LOPES, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-

14, no Gabinete do Deputado Alex Redano, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 08 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0585/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

CRISTIANO FURTADO DA CRUZ, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-17, no Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 02 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0692/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

EDEMILSON ALVES CARDOSO, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Técnico, código AST-15, no Gabinete da Comissão Permanente de Esporte, Turismo e Lazer, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 14 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0664/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

EDLENY DA SILVA DOURADO, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, na

Divisão de Documentação e Arquivo, do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 12 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0600/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

ELIANE SANTOS DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-18, no Gabinete do Deputado Marcelino Tenório, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 05 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0729/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

ELIZABETH FREITAS DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Técnico, código AST-26, na Divisão de Registro de Preços, do Departamento da Comissão Permanente do Pregão, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 15 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0693/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

ELIZANGELA LONGO DA SILVA JESUS, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, código AT-

21, no Gabinete da Comissão Permanente de Esporte, Turismo e Lazer, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 14 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0705/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

ELTON MARCOS MACHADO, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, código AT-28, no Gabinete da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 15 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0634/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

FRANCILENE UCHOA PEREIRA, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Secretaria de Apoio, código DGS-9, no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 08 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0608/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da servidora **GLAUCIA BARROS DE PAULA PEREIRA**, matrícula 200164338, para Assessor Téc-

nico, código AT-23, e relatar no Gabinete da Comissão Permanente de Segurança Pública, contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 05 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0578/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

GLEICIA NOVAES DOS SANTOS BALBINO, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 02 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0714/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

GUILHERME LUIZ CASTIEL DA SILVA, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, na Divisão de Apoio as Atividades Parlamentares, do Departamento de Apoio a Produção Parlamentar, a contar de 21 de março de 2018.

Porto Velho, 15 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0679/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

HAYANNI ELOI FERNANDES, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Técnico, código AST-14, no

Gabinete do Deputado Herminio Coelho, a contar de 13 de março de 2018.

Porto Velho, 13 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0592/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

HELLSTROEN HASSAN BARBOSA DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-25, no Gabinete do Deputado Anderson Pereira do Singeperon, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 02 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0606/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

IDARIO CARDOSO DA CRUZ, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Técnico, código AST-11, no Gabinete do Deputado Cleiton Roque, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 05 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0727/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

JANILCE TERCEIRO DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Técnico, código AST-21, na Divisão de Taquigrafia, do Departamento Legislativo, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 15 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0709/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão do servidor **JAYANE CARLOS PIOVESAN**, matrícula 200162356, Assistente Técnico, para o código AST-21, do Gabinete da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social, contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 15 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0676/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do servidor **JOAO CAETANO DALAZEN DE LIMA**, matrícula 200162267, para Secretário Executivo, código DGS-3, do Gabinete do Deputado Ezequiel Junior, contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 13 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0659/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

JOSE RIBAMAR REIS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Ribamar Araujo, a contar de 02 de março de 2018.

Porto Velho, 12 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0716/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

KLEBER FERMINO FARIAS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-27, no Gabinete do Deputado Maurão de Carvalho, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 15 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0696/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

LEIDE APARECIDA DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Ezequiel Junior, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 14 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0601/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

LEILIANE GONÇALVES FERREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-18, no Gabinete do Deputado Marcelino Tenório, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 05 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0734/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

LICIA LEA MENDES MACHADO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial de Gabinete, código

go DGS-3, no Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 15 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0660/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

MEIRY DANIELA BRAGA RIBEIRO, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 12 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0677/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da servidora **NEIDIANE SANTOS DA CRUZ**, matrícula 200164285, para Assessor Especial de Gabinete, código DGS-3, do Gabinete do Deputado Ezequiel Junior, contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 13 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0587/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

NUBIA SOARES DA SILVA, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 02 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0607/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

OSVALDO RODRIGUES DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 05 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0678/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do servidor **PEDRO HENRIQUE BARBOSA LIMA**, matrícula 200163725, para Assistente Especial de Gabinete código DGS-9, do Gabinete do Deputado Ezequiel Junior, contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 13 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

E R R A T A

No Diário Oficial da Assembléia Legislativa nº 211, publicado no dia 14 de dezembro de 2017, promovendo a seguinte alteração no ATO Nº2410/2017-SRH/P/ALE, da exoneração da servidora PRISCILA NOGUEIRA MELGAR.

ONDE SE LÊ:

ATO Nº 2410

LEIA-SE:

ATO Nº 2411

Porto Velho-RO, 20 de março de 2018.

CLEUCINEIDE DE OLIVEIRA SANTANA
Superintendente - SRH/ALE/RO

E R R A T A

No Diário Oficial da Assembléia Legislativa nº 211, publicado no dia 14 de dezembro de 2017, promovendo a seguinte alteração no ATO Nº2400/2017-SRH/P/ALE, da exoneração do servidor THIAGO RUIZ FELIPE.

ONDE SE LÊ:

ATO Nº 2400

LEIA-SE:

ATO Nº 2402

Porto Velho-RO, 20 de março de 2018.

CLEUCINEIDE DE OLIVEIRA SANTANA
Superintendente - SRH/ALE/RO

ATO Nº0669/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

RAFAEL LUCAS SANTANA VIEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-17, na Divisão de Protocolo Geral, do Departamento de Comunicação Interna e Externa, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 12 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0566/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

RICARDO OLIVEIRA DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-21, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 01 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0595/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da servidora **SUZANA DA SILVA MATOS**, matrícula 200162056, Assistente Técnico, para o código

AST-17, no Gabinete da 2ª Secretária - Deputado Alex Redano, contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 02 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0701/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A lotação da servidora **TATIANA RECH**, matrícula 200160386, Assessor Parlamentar, para o Gabinete da 3ª Secretária – Deputado Dr. Neidson, contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 15 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0715/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

TRICIA CAROLINE NORONHA ARAUJO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-27, no Departamento Médico, a contar de 15 de março de 2018.

Porto Velho, 15 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0567/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

WELQUE FEITOSA MARTINS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de março de 2018.

Porto Velho, 01 de março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

UNIDADE GESTORA: 010001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 MES REFERENCIA : DEZEMBRO.
 ANO REFERENCIA : 2017

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

HORA EMISSÃO: 16:44:29
 DATA EMISSÃO: 28/02/2018

SUP. DE FINANÇAS

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial(a)	Previsão Atualizada(b)	Receitas Realizadas(c)	Saldo d=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	6.635.124,79	6.667.273,58	32.148,79
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib de Interv no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	1.753.535,00	1.474.019,62	-279.515,38
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	4.881.589,79	5.193.253,96	311.664,17
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	4.881.589,79	5.084.789,25	203.199,46
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Divers	0,00	0,00	108.464,71	108.464,71
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00

TRANSPFERÊNCIAS DE CAPITAL										
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL										
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div Ativa Prov Amortiz. Emp. e Finan	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	6.635.124,79	6.667.273,58	32.148,79						
OPERAÇÕES DE CRED. / REFINANCIAMENTO (IV)										
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	0,00	6.635.124,79	6.667.273,58	32.148,79						

DÉFICIT (VI)	221.658.299,00	230.746.191,38	217.293.318,65	-13.452.872,73						

TOTAL (VII)=(V + VI)	221.658.299,00	237.381.316,17	223.960.592,23	-13.420.723,94						

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES										
Recursos Arrecadados em Ex. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	13.137.892,38									
Reabertura de créditos adicionais										

DESPESAS ORÇAMENTARIAS	Dotação Inicial(e)	Dotação Atualizada(f)	Despesas Empenhadas(g)	Despesas Liquidadas(h)	Despesas Pagas (i)	Saldo (j)=(f-g)				
DESPESAS CORRENTES (VIII)	200.491.933,00	211.849.136,09	204.873.339,16	198.101.139,31	198.099.772,81	6.975.796,93				
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	128.433.133,00	140.395.257,79	138.684.080,61	138.679.217,50	138.679.217,50	1.711.177,18				
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	266.000,00	266.000,00	76.286,30	76.286,30	76.286,30	189.713,70				
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	71.792.800,00	71.187.878,30	66.112.972,25	59.345.635,51	59.344.269,01	5.074.906,05				
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	21.166.366,00	25.532.180,08	19.087.253,07	16.721.106,57	16.721.106,57	6.444.927,01				
INVESTIMENTOS	20.302.366,00	24.668.180,08	18.225.556,71	15.859.410,21	15.859.410,21	6.442.623,37				
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	864.000,00	864.000,00	861.696,36	861.696,36	861.696,36	2.303,64				
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				

SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IX+X)	221.658.299,00	237.381.316,17	223.960.592,23	214.822.245,88	214.820.879,38	13.420.723,94				

AMORTIZ DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Amortização da Dívida Interna										

Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Divida Externa										
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII)=(XI+XII)	221.658.299,00	237.381.316,17	223.960.592,23	214.822.245,88	214.820.879,38	13.420.723,94				
SUPERAVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	221.658.299,00	237.381.316,17	223.960.592,23	214.822.245,88	214.820.879,38	13.420.723,94				
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
ANEEXO-1: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS										
-----Inscritos-----										
DESPESAS ORÇAMENTARIAS	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-d-e)				
DESPESAS CORRENTES	210,00	3.001.210,37	0,00	1.532.836,52	1.468.583,85	0,00				
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	6.897,19	0,00	4.643,20	2.253,99	0,00				
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	210,00	2.994.313,18	0,00	1.528.193,32	1.466.329,86	0,00				
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	4.319.521,97	0,00	3.884.950,79	434.571,18	0,00				
INVESTIMENTOS	0,00	4.319.521,97	0,00	3.884.950,79	434.571,18	0,00				
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
TOTAL	210,00	7.320.732,34	0,00	5.417.787,31	1.903.155,03	0,00				
ANEEXO-2: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS										
-----Inscritos-----										
DESPESAS ORÇAMENTARIAS	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)=(a+b-c-d)					
DESPESAS CORRENTES	58.549,78	186.704,04	184.498,51	60.755,31	0,00					
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	55.045,51	100,42	0,00	55.145,93	0,00					
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	4.997,00	2.891,89	2.105,11	0,00					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.504,27	181.606,62	181.606,62	3.504,27	0,00					
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	71.808,03	71.808,03	0,00	0,00					
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	0,00	71.808,03	71.808,03	0,00	0,00					
TOTAL	58.549,78	258.512,07	256.306,54	60.755,31	0,00					

UNIDADE GESTORA: 010001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 MES REFERENCIA : DEZEMBRO.
 ANO REFERENCIA : 2017
 GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
 BALANÇO FINANCEIRO

HORA EMISSAO: 09:45:15
 DATA EMISSAO: 02/03/2018
 PAGINA: 1/2

	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Ingressos			
Receita Orçamentária(I)			
Ordinária		6.667.273,58	1.805.921,62
Vinculada		6.667.273,58	1.805.921,62
Recursos Vinculados à Educação		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Recursos de Desvinculação de Receita EC/93 2016		0,00	0,00
Recursos Arrecadados Diretamente pelas Entidades		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Fundos		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Convênios		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Operações de Crédito		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas(II)			
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		225.532.280,28	218.941.519,48
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários(III)			
Inscrição RPP do Exercício		302.721.430,77	281.131.079,26
Inscrição RPNP do Exercício		1.366,50	258.512,07
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		9.138.346,35	7.320.732,34
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS		40.829.537,06	39.800.877,74
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito		0,00	0,00
Ajustes de exercícios anteriores		250.510.890,55	228.987.353,24
Compensações Financeiras - IPERON		2.241.290,31	4.763.603,87
Outros Ajustes Financeiros		0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior(IV)			
Caixa e equivalente de caixa		12.349.149,28	14.403.171,04
Depositos restit. e valores vinculados		11.692.488,30	13.096.486,02
		656.660,98	1.306.685,02
TOTAL (V)=(I+II+III+IV)		547.270.133,91	516.281.691,40

UNIDADE GESTORA: 010001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 MES REFERENCIA : DEZEMBRO.
 ANO REFERENCIA : 2017

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
 BALANÇO FINANCEIRO

HORA EMISSAO: 09:45:15
 DATA EMISSAO: 02/03/2018

PAGINA: 2/2

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior

Dispêndios			

Despesa Orçamentária(VI)		223.960.592,23	223.478.254,30
Ordinária		223.960.592,23	223.478.254,30
Vinculada		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Educação		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Recursos de Desvinculação de Receita EC/93 2016		0,00	0,00
Recursos Arrecadados Diretamente pelas Entidades		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Fundos		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Convênios		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Operações de Crédito		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00

Transferências Financeiras Concedidas(VII)		0,00	0,00
Transferências Concedida para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedida Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00

Pagamentos Extraorçamentários(VIII)		299.893.828,57	280.454.287,82
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		256.306,54	1.034.193,33
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		5.417.787,31	5.344.512,74
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		40.301.162,91	40.450.901,78
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS		0,00	0,00
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito		246.487.995,81	228.987.353,24
Ajustes de Exercícios Anteriores		7.430.576,00	4.534.279,88
Anulação Restos a Pagar		0,00	103.046,85
Perdas de Investimentos Temporários		0,00	0,00

Saldo para o Exercício Seguinte(IX)		23.415.713,11	12.349.149,28
Caixa e equivalente de caixa		22.230.677,98	11.692.488,30
Depósitos restit. e valores vinculados		1.185.035,13	656.660,98

TOTAL(X)=(VI+VII+VIII+IX)		547.270.133,91	516.281.691,40

UNIDADE GESTORA: 010001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
MES REFERENCIA : DEZEMBRO.
ANO REFERENCIA : 2017

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
BALANÇO PATRIMONIAL

HORA EMISSÃO: 09:53:59
DATA EMISSÃO: 02/03/2018

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior		Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Caixa e Equivalentes de Caixa		22.230.677,98	11.692.488,30	PASSIVO CIRCULANTE			
Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00	Obrigações Trab. e Previdenciárias		0,00	0,00
Valores Restituíveis		1.185.035,13	656.660,98	Emprestimos e Financiamentos		0,00	0,00
Demais Créditos a Curto Prazo		3.470.282,09	7.573.323,49	Fornec e Contas a Pagar Curto Praz		1.366,50	317.061,65
Invest e Apl'ic Tempor Curto Prazo		0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Cp		0,00	0,00
Estoques		401.121,69	470.063,24	Valores Restituíveis		1.185.035,13	656.660,98
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00	Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Total do Ativo Circulante		27.287.116,89	20.392.536,01	Demais Obrigações de Curto Prazo		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Total do Passivo Circulante		1.186.401,63	973.722,63
Ativo Realizável a Longo Prazo				PASSIVO NÃO-CIRCULANTE			
Créditos a Longo		0,00	0,00	Obrigações Trab. e Previdenciárias		0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a LP		0,00	0,00	Emprestimos e Financiamentos LP		0,00	4.465.056,48
Investimentos Temporários a LP		0,00	0,00	Fornecedores a Longo Prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		1.651.584,69	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00	Demais Obrigações de Longo Prazo		0,00	0,00
Participações Permanentes		0,00	0,00	Resultado diferido		0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes		0,00	0,00	Total do Passivo Não Circulante		1.651.584,69	4.465.056,48
(-) Redução ao Vlr Recuperável		0,00	0,00	TOTAL DO PASSIVO		2.837.986,32	5.438.779,31
Imobilizado		101.814.008,09	85.568.639,28	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Bens Moveis		9.832.580,86	11.530.573,56	Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Bens Imoveis		93.723.757,20	74.038.065,72	Adiant P/ Futuro Aumento de Capita		0,00	0,00
(-) Deprec Exaus Amort Acumul.		-742.329,97	0,00	Reservas de Capital		0,00	0,00
(-) Redução ao Vlr Recuperável		0,00	0,00	Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Intangível		0,00	0,00	Reservas de Lucros		0,00	0,00
Softwares		0,00	0,00	Demais Reservas		0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Ind.		0,00	0,00	Resultados Acumulados			
Direito de Uso De Imóveis		0,00	0,00	Superavit/Déficits do Exercício		32.095,278,33	40.336,512,59
(-) Amortização Acumulada		0,00	0,00	Superáv/Défic de Exerc Anter		108.275,950,01	67.939,437,42
(-) Redução ao Vlr Recuperável		0,00	0,00	Ajustes de exerc anteriores		-14.108,089,68	-7.753,554,03
Total do Ativo Não Circulante		101.814.008,09	85.568.639,28	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO		129.101.124,98	105.961.175,29	Total do Patrimônio Líquido		126.263,138,66	100.522,395,96
				TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		129.101,124,98	105.961,175,29

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO(I)			PASSIVO(II)		
Ativo Financeiro	24.722.844,80	12.349.149,26	Passivo Financeiro	10.324.747,98	8.294.665,17
Ativo Permanente	104.378.280,18	93.612.026,01	Passivo Permanente	1.651.584,69	4.465.056,48
Total do Ativo	129.101.124,98	105.961.175,29	Total do Passivo	11.976.332,67	12.759.721,65
			SALDO PATRIMONIAL (III)=(I-II)	117.124.792,31	93.201.453,64

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos			Atos Potenciais Passivos		
Diárias Concedidas/Pendente Prest Con	13.900,00	7.720,00	Total dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
Outras Responsabilidades de Terceir	2.044.383,68	2.044.383,68			
Total dos Atos Potenciais Ativos	2.058.283,68	2.052.103,68			

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
FONTES DE RECURSOS					
Ordinária		14.398.096,82		4.054.484,11	
Vinculado		0,00		0,00	
Total das Fontes de Recursos		14.398.096,82		4.054.484,11	

UNIDADE GESTORA: 010001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
ANO REFERÊNCIA : 2017

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

HORA EMISSÃO: 17:03:47
DATA EMISSÃO: 28/02/2018

	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AVANÇADAS				
Impostos, Taxas e contribuições de melhoria	0,00	0,00	164.623.882,73	168.193.861,05
Impostos	0,00	0,00	105.361.237,24	108.682.617,20
Taxas	0,00	0,00	18.192.609,60	17.533.791,70
Contribuição de melhoria	0,00	0,00	27.636.211,41	27.605.217,30
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição sociais	0,00	0,00	13.433.834,48	19.361.724,85
Contribuição de Interv. no Domínio Econômico	0,00	0,00	13.591.082,84	6.993.046,39
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00	0,00	11.885.652,45	5.232.102,14
Venda de Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00	49.484,14	0,00
Variáveis Patrimoniais Alternativas Financeira	1.474.750,56	1.208.722,56	20.888.888,26	17.888.974,49
Juros e Encargos de Bônus e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	1.564.914,54	1.247.386,73
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00	18.586.643,75	16.641.577,76
Variáveis Monetárias e Cambiais	0,00	0,00	742.329,97	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.474.019,62	1.208.722,56	76.286,30	1.556.236,65
Outras Variáveis Patrimoniais Alternativas (Financeiras)	730,94	0,00	76.286,30	1.556.236,65
Transferências e Delegações Recebidas	230.617.089,53	219.202.726,11	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	230.617.089,53	218.947.519,48	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegações Recebidas	0,00	255.206,63	674.929,67	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos	60.755,31	3.740,84	0,00	0,00
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Neocrições	0,00	3.740,84	0,00	0,00
Desincorporação de Passivos	60.755,31	0,00	1.997.556,43	933.549,06

UNIDADE GESTORA: 010001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.

ANO REFERENCIA : 2017

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

HORA EMISSÃO: 09:08:53

DATA EMISSÃO: 02/03/2018

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social /	Adiant. para	Reserva	Ajuste de	Reservas	Demais	Resultados	Ações/cotas	em Resourçaria TOTAL
	Capital Social	Futuro Aumento	de Capital	Avaliação	de Lucro	Reservas	Acumulados		

Saldos Iniciais	0,00			0,00			100.522.395,98		100.522.395,98
Ajustes de exercícios anteriores							-6.354.535,65		-6.354.535,65
Aumento de capital									0,00
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas									
Juros sobre capital próprio									
Resultado do exercício							32.095.278,33		32.095.278,33
Ajustes de avaliação patrimonial									
constituição / Reversão de reservas									
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)									
Saldos finais	0,00			0,00			126.263.138,66		126.263.138,66

UNIDADE GESTORA : 010001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 MES REFERENCIA : DEZEMBRO.
 ANO REFERENCIA : 2017

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
 DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

HORA EMISSÃO: 17:13:08
 DATA EMISSÃO: 28/02/2018

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES			
INGRESSO			
Receitas derivadas e originárias		232.199.553,86	220.747.441,10
Transferências correntes recebidas		1.474.019,62	1.203.722,56
Outros ingressos operacionais		225.532.280,28	218.941.519,48
		5.193.253,96	602.199,06
DESEMBOLSO			
Pessoal e demais despesas		199.817.107,84	199.152.783,67
Juros e encargos da dívida		199.737.929,65	197.601.544,02
Transferências concedidas		79.178,19	1.551.239,65
Outros desembolsos operacionais		0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		32.382.446,02	21.594.657,43
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
INGRESSOS			
Alienação de Bens		0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Conced		0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos		0,00	0,00
DESEMBOLSO			
Aquisição de Ativo não Circulante		19.744.361,00	22.123.703,20
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		19.744.361,00	22.123.703,20
Outros desembolsos de investimentos		0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		-19.744.361,00	-22.123.703,20
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
INGRESSOS			
Operações de Créditos		0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas depen		0,00	0,00
Transferências de capital recebidas		0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos		0,00	0,00
DESEMBOLSO			
Amortização/Refinanciamento da Dívida		933.504,39	1.001.229,09
Outros desembolsos de financiamentos		933.504,39	1.001.229,09
Fluxo de caixa líquido das ativ. de financiamento(III)		-933.504,39	-1.001.229,09
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)			
		11.704.580,63	-1.530.274,86
Caixa e Equivalentes de caixa inicial		11.692.488,30	13.096.486,02
Caixa e Equivalente de caixa final		23.397.068,93	11.566.211,16

QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

	Exercício Atual	Exercício: 2017 Exercício Anterior
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	1.474.019,62	1.203.722,56
Outras Receitas Derivadas e Originárias	0,00	0,00
Total das Receitas Derivadas e Originárias	1.474.019,62	1.203.722,56

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	Exercício Atual	Exercício: 2017 Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais		
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	225.532.280,28	218.941.519,48
Outras Transferências Governamentais	0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas	225.532.280,28	218.941.519,48
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais		
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
Outras transferências Concedidas	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas	0,00	0,00

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	Exercício Atual	Exercício: 2017 Exercício Anterior
LEGISLATIVA	197.835.950,37	196.074.551,54
ADMINISTRAÇÃO	1.901.979,28	1.526.992,48
Total dos Des. de Pessoal e Demais Despesas por Função	199.737.929,65	197.601.544,02

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	Exercício Atual	Exercício: 2017 Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	79.178,19	1.551.239,65
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	79.178,19	1.551.239,65

QUADRO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo de Caixa e Equivalente de caixa final (Apurado)	23.397.068,93	11.566.211,16
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	250.510.890,55	228.987.353,24
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	0,00	0,00
Ajuste de Exercícios Anteriores (Movimento Crédito)	2.241.290,31	4.763.603,87
Valores Restituíveis - Passivo (Movimento Crédito)	52.024.298,91	43.960.793,20
Valores Restituíveis - Ativo (Movimento Crédito)	51.196.078,74	45.009.466,88
Compensações Financeiras - IPERON	0,00	0,00
Outros Ajustes Financeiros	0,00	0,00
(-) Valores Restituíveis - Passivo (Movimento Débito)	51.495.924,76	44.610.817,24
(-) Valores Restituíveis - Ativo (Movimento Débito)	51.724.452,89	44.359.442,84
(-) Ajuste de Exercícios Anteriores (Movimento Débito)	7.430.576,00	4.534.279,88
(-) Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	246.487.995,81	228.987.353,24
(-) Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	0,00	0,00
(-) Anulação de Restos a Pagar	0,00	103.046,85
(-) Perdas de Investimentos	0,00	0,00
= Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa (Ajustado)	22.230.677,98	11.692.488,30